

ATRIBUNA

WWW.ATRIBUNARJ.COM.BR

| ESTADO DO RIO DE JANEIRO | SEXTA-FEIRA, 23 DE DEZEMBRO DE 2022 | ANO LXXXVII | Nº 35.828 | R\$ 2,00 |

APROVADO PROJETO QUE DEFINE NOVO USO DO PRÉDIO DA CANTAREIRA

Por 14 a 5, os vereadores de Niterói aprovaram ontem a Mensagem Executiva que abre crédito especial de R\$ 21,2 milhões para a ação de implantação de um Distrito de Economia Criativa que vai funcionar no histórico prédio da Cantareira, em São Domingos, Região Central da cidade.

PÁGINA 4

RIO BONITO ALTERA CLASSIFICAÇÃO DE ÁREAS PARA COBRANÇA DE IPTU

ATOS OFICIAIS

LULA ANUNCIA NOVOS NOMES PARA COMPOR FUTURO MINISTÉRIO

PÁGINA 3

MAIS DE 40 MIL PESSOAS DEVEM PASSAR PELA RODOVIÁRIA DE NITERÓI



PÁGINA 4

COMÉRCIO

LOJISTAS APOSTAM NAS COMPRAS DE ÚLTIMA HORA PARA FATURAR NO NATAL



PÁGINA 5

ABASTECIMENTO DE ÁGUA COMEÇA A SER NORMALIZADO HOJE

PÁGINA 4

QUIOSQUES: POLÍCIA TENTA IDENTIFICAR ASSALTANTES



RICCO

RONALDO DEVE SER O PRÓXIMO A TER DOCUMENTÁRIO NA GLOBOPLAY



PÁGINA 7

ESPORTE

PÁGINA 8



FLUMINENSE:
JORGE É O SEXTO REFORÇO APRESENTADO NO TRICOLOR PARA A TEMPORADA DE 2023

FLAMENGO:
EVERTON RIBEIRO CONFIANTE COM NOVO TREINADOR

BOTAFOGO:
LUÍS CASTRO GARANTE QUE FICA NO ALVINEGRO

VASCO:
CHELSEA FORMALIZA PROPOSTA PARA TER ATACANTE ANDREY



CIDADES

PÁGINA 6

RIO BONITO
EMBALAGENS DE AGROTÓXICO SÃO RECOLHIDAS

CABO FRIO
AÇÕES CONTRA PESCA PREDATÓRIA SÃO INTENSIFICADAS

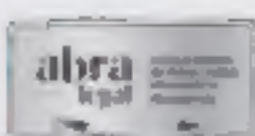
SAQUAREMA
CAMPANHA SUPERA EXPECTATIVAS NA VACINAÇÃO ANIMAL

RIO DAS OSTRAS
FAMÍLIAS RECEBEM AUXÍLIO POR CONTA DAS FORTES CHUVAS

ACESSE
ATRIBUNARJ.COM.BR

ATRIBUNA

www.tribunarnj.com.br



Fundado em 26 Novembro de 1936

A TRIBUNA é uma publicação da Editora Esquema Ltda
CNPJ: 30.108.948/0001-26

Diretoria: Jourdan Amóra

Eva de Lourdes Santana Amóra
Gustavo Santana Amóra

Editor: Marcelo Macedo Soares

Endereço: Rua Professor Heitor Carrilho, 350F,
Centro, Niterói - RJ - Cep: 24.030-230

Assinatura: assinaturaatribuna@gmail.com

Trimestral..... R\$ 126,00

Semestral..... R\$ 252,00

Anual..... R\$ 504,00

Telefones: (021) 2719-1886 / 2621-4986

Whatsapp: (021) 97848-4642

JOURDAN
AMÓRA

QUAL RESPOSTA LULA DARÁ AO RJ? (XXVII)

BAIXADA: DEPÓSITO
DA POBREZA

A humanização da Baixada Fluminense deveria ser uma prioridade para toda a classe política que nela concentra seu empenho ao curso das campanhas eleitorais quando são semeadas promessas pelos aspirantes a mandatos executivos e legislativos.

Maltratada como se fosse um quintal da cidade do Rio de Janeiro, é a opção de moradia para milhões de pessoas que não encontram mais espaço nos também desumanos núcleos habitacionais da velha capital fluminense, classificados como áreas carentes, ultrapassando o "status" de simples favelas. Os 13 municípios do entorno da cidade do Rio de Janeiro concentram quatro milhões de pessoas, em pequena área territorial, dos quais mais de 380 mil morando em favelas.

A Baixada é o campo de exploração eleitoral mais de 25% de toda a população estadual.

Tal contingente equivale a quase toda população da atraente cidade do Rio de Janeiro, mas é a que menos recebe investimentos da União e do Estado, não compartilhando adequadamente dos royalties do petróleo embora conte com uma refinaria e seja a um gigante consumidor de combustíveis fósseis.

Cortada por cinco rodovias federais (as BR's 040, 101, 116 e 493) é fonte de passagem por gigantescas frotas de veículos, enquanto a sua população sofre com um transporte deficiente e já devesse contar com várias linhas de metrô ou até mesmo linhas de transporte náutico, valendo-se da Baía de Guanabara que é poluída desde Duque de Caxias até Magé.

Seus rios e canais que absorvem águas da Serra dos Órgãos e se tomam em lixo destinado à Baía de Guanabara, não recebem dragagem e nem mesmo de limpeza em seus cursos. (Continua)

Jourdan Amóra é Jornalista

RAYMUNDO
NERY STELLING
JUNIORMOMENTO DE
REFLEXÃO E PAZ

O Mundo atravessa um momento extremamente delicado de tensão fruto de muitos "ruídos" e "interesses" que afloraram nesta Atualidade ... precisamos, porém, sempre acreditar nas possibilidades de construção de caminhos saudáveis através dos quais posamos estabelecer "pontes" de compreensão e entendimento ao invés de barreiras e ruídos que só servem para causar tumultos, desentendimentos e sofrimentos que acabam muitas vezes ocasionando mortes...

Precisamos que esta "mágica" Época de Natal nos traga de forma reconfortante os pensamentos positivos que nos enlevem de forma efetiva e assim posamos ser verdadeiros Arautos de uma Era aonde prepondera indelevelmente os aspectos mais profundos de uma Existência lastreada na Condição e na fraternidade entre os homens na Terra...

Somente num Mundo aonde ocorram tais sentimentos tão convergentes para a construção e manutenção de uma "Estrada de Paz e Serenidade" é que poderemos vislumbrar que nossa Civilização consiga superar mazelas e intolerâncias nos mais diversos níveis que nos tem causado tanto sofrimento.

O Ser Humano possui a capacidade criativa de construir belezas e de se superar através de sentimentos elevados, no entanto,

a Era Contemporânea nesta fase mais recente tem demonstrado que a convivência em nosso planeta nos tem levado a incompreensões, a choques, a lutas e guerras que acabam fragilizando muitos e matando tantos outros além de considerarmos ainda que os malefícios causados pela violência de nossa Cultura Humana acabam se refletindo de forma hercúlea e injusta sobre o ambiente Natural e assim causando irreversível caos por muitas vezes frente a Natureza, a Fauna e a Flora.

Já trilhamos centenas de milhares de anos em nosso Caminhar Humano e precisamos nas lições anteriores e muitas das quais com imensos sacrifícios e dor) termos a tenência de não mais aceitarmos incoerências e inconsistências que venham a se traduzir na continuação do Quadro geral atual no qual observamos tanta, repito, intolerância num mundo tão rico pelas suas diferenças que devem dentro do prisma do Bem estarem a coexistir e a nos elevar na qualidade existencial.

Aproveitemos o clima espiritual do natal e transformemos os nossos medos, inseguranças e raivas num outro sentimento que o próprio aniversariante desta data tanto nos instou a sentir e a proclamar por todos os cantos da Terra: O SENTIMENTO DE AMOR!

Professor Doutor Raymundo Nery Stelling Júnior (PhD in Science Education / USA); Master in Administration - Total Quality Management / USA) é Presidente-Chanceler do IFEC - Instituto Interamericano de Fomento à Educação, Cultura e Ciência (www.ifec.org.br).

Brasil tem o menor índice de
desemprego desde 2014

O IBGE informou que o Brasil registrou a menor taxa de desemprego desde 2014 no terceiro trimestre deste ano. De agosto a outubro, a taxa de desocupação foi de 8,3%, um total de nove milhões de pessoas desempregadas.

O número representa um recuo de 0,8 ponto percentual frente aos três meses anteriores. Em comparação ao mesmo período do ano passado, a redução foi de 3,8 pontos percentuais. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, Pnad Continua, divulgada no fim de novembro pelo IBGE.

De acordo com o Brasil 61, a população ocupada no trimestre é o recorde da série iniciada em 2012. O país conta com 99,7 milhões de pessoas empregadas. Segundo a coordenadora da Pnad, Adriana Beringuy, "este momento de crescimento de ocupação já vem em curso desde o segundo semestre de 2021. Com a aproximação dos últimos meses do ano, período em que historicamente há aumento de geração de emprego, a tendência se mantém".

Para o economista, professor e presidente do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal (Corecon-DF), José Luiz Pagnussat, os números indicam uma retomada da economia após o período turbulento

causado pela pandemia.

"Os dados divulgados pelo IBGE sobre o mercado de trabalho, dados até outubro, mostram um bom desempenho da economia. A retomada das ocupações é o melhor indicador de retomada do crescimento da economia e isso é bastante significativo do ponto de vista de que só nos últimos 12 meses geramos mais de 5,7 milhões de ocupações", pontua.

A pesquisa aponta ainda um aumento de 2,3% no número de empregados com carteira assinada no setor privado, somando um total de 36,6 milhões, sem contar os trabalhadores domésticos. São 822 mil pessoas a mais que o registrado no trimestre anterior. Por outro lado, a taxa de informalidade caiu de 39,8%, entre maio e julho, para 39,1%, de agosto a outubro. Segundo a Pnad, o Brasil possui 39 milhões de trabalhadores informais.

A massa de rendimento real habitual também foi recorde da série histórica, que, conforme a pesquisa, chegou a R\$ 269,5 bilhões, um crescimento de 4% no trimestre e 11,5% na comparação anual. Pagnussat explica que o crescimento da quantidade de trabalhadores influencia na elevação do salário médio da população.

SERVIÇOS

De acordo com a pesquisa, o agrupamento "comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas", que faz parte do setor de serviços, foi o principal responsável pela geração de empregos no trimestre, com quase 19,3 mil postos de trabalho. O economista da Diretoria de Economia e Inovação da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Fabio Bentes, afirma que os números não chegam a ser uma surpresa.

"Do ponto de vista do mercado de trabalho, enquanto o nível de ocupação cresce 6% nos últimos 12 meses, no setor de serviços, esse avanço é de quase 9%. Por ser um setor altamente dependente de mão de obra, quando você tem uma reativação do nível de atividade, isso acaba se traduzindo em um volume maior de contratações", destaca Bentes.

De acordo com o IBGE, a Pnad Continua é o principal instrumento para monitoramento da força de trabalho no país. Segundo o instituto, a amostra da pesquisa por trimestre corresponde a 211 mil domicílios pesquisados. Cerca de 2.000 entrevistados trabalham na pesquisa, em 26 estados e no Distrito Federal, integrados à rede de coleta de mais de 500 agências do IBGE.

82% dos ciclistas fazem intermodalidade
com o transporte público no Rio

Levantamento feito pela empresa Tembici realizado sobre o uso de bicicletas compartilhadas em várias cidades da América do Sul mostrou que no Rio de Janeiro, 28% dos usuários das bicicletas fazem integração modal em seus trajetos, tendo no transporte público o modal principal, com 82% da frequência, como complemento de suas viagens, de acordo com a sondagem.

A pesquisa também incluiu o programa Bike Rio, sistema de bikes com-

partilhadas da empresa em parceria com o Itaú Unibanco.

"A integração de modais ativos, como as bicicletas, com o transporte público é uma ação fundamental para o aumento da mobilidade urbana sustentável. Com essa ação é possível ter trajetos mais eficientes e contribuir para a redução dos congestionamentos e poluição ambiental. Estamos contribuindo para o desenvolvimento de uma cidade mais sustentável e acessível",

destacou Marcella Bordallo, diretora de negócios da Tembici.

No levantamento também foi identificada a preocupação do carioca com o meio ambiente. Entre os entrevistados do Bike Rio, 44% responderam que fariam os deslocamentos em modos motorizados se não usassem a bicicleta. Mais de 3 mil toneladas de dióxido de carbono foram economizadas através do uso de bicicletas compartilhadas da Tembici no Rio, de janeiro a novembro de 2022.

ATRIBUNA
facebook.com/atribunarnj

"Cadê as câmeras que não flagraram esse furto? E os fiscais de plantão? Um preço de estacionamento absurdo para deixar acontecer uma coisa dessa" -
Rosane Padilha

"Essa obra em Icarai vai ser uma confusão no trânsito!" - Eliane Soares

"Ana Ramalho se adaptou a esse novo estilo, ou seja, editando uma Coluna informativa, muitas das vezes, dando notícias em primeira mão exclusiva. Salve a grande Ana Ramalho" - Luiz Edmundo Continrentino Porto

CALMA, FILHO!
ESSES DAQUI SÃO DO
PRESIDENTE!!



PAINEL

panel@atribunarj.com.br

CÂMARA APROVA PROJETO QUE TORNA CPF ÚNICO REGISTRO DE IDENTIFICAÇÃO

A Câmara dos Deputados aprovou a proposta que estabelece o número do CPF como único número do registro geral (RG) em todo o país. O projeto foi aprovado na noite de quarta-feira (21) e será enviado à sanção presidencial.

O texto estabelece que o CPF deve constar nos cadastros e documentos de órgãos públicos, do registro civil de pessoas naturais ou em documentos de identificação emitidos pelos conselhos profissionais.

Assim, a partir da vigência da futura lei, o CPF será usado como número em certidões (nascimento, casamento e óbito), como identificação perante o INSS (NIT), na carteira de trabalho, na CNH e outros.

A vigência prevista é de 12 meses a partir da publicação para que órgãos e entidades realizem a adequação dos sistemas e dos procedimentos de atendimento aos cidadãos para adoção do CPF como número de identificação.

Também haverá prazo de 24 meses para que os órgãos e as entidades façam as mudanças para os sistemas e bases de dados troquem informações entre si a partir do CPF.



SOBRECARGA NO COMÉRCIO

Os lojistas não esperavam tanta concorrência nos shoppings como vem ocorrendo desde o domingo passado.

Eles entendem que em razão da [Copa, os compradores deram mais atenção aos jogos que, no nosso horário, eram transmitidos em horários diurnos.

Agora é o excesso de pessoas circulan-

do que está atrapalhando o movimento de vendas.

Diante da precariedade das vias de acesso, os engarrafamentos são desanimadores para muitos potenciais compradores.

Há muita gente deixando para completar a lista de presentes para o "Dia da Lembrança" ou para o "Dia de Reis".

PLANOS DE SAÚDE

As mais de 45.515 queixas registradas de 1º de julho a 30 de setembro ocasionaram a decisão da Anvisa de suspender as operações de 19 planos de saúde, sendo 4 operados pela Unimed, no Rio de Janeiro.

O controle punitivo é decidido pelo Programa de Monitoramento e Garantia de Atendimento com o objetivo de impor melhorias no serviço prestado a 387.894 associados a estas cooperativas.

METADE DO MINISTÉRIO ESTÁ FORMADO

Faltando apenas oito dias para a sua investidura, o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, completou ontem a lista dos 16 ministros já escolhidos, além do presidente da Petrobras.

Estão na lista quatro mulheres, sendo uma representante da raça negra.

Os atos de posse ocorrerão ao longo da primeira semana de janeiro e os primeiros a serem investidos serão o chefe da Casa Civil, o secretário-geral, a de Gestão e os de Justiça, Defesa e o advogado geral da União.

Os primeiros nomes anunciados foram da Defesa, José Múcio; o da Justiça, Flávio Dino; o da Fazenda, Fernando Haddad; e o da Casa Civil, Rui Costa.

Na tarde de ontem foram anunciados ou confirmados os seguintes futuros ministros e ministras:

Advocacia-Geral da União (AGU): Jorge Messias (procurador da Fazenda Nacional); Controladoria-Geral da União (CGU): Vinícius Marques de Carvalho (Advogado e professor de direito comercial da USP. Ex-presidente do Cade); Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação: Luciana Santos (presidente do PCdoB); Ministério da Cultura – Margareth Menezes (cantora); Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços: Geraldo Ackmin (vice-presidente eleito); Ministério do Desenvolvimento Social, Assistência, Família e Combate à Fome: Wellington Dias (ex-governador do Piauí); Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania: Sílvio



Luiz Almeida (Professor da Universidade de Columbia (EUA) e Fundação Getúlio Vargas); Ministério da Educação - Camilo Santana (ex-governador do Ceará); Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos: Ester Dweck (Professora Associada do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro); Ministério da Igualdade Racial: Anielle Franco (professora); Ministério das Mulheres: Cida Gonçalves (ex-secretária Nacional da Violência contra a Mulher); Ministério de Portos e Aeroportos: Márcio França (ex-governador de São Paulo); Ministério da Saúde: Nísia Trindade (presidente da Fiocruz); Ministério do Trabalho e Emprego: Luiz Marinho (ex-prefeito de São Bernardo-SP); Secretaria-Geral: Márcio Macedo (deputado federal PT-SE); Secretaria de Relações Institucionais: Alexandre Padilha (deputado federal PT-SP).

NENHUM DO RJ

Embora a classe política de outros estados tenha sido prestigiada, inclusive com convocação de senadores eleitos, o Estado do Rio não contou com nenhum militante partidário.

Há a expectativa de que os ex-candidatos a governador e a senador, Marcelo Freixo (PSB), Rodrigo Neves (PDT) e Alessandro Molon (PSB), que apoiaram a chapa vitoriosa, venham a ser designados para outros cargos relevantes.



TÁXIS ESTÃO SUMINDO

A concorrência dos aplicativos de carros é apontada pelos taxistas como principal causa da quase inexistente circulação noturna dos carros nos pontos de estacionamento preferencial definidos pelas prefeituras.

A debandada dos "pontos" começa às 20 horas, salvo em áreas mais solicitadas, como as imediações das

Barcas e do Plaza Shopping.

Um dos motoristas observou que "não adianta ficar parado, vendo os carros de aplicativos circulando". Mas a maioria deles não adotou o sistema de aplicativo para táxis.

Estes últimos estão enfrentando a insegurança do trabalho, indicando quer as empresas costumam fazer "bloqueios" de carros em circulação.



AINDA SEM TEBET, PRESIDENTE ELEITO LULA ANUNCIA MAIS 16 MINISTROS

Antes do anúncio, equipe apresentou relatório final da transição com críticas ao Governo Bolsonaro

O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva anunciou ontem (22) 16 ministros para o próximo governo. Até o momento, já tinham sido anunciados Fernando Haddad, na Fazenda; Rui Costa, na Casa Civil; Flávio Dino, na Justiça e Segurança Pública; José Múcio, na Defesa; Mauro Vieira, nas Relações Institucionais. A cantora Margareth Menezes já havia informado que aceitou o convite para o Ministério da Cultura, que será recriado.

Segundo Lula, na próxima semana serão anunciados outros 16 ministros. As informações foram divulgadas após entrega do relatório final da equipe de transição pelo coordenador-geral, o vice-presidente eleito Geraldo Alckmin, que assumirá o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Ao todo, serão 37 ministérios na gestão do governo eleito conforme havia sido informado pelo futuro ministro da Casa Civil, Rui Costa.

Ministério anunciados hoje

Advocacia-Geral da União (AGU): Jorge Messias (procurador da Fazenda Nacional); Controladoria-Geral da União (CGU): Vinícius Marques de Carvalho (Advogado e professor de direito comercial da USP. Ex-presidente do Cade); Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação: Luciana Santos (presidente do PCdoB); Ministério da Cultura – Margareth Menezes (cantora); Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços: Geraldo Ackmin (vice-presidente eleito); Ministério do Desenvolvimento Social, Assistência, Família e Combate à Fome: Wellington Dias (ex-governador do Piauí); Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania: Sílvio Luiz Almeida (Professor da Universidade de Columbia (EUA) e Fundação Getúlio Var-



SEGUNDO Lula, na próxima semana serão anunciados outros 16 ministros

gas); Ministério da Educação - Camilo Santana (ex-governador do Ceará); Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos: Ester Dweck (Professora Associada do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro); Ministério da Igualdade Racial: Anielle Franco (professora); Ministério das Mulheres: Cida Gonçalves (ex-secretária Nacional da Violência contra a Mulher); Ministério de Portos e Aeroportos: Márcio França (ex-governador de São Paulo); Ministério da Saúde: Nísia Trindade (presidente da Fiocruz); Ministério do Trabalho e Emprego: Luiz Marinho (ex-prefeito de São Bernardo-SP); Secretaria-Geral: Márcio Macedo (deputado federal PT-SE); Secretaria de Relações Institucionais: Alexandre Padilha (deputado federal PT-SP).

Relatório de transição

A equipe de transição também

apresentou o relatório final sobre o governo federal. Lula comentou o documento (leia aqui a íntegra) que será entregue aos parlamentares e à sociedade brasileira para informar o cenário do país que será entregue pelo atual presidente, Jair Bolsonaro.

"Recebemos esse governo em uma situação de penúria, situação irresponsável, porque o presidente preferia contar mentiras no cercadinho do que governar esse país", disse.

O vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin, afirmou que o relatório de transição aponta para um "retrocesso em muitas áreas". O levantamento reúne informações de 32 grupos de trabalho, que tiveram participação de cerca de 5 mil voluntários e 14 partidos políticos. Segundo ele, apenas 23 pessoas foram nomeadas para atuar diretamente na transição.

"Infelizmente, nós tivemos um

retrocesso em muitas áreas. O governo federal andou para trás. O estado que o presidente Lula recebe é muito mais difícil e mais triste do que anteriormente. Na educação, tivemos um enorme retrocesso, queda na aprendizagem, a evasão escolar aumentou, recursos essenciais para merenda escolar ficaram congelados em R\$ 0,36. Tivemos quase um colapso dos institutos federais e das universidades", disse Alckmin.

O vice-presidente eleito destacou que a política armamentista do atual governo provocou aumento da violência contra as mulheres. Segundo ele, a distribuição de armas levou a um recorde de mortes de mulheres. "Nos últimos seis meses tivemos 700 mortes por feminicídio provocadas por armas de fogo", disse.

O relatório apontou ainda para a redução de 95% no estoque de arroz da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O esto-

que de alimentos pela instituição é uma forma usada pelo governo federal para regular preços de mercado.

"Essa redução acabou levando ao aumento do preço de alimentos, o que agravou a insegurança alimentar", apontou.

Outro ponto destacado por Alckmin foi a alocação de R\$ 2 milhões para a Defesa Civil na atuação de desastres em todo país. Além disso, afirmou que 93% das rodovias federais estão sem contrato de manutenção e prevenção. Atualmente, segundo o relatório, são 14 mil obras paralisadas em todo país.

"Isso não é austeridade, é ineficiência de gestão. É uma tarefa hercúlea que vem pela frente", argumentou.

Em relação ao desmatamento na região da Amazônia, o levantamento aponta para aumento de 59% entre os anos de 2019 e 2022. Nas últimas semanas, foi registrado um acréscimo de 1226% nas queimadas em florestas. "É uma devastação nas florestas, não por agricultores, mas por grileiros. É um grande desafio", acrescentou.

PEC - Antes do anúncio, o presidente eleito agradeceu os presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), além de líderes partidários, pela aprovação da PEC da Transição.

"É a primeira vez que o presidente da República toma posse e começa a governar antes da posse. A PEC é para cobrir a irresponsabilidade de um governo que não deixou orçamento para cumprir uma promessa que ele mesmo fez", disse. Para Lula, a aprovação da PEC foi uma demonstração de solidariedade ao povo mais pobre desse país.

RODOVIÁRIA DE NITERÓI ESPERA 42 MIL PASSAGEIROS NO FIM DE ANO

Para fugir de engarrafamentos, muitos embarcaram ontem

VÍTOR D'AVILA

O Terminal Rodoviário Roberto Silveira, no Centro de Niterói, deverá receber 42 mil passageiros, somando os períodos de Natal e Ano Novo. A estimativa é da administração da rodoviária. Hoje (23) e a próxima sexta-feira (30), prometem ser os dias de maior movimento.

Ainda de acordo com a administração do terminal, cerca de 3 mil ônibus deverão passar pela rodoviária durante o período festivo. Muitos passageiros resolveram antecipar para ontem (22) suas viagens, temendo engarrafamentos nas estradas a partir de hoje. É o caso do analista de sistemas Fernando Bueno, que embarcou para Unamar, na Região dos Lagos do Rio de Janeiro.

“Em outros anos viajei no dia 23 e no próprio dia 24. Sempre um transtorno, principalmente na BR-101. Neste ano, consegui tirar hoje uma folga que estava acumulada no trabalho. Aí antecipei minha viagem, porque amanhã [hoje] vai estar um caos”, disse.

Já Cláudia Maria dos Santos embarcou com destino à cidade de São Paulo. Ela irá passar o Natal e o Ano Novo na capital paulista. Embora ela ainda não tenha definido a data da volta, pretende comprar a passagem com alguma antecedência para garantir. A passageira afirmou ter achado o movimento na rodoviária muito intenso para uma quinta-feira.

“Meu marido vai estar em São Paulo, vou passar o Natal e o Ano Novo lá. Espero que a estrada esteja tranquila. Tem uma semana que resolvi ir, foi tranquilo para achar passagem. Ainda não comprei a volta porque não sei o dia certo que vou comprar, mas devo comprar antes. Estou achando bem movimentado”, afirmou.



Vitor d'Avila

MOVIMENTO no Terminal Rodoviário de Niterói

RIO DE JANEIRO

A Rodoviária Novo Rio, o terminal de ônibus de viagem da capital fluminense, estima um movimento de 569 mil pessoas entre ontem (22) e o dia 2 de janeiro de 2023, para as festas de fim de ano. Segundo a concessionária que administra a rodoviária, o movimento corresponde a 90% do período pré-pandemia, ou seja, às festas de fim de ano de 2019 a 2020.

O dia de maior movimento será 23 de dezembro, quando 64,7 mil pessoas circularão pela rodoviária, das quais 36,8 mil deixarão a cidade e 27,9 mil chegarão. Já o segundo dia de maior movimento será 1º de janeiro, com 60,3 mil embarques e desembarques.

Nesse período de 12 dias, 286 mil pessoas chegarão à cidade do Rio,

enquanto 282 mil viajarão da capital fluminense para outras cidades. Os principais destinos dos que deixarão o Rio são as regiões dos Lagos, Serana, Costa Verde (no estado do Rio), e para os estados de São Paulo, Minas Gerais e do Espírito Santo.

A cidade do Rio de Janeiro é um dos destinos mais procurados pelos clientes da Auto Viação 1001, uma das principais empresas de ônibus do país, para as festas de final de ano. Com suas belezas naturais, o município lidera as buscas de viagens da empresa considerando o período do Natal e do Réveillon, sendo São Paulo (SP), Campinas (SP), Sorocaba (SP) e Belo Horizonte (MG), respectivamente, os pontos com maior volume de partidas rumo ao Rio de Janeiro.

Somam ainda as viagens intermunicipais saindo de Macaé, Campos dos Goytacazes e Região dos Lagos. Quando comparado com 2021, a Auto Viação 1001 percebeu um aumento de 43% nas vendas considerando os trechos com destino a capital fluminense, e de 23% no comparativo do pré-pandemia (2019). Considerando um final de semana normal, o incremento nas vendas para o Natal e do Réveillon — que este ano caem em um sábado e domingo, é de 115%.

OCUPAÇÃO RECORDE

De acordo com dados da Click-Bus, o maior marketplace de passagens rodoviárias do Brasil, para os embarques no período do Natal, a taxa média de ocupação dos ônibus já está

em quase 80%, o que mostra que as pessoas têm cada vez mais se antecipado para as compras a fim de evitar perrengues e filas nas rodoviárias.

IRREGULARIDADES NA MIRA

De olho no movimento de Natal, o Detro-RJ vai desencadear a partir da manhã de hoje, a “Operação Natal”. Agentes da autarquia estarão na Rodoviária do Rio e nos aeroportos do Galeão e Santos Dumont, para fiscalizar o transporte intermunicipal e a alta incidência de transporte irregular nessa época do ano. As ações acontecerão pela manhã e no fim do dia, entre os dias 23 e 26 de dezembro.

RODOVIAS

Durante as festividades de fim de ano, mais de 1 milhão de veículos deverão trafegar pela BR-101 RJ/Norte. A previsão de tráfego é da Arteris Fluminense, concessionária que administra os 322 quilômetros da rodovia no segmento entre Niterói e a divisa RJ/ES, em Campos dos Goytacazes, que disponibilizará equipes operacionais atuando 24 horas por dia para garantir um pronto atendimento aos usuários em caso de emergência.

A operação especial de Natal e Réveillon na BR-101 começa no dia 22 de dezembro e se estende até o dia 02 de janeiro. O aumento no fluxo de veículos está previsto pra ocorrer a partir das 14h do dia 23 de dezembro, quando a rodovia deverá receber 90 mil veículos. No sábado (24), a previsão é de 89 mil veículos, com movimentação intensa nas primeiras horas da manhã.

A Ecoponte estima que mais de 1,7 milhão de veículos atravessem a Ponte Rio-Niterói nos dois sentidos, até a segunda-feira (2/1), devido às festas de fim de ano. O maior fluxo está previsto para o sentido Niterói, com a travessia de 941,5 mil veículos neste período, enquanto, em direção ao Rio, será de 819,8 mil.

Vereadores aprovam abertura de crédito para economia criativa

SAULO ANDRADE

Os vereadores de Niterói votaram, ontem (22), em segunda discussão, oito das dez mensagens do prefeito Axel Graef. Entre elas — com 14 votos a favor e cinco contra —, a que se referia à solicitação da abertura de um crédito especial de R\$ 21,2 milhões para a ação de implantação de um Distrito de Economia Criativa, em São Domingos, região central da cidade.

A princípio, a matéria ficou de ser votada na última quarta-feira (21), mas foi descartada, para análise mais pormenorizada da Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal, que deu parecer favorável, com três votos a favor e dois, contra.

Assim como os demais vereadores, o presidente da Comissão de Orçamento, Fabiano Gonçalves (Cidadania), queixou-se pelo fato de — às vésperas de votar a LOA (Lei Orçamentária Anual) —, o Poder Executivo (Prefeitura de Niterói) ter enviado, à Câmara, 10 mensagens, a serem apreciadas pelos parlamentares.

Neste sentido, Gonçalves achou que, a princípio, o projeto havia chagado de forma “simplória” à Casa, porque não trazia o objetivo fAim da suplementação orçamentária. Após análise mais detalhada, segundo ele, “pela ótica do orçamento, não paira fragilidade” sobre o projeto. O parlamentar destacou ainda que a matéria contou com pareceres favoráveis, também, das comissões de Cultura e de Constituição e Justiça, e que “os votos divergentes serão apensados ao projeto”.

Fato é que o prefeito Axel Graef (PDT) assinou, na última quarta-feira (21), a desapropriação do imóvel histórico da Estação Cantareira. Em nota, a Prefeitura de Niterói ressaltou que o local vai sediar um Distrito Criativo, que vai promover o desenvolvimento de atividades de Economia Criativa, e terá uma Escola para formação e capacitação, com destaque para o audiovisual e a gastronomia. O Decreto N° 14.645/2022 foi publicado no Diário Oficial



Divulgação

PRÉDIO histórico vai abrigar um distrito de economia criativa

al do Município e declara o imóvel como de utilidade pública.

“Estamos retomando a Cantareira para a população de Niterói. Vamos transformar a Estação, que tem um imenso valor histórico, em um Distrito Criativo, um local de formação e capacitação, entretenimento e lazer, com organização. Vai ser um polo de atividades da Economia Criativa, que é uma vocação do bairro”, destaca Graef.

O prefeito ressaltou que a Estação Cantareira já conta com uma cozinha industrial “de excelência”, propicia para cursos de cozinha, culinária, *sommelier* e afins. A opção pelo fomento ao audiovisual, por sua vez, dialoga diretamente com o bairro, onde estão localizadas a Faculdade de Cinema da UFF (Universidade Federal Fluminense) e o futuro Museu do Cinema Brasileiro.

“O objetivo é potencializar o acesso da população às novas tecnologias, fomentar o turismo na região, formar e capacitar mão de obra qualificada e propiciar o surgimento de novos negócios, ligados à Economia Criativa”, frisa o secretário municipal de Ações Estratégicas, André Diniz.

De acordo com o secretário Municipal de Urbanismo e Mobilidade, Renato Barandier, ao longo dos próximos dois anos, a Região Central da cidade vai receber investimentos e

melhorias.

“Essa é uma iniciativa fundamental para requalificação do Centro de Niterói. O Projeto Centro 450, em andamento, prevê uma série de investimentos para a Região Central, nos próximos dois anos, buscando reverter o esvaziamento populacional e econômico que a região vem sofrendo, nos últimos anos. A recuperação dessa edificação histórica, pelo município, vai gerar um efeito positivo, em todo o entorno que, junto com as obras de urbanização, será responsável pela transformação do bairro”.

Tombada por meio da Lei n° 1.063/92, a Estação faz parte do conjunto arquitetônico e histórico do Bairro de São Domingos. A nota da Prefeitura destaca que a desapropriação também “impulsiona a revitalização e valorização do patrimônio material de São Domingos”. O desenvolvimento desse projeto vem sendo realizado em conjunto com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Também estão sendo realizadas as desapropriações do Castelhinho do Gragoatá e a do imóvel localizado na Av. Visconde do Rio Branco, 897.

“O Distrito Criativo também vai dialogar com o Ecossistema de Inovação que terá sede em São Domingos e possui como um dos eixos estratégicos justamente a Economia Criativa”, ressaltou a gestão municipal.

Abastecimento de água em Niterói é interrompido em sete bairros

O abastecimento de água no Barreto, Engenhoca, Ilha da Conceição, Centro, Ingá, Icaraí e Fonseca está interrompido desde a última quarta-feira (21). Segundo a concessionária Águas de Niterói, às 9h, devido a um reparo emergencial na adutora principal em São Gonçalo, que abastece Niterói. A responsabilidade da manutenção é da Cedae.

A concessionária Águas de Niterói diz que está apoi-

ando no reparo com equipes e equipamentos para resolver e que previsão é de que o abastecimento seja normalizado gradativamente hoje (23), a partir das 6h.

A concessionária solicita que os clientes façam uso consciente de água nesse período. Em caso de dúvida, entrar em contato pelo WhatsApp 21 97211-8064, aplicativo Cliente Águas, site www.aguasdeniteroi.com.br ou 0800 723 1222.

Divulgação



PREVISÃO é de que o abastecimento seja normalizado gradativamente hoje (23), a partir das 6h

Águas de Niterói
Grupo Águas do Brasil

COMUNICADO IMPORTANTE

Águas de Niterói informa que o abastecimento nos bairros Barreto, Engenhoca, Ilha da Conceição, Centro, Ingá, Icaraí e Fonseca está interrompido desde ontem (quarta-feira), às 9h, devido a um reparo emergencial na adutora principal em São Gonçalo, que abastece Niterói. A responsabilidade da manutenção é da CEDAE.

A concessionária Águas de Niterói está apoiando no reparo com equipes e equipamentos para resolver a situação o mais rápido possível. A previsão é de que o abastecimento seja normalizado gradativamente a partir das 6h de sexta-feira (23).

A concessionária solicita que os clientes façam uso consciente de água nesse período. Em caso de dúvida, entrem em contato por um de nossos canais de relacionamento: WhatsApp 21 97211-8064, aplicativo Cliente Águas, site www.aguasdeniteroi.com.br ou 0800 723 1222.

CRISE ECONÔMICA DIMINUI BRILHO DA DECORAÇÃO DE NATAL EM NITERÓI

Condomínios tiveram que optar entre pagar o 13º dos funcionários ou colocar enfeites robustos

Vitor d'Ávila



Antes ponto turístico, condomínio até colocou decorações neste ano...



...mas nada comparado ao que era visto nos últimas três décadas

VÍTOR D'ÁVILA

O delicado e incerto momento econômico do Brasil reduziu o brilho do Natal em Niterói. Condomínios residenciais da cidade que, nos últimos anos, eram conhecidos pelos robustos enfeites com pisca-piscas, painéis de LED e luzes, optaram, em 2022, por decorações mais tímidas com guirlandas, festões e árvores, sem muita iluminação. A reportagem percorreu diversos condomínios no bairro de Icaraí, Zona Sul da cidade. De acordo com funcionários, administradores de condomínios tiveram que optar entre colocar decorações mais robustas ou pagar o 13º salário dos trabalhadores. Um deles, Jair Rodrigues, que trabalha como porteiro num prédio na Rua Ator Paulo Gustavo, topou conversar com A TRIBUNA. Ele contou que os condomínios definiram o pagamento aos funcionários como prio-

riedade. A única lamentação é pelas crianças que, segundo o funcionário, perguntam sobre os enfeites. "Está todo mundo assim, a maioria dos prédios está sem dinheiro. Eles optaram por diminuir os enfeites para conseguir pagar o 13º aos funcionários. Era a prioridade. As crianças que ficam perguntando cadê os enfeites. Ano que vem pode ser que melhore, mas neste ano está difícil", disse. Um dos casos mais simbólicos é de um condomínio localizado na esquina das ruas Presidente Backer e Mem de Sá, também em Icaraí, que durante cerca de 30 anos foi "ponto turístico" devido aos enfeites natalinos. Em 2023, a crise econômica e um desentendimento entre a atual e a antiga gestão do prédio fizeram com que a opção fosse uma decoração mais "tradicional". Além disso, o Concurso de Decoração Natalina da Cidade de Niterói, que teve cinco edições organizadas pela

Niterói Empresa de Lazer e Turismo (Neltur) não foi realizado em 2022. Eram premiadas as categorias "imóvel residencial tipo prédio", e "imóvel comercial tipo prédio". A assessoria de comunicação da Neltur foi procurada e questionada sobre que motivos levaram à não realização neste ano, mas, até o fechamento deste texto, não havia respondido. **REDUÇÃO DE RISCOS** De acordo com o professor Carlos Cova, doutor em Engenharia de Produção pela COPPE/UFRJ e CEO do grupo Agir Consultoria, a iniciativa dos administradores de condomínios tem a ver com uma ação voltada à redução de riscos. O especialista afirma que sindicatos, projetando possíveis inadimplências, tiveram de escolher entre fazer as decorações ou manter os pagamentos dos funcionários em dia. "A consequência para os gestores de recursos, e os sindicatos são gesto-

res de recursos, é uma atuação baseada na redução dos fatores de risco. Na expectativa de uma redução de receitas, devido à possíveis inadimplências, optam por reduzir riscos mantendo em dia as despesas com funcionários. Qualquer gasto mais supérfluo sofre contingenciamento", analisou. O especialista também afirmou que as decorações natalinas mais tímidas podem ser consequência do desgaste provocado pela polarização durante o processo eleitoral de 2022. Além da situação econômica, Carlos Cova também aponta que existe um fator emocional e psíquico que pode estar influenciando a população. "Decisões econômicas resultam de múltiplos fatores. As decisões de gasto no nível micro, como é o caso dos condomínios, também reflete o ambiente macro. As pessoas tomam decisões com base nas expectativas sobre o estado futuro da economia. o país sai deste

período eleitoral esgotado, sobretudo em nível emocional e psíquico, tamanha foi a polarização", completou. **COMO ECONOMIZAR ENERGIA** A concessionária Enel, responsável pelo fornecimento de energia em boa parte do Rio de Janeiro, deu orientações de como fazer decorações que não gastem tanta energia. Na hora de adquirir os "pisca-piscas", é importante verificar a informação dada em watts (W), contida na embalagem, que corresponde à potência demandada por determinado produto. Quanto maior for a potência, maior será o consumo do enfeite natalino. Vale lembrar também que deixar o pisca-pisca aceso por mais tempo vai gerar um consumo de energia. Outra boa dica é utilizar produtos com a tecnologia LED que, além de contribuírem para a redução de até 80% do consumo de energia, também são mais seguros.

COMERCIANTES APOSTAM NO MOVIMENTO DE ÚLTIMA HORA

VÍTOR D'ÁVILA

Até amanhã (24), shoppings, lojas e centros comerciais estarão mais movimentados do que o normal. É o tradicional "corre-corre" dos consumidores de última hora para o Natal. O movimento dos últimos momentos antes da celebração é considerado o grande trunfo do setor para alcançar as projeções de vendas. Em meados de dezembro, o presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) de Niterói, Luiz Vieira, afirmou que a expectativa era de incremento de 20% em relação ao ano passado. Ontem (22), Vieira admitiu que o movimento ainda está um pouco abaixo do previsto, mas que há otimismo com as compras de última hora e também as liquidações pós-Natal. "A expectativa está um pouco abaixo do previsto, mas ainda acreditamos que iremos alcançar [os objetivos] com as compras de última hora, pois as vendas estão crescendo exponencialmente dia a dia. Anda termos as vendas das liquidações após o natal que também contribuem muito para o objetivo" analisou Vieira. Horário estendido e atrativos Para atrair o maior número possível de clientes, os principais shoppings de Niterói apostaram em estender o horário de funcionamento, hoje (23). O Plaza Shopping, que fica no Centro da cidade, ficará aberto uma hora a mais, até as 23h. Além disso, o shopping usa como chamariz as promoções e sua tradicional decoração natalina. De acordo com a administração do shopping, o mês de dezembro está

com uma média de 70 mil pessoas por dia. A expectativa é que se mantenha assim até amanhã (24). Este ano, os brindes de Natal para do Programa de Benefícios do Plaza são da Havanna: clientes da categoria 2 estrelas ganham um pote de doce de leite e categoria 3 estrelas, um panetone de doce de leite. Para resgatar o benefício, basta cadastrar notas fiscais no aplicativo que somem R\$450. Os clientes cadastrados no aplicativo também poderão participar do sorteio de um Jeep Commander: categoria 1 tem um cupom; categoria 2, cinco cupons; e categoria 3, dez cupons. Para concorrer ao prêmio, é necessário ativar a participação pelo aplicativo. A decoração interativa de Natal do Plaza Niterói fica disponível até o dia 24 de dezembro. Instalada na Praça de Eventos do primeiro piso, o Ateliê do Noel conta com, além da presença do Papai Noel, uma roda gigante da Johnny Joy de 12 metros de altura. O valor para andar no brinquedo é de R\$20, já o uso do espaço interativo é gratuito. As fotos com o Papai Noel podem ser feitas tanto com o próprio celular, de forma gratuita, ou compradas com o fotógrafo profissional do evento, que disponibiliza as imagens em imã, porta-retratos ou direto por mensagem. O Ateliê tem ainda uma lojinha com acessórios natalinos à venda. O Itaipu Multicenter, principal centro comercial da Região Oceânica de Niterói, também optou por estender seu horário de funcionamento. Ficará aberto entre 10h e 23h. Já o Shopping Bay Market, no Centro ficará aberto até as 22h.



O PLAZA SHOPPING aposta em atrações para atrair público



O CDL acredita que movimento de última hora vai impulsionar vendas plataforma Mercado Livre, 90% dos entrevistados farão algum tipo de compra por meio da internet. Segundo levantamento feito pela empresa de publicidade online Critico, 76% dos brasileiros planejam comprar presentes de final de ano em marketplaces, sites, app de lojas e até em redes sociais, por meio de celulares (65%) e computadores (24%). Os entrevistados responderam que estão muito ocupados para fazer compras pessoalmente (57%) e que preferem evitar multidões (69,5%). Os consumidores passaram a planejar as compras com um mês de antecedência (45%) e alguns, ainda mais atentos (23%), em outubro. Outra modalidade buscada são os clubes de assinatura. De acordo com a Associação Brasileira de Comércio Eletrônico (ABCOMM), o mercado de clubes de assinatura já movimentou cerca de R\$ 1 bilhão por ano no país.

COMÉRCIO ONLINE

Boa parte do movimento antes visto nos centros comerciais migrou para o âmbito virtual. As plataformas

de comércio online estão animadas com as vendas natalinas. Segundo uma pesquisa realizada pelo Instituto Ipsos, encomendada pela

Restaurante Cidadão Jorge Amado terá cardápio especial hoje

O Restaurante Cidadão Jorge Amado terá um prato especial hoje (23). O cardápio, preparado pelo chef Honorato Vieira, foi aprovado na edição do projeto Chef Popular em outubro e retorna para a celebração natalina. O prato do dia é copa-lombo assada servida com canji-

quinha e farofa de linguíça. Ainda há opção de fricassê de frango e um doce de banana de sobremesa. O almoço é servido pelo preço simbólico de R\$ 2, das 10h às 15h. Desde sua municipalização, em 2017, o Restaurante Cidadão já passou das 2,9 milhões de refeições servidas.

Além da refeição, os frequentadores vão curtir um som ambiente com participação de um DJ. O restaurante funciona de segunda a sexta-feira, de 6h às 9h, para o café da manhã e, de 10h às 15h, para o almoço e fica na Av. Visconde do Rio Branco, 281 - Centro, Niterói - RJ, 24020-001



CIDADES

RIO BONITO REALIZA COLETA ITINERANTE DE EMBALAGENS DE AGROTÓXICOS

Campanha começou pela localidade conhecida como Rio Seco, na Zona Rural

Uma campanha muito legal começou ontem (22) na cidade de Rio Bonito, no bairro Rio Seco. Trata-se da coleta itinerante de embalagens vazias de agrotóxico, que é um trabalho desenvolvido pela Prefeitura e o Governo do Estado.

No primeiro dia da campanha, o engenheiro agrônomo e coordenador de Controle de Agrotóxico, Leonardo Vicente, e o superintendente de Defesa Agropecuária, Paulo Henrique Moraes, ambos da Secretaria de Estado de Agricultura, participaram da coleta. Renata Brandão, médica veterinária da Secretaria Municipal de Agricultura, juntamente com os técnicos do Programa Saúde do Trabalhador, ligados à Secretaria de Saúde, participaram também da ação.

De acordo com a Prefeitura de Rio Bonito, a ação é voltada para áreas rurais e tem como foco principal o cumprimento da legislação sobre o descarte correto das embalagens e o uso dos agrotóxicos, além de levar, o que é o principal na campanha, informações para agricultores e proprietários agrícolas.

O grupo percorreu terras rurais e dis-



VÁRIOS produtores rurais levaram embalagens de agrotóxicos para fazer o descarte correto

tribuiu panfletos explicativos sobre a forma de armazenar e descartar as embalagens após o uso, no prazo máximo de um ano a partir da data da compra.

Segundo a Prefeitura de Rio Bonito, a Central Rio Agropecuária, localizada na Avenida 7 de Maio, no Centro, é o local autorizado pelo Governo do Estado para os produtores entregarem as embalagens vazias dos agrotóxicos para descarte.

"A preservação da saúde do produtor rural tem sido uma preocupação constante da administração municipal. Tem muita gente ficando doente pelo manuseio incorreto e a reutilização das embalagens dos agrotóxicos. Nós montamos um grupo de trabalho e adotamos novas estratégias e ações conjuntas, juntamente com os produtores rurais e técnicos das secretarias, para combater o problema no município", explicou o secretário de Agricultura, Teilor Cerqueira, que pediu conscientização da população quanto aos riscos causados pelo uso indiscriminado de agrotóxicos e os problemas provocados ao meio ambiente e à saúde humana.

Cabo Frio intensifica ações contra pesca predatória e crimes ambientais



A OPERAÇÃO foi realizada por agentes do Proeis e da Romu no Dormitório das Garças, área de preservação ambiental

Na última quarta-feira (21), uma operação de fiscalização com o objetivo de combater a pesca predatória e possíveis crimes ambientais foi deflagrada no Parque Natural Municipal Dormitório das Garças, no bairro Portinho, em Cabo Frio.

A ação, realizada pela Secretaria de Direitos Humanos e Segurança, contou com a participação de agentes Guarda Marítima e Ambiental, Programa de Integração na Segurança (Proeis) e da Ronda Ostensiva Municipal (Romu).

"Essa operação faz parte dos

trabalhos previstos no plano de ação que visa combater possíveis crimes na localidade não só aqui no Dormitório das Garças, mas também em toda cidade", contou Ruy França, secretário de Direitos Humanos e Segurança.

Segundo a Secretaria de Direitos Humanos e Segurança, além das ações rotineiras, as atividades fiscalizatórias são intensificadas durante o período de defeso total do Dormitório das Garças, que visa proteger e resguardar a reprodução das espécies. Na operação, ninguém foi detido.

SAQUAREMA

Campanha de vacinação antirrábica supera expectativas

Os meses de agosto, setembro, outubro e novembro foram importantes para donos de cães e gatos e para a Secretaria Municipal de Saúde, que em parceria com a Defesa Civil realizou a Campanha de Vacinação Antirrábica em Saquarema.

Ao todo, segundo dados da própria secretaria, 23.644 animais foram imunizados no município. Desse número total, 18.879 cães foram vacinados, além de 4.765 gatos de estimação.

A expectativa de imunizar 12 mil cães e 2.100 gatos na campanha neste ano foi positiva e ultrapassou a meta estabelecida pelo Dr. João Alberto Oliveira, secretário Municipal de Saúde. Além de números satisfatórios, a ação mobilizou mais de 200 profissionais e voluntários, sendo estudantes de veterinária da Universidade de Vassouras que atuaram em postos de imunização na cidade.

"Na campanha de 2021, a Prefeitura de Saquarema realizou a imunização de 21.423 animais, o que significa que o número de pets vacinados aumentou, este ano, em quase 10%. Uma demonstração de que es-

tamos no caminho certo com relação às estratégias adotadas para aumentar o atendimento, mediante a adoção do posto de vacinação volante e dos dias da campanha", comemorou o Dr. João Alberto Oliveira, secretário Municipal de Saúde.

Com o término da campanha, as vacinas estão agora disponíveis, até o mês de fevereiro, na Clínica Animal, na sede da Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Pesca, localizada no Horto Municipal, em Sampaio Corrêa.

Destinada para cães e gatos, a vacina antirrábica é recomendada para animais a partir de quatro meses de idade e devem ser aplicadas na região lombar por meio de via subcutânea. No entanto, é aconselhável não vacinar fêmeas grávidas, pois a aplicação da vacina pode causar estresse no animal e ocasionar um aborto indesejado. Além disso, não devem ser vacinados animais que estejam tomando antibiótico, prostrados ou com diarreia, fêmeas em período de cio e animais com infestação de carrapatos ou pulgas.



ATÉ FEVEREIRO, animais podem ser vacinados na Clínica Animal

Famílias de Rio das Ostras serão beneficiadas com R\$ 1,5 mil

O prefeito Marcelino Borba enviou ontem (22) à Câmara Projeto de Lei nº 102/2022, que garantirá o repasse de R\$ 1,5 mil para as famílias que tiveram perdas materiais afetadas pelas chuvas desta semana. O projeto foi imediatamente aprovado por pelos membros do Legislativo.

De acordo com a Prefeitura de Rio das Ostras, o aporte financeiro acontecerá diretamente por transferência em conta corrente e tem a previsão entre os meses de dezembro de 2022 e janeiro de 2023.

Segundo a Lei, o Auxílio Municipal Emergencial poderá ser utilizado para aquisição de artigos pessoais, mobiliário residencial, eletrodomésticos e aquisição de materiais de construção para reparos e/ou reformas.

No entanto, há regras para que as famílias recebam o bene-



BENEFICIÁRIOS podem utilizar repasse para aquisição de artigos pessoais e material de construção

fício e apresentem documento de identificação; estejam inscritas no Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal; tenham renda per capita de até meio (1/2) salário mínimo nacional; idade mínima de 18 anos; residam em Rio das Ostras; residam, ou residiam, no período dos

desastres abrangidos pela lei, em áreas cujos domicílios tenham sido invadidos por água ou atingidos por deslizamentos/desabamento, conforme mapeamento indicado pela Defesa Civil; apresentem registros fotográficos, vídeos ou laudo/relatório das autoridades competen-

tes no ato do requerimento; requeiram o benefício junto às unidades de atendimento da Secretaria Municipal de Assistência Social até o prazo máximo de 15 (quinze) dias, a partir da publicação da lei.

Mais informações pelo site www.riodasosttras.rj.gov.br.

Nas cores
Branco
Tabaco

INSTALE SUA CALHA

99611-1877 R\$ 65,00 Calha



CULTURA

Teatro, música e solidariedade na programação de Natal, em Niterói

Niterói segue tendo a programação do Natal do Amanhã com atividades culturais pela cidade. Na sexta-feira (23), haverá apresentações teatrais e musicais no Centro e em Icaraí. As atrações são gratuitas.

Em Icaraí, a população poderá assistir ao show da Orquestra de Cordas da Grotta, a partir das 19h. Logo após, será a vez da apresentação de Sergio Chiavazzoli com Natal de Cavquinho. Além disso, o Campo de São Bento conta com uma decoração especial que pode ser apreciada e também a Casa de Papai Noel, onde o bom velhinho recebe as pessoas e fica disponível para fotos de terça à sexta, das 18h às 21h. Quem for ao Campo também pode contribuir com a Campanha Niterói Solidária com a doação de alimentos não perecíveis e itens de higiene e limpeza para as famílias em vulnerabilidade.



No mesmo dia, a Sala Nelson Pereira dos Santos (Reserva Cultural), no Centro, recebe o Auto de Natal sem Infância, às 19h. Depois, a partir das 20h30, será a vez do público aproveitar a apresentação da Banda do Síndico, tocando os sucessos do saudoso Tim Maia.

Natal Solidário - A Campanha Natal Solidário, da Prefeitura de Niterói, está com pontos de doações e conta com você para fazer o dia de alguém mais feliz. É possível doar alimentos não perecíveis e itens de higiene e limpeza que serão entregues para as famílias em vulnerabilidade social da cidade. De terça a sexta, os pontos de coleta estarão ao lado da Casa do Papai Noel, no Campo de São Bento, Árvore de Natal de São Francisco, na Praça Rádio do Amador, das 18h às 21h, e no Horto do Fonseca, das 18h às 20h.

SERVIÇO:
NATAL SOLIDÁRIO - arrecadação de alimentos não perecíveis e artigos de higiene e limpeza
Data: de terça a sexta-feira
Horário: 18h às 21h (exceto no Horto que vai até às 20h) - Campo de São Bento - Alameda Edmundo de Macedo Soares e Silva, s/n - Icaraí

ÁRVORE DE NATAL EM SÃO FRANCISCO com visita ao Papai Noel - Praça do Rádio Amador - São Francisco

HORTO DO FONSECA - com visita a decoração natalina - Alameda São Boaventura, 770 - Fonseca



DISTRIBUIÇÃO DO ECAD TERÁ VALOR RECORDE DE R\$ 1,166 BILHÃO, ESTIMA UBC

Os direitos autorais seguem em alta. A União Brasileira de Compositores (UBC) divulgou que estima um recorde na distribuição de direitos autorais: R\$ 1,116 bilhão, maior valor em todos os tempos.

No mês passado, a entidade já estimava que as receitas com direitos autorais no streaming cresceram 178% só em 2021, na comparação com 2020, em todo o mundo. Os dados são de um estudo da consultoria americana Musonomics, que apurou um total gerado de US\$ 5,3 bilhões (R\$ 27,8 bilhões), entre execução pública e direitos fonomecânicos.

Em comum a todos os dados está a impressionante recuperação do setor de shows ao vivo, que gera uma cascata positiva de movimentos a impactar as programações da TV (no caso de megafestivais como o Rock in Rio, por exemplo), a publicidade, as audições no streaming e, claro, a distribuição direta de direitos de execução pública para os titulares cujas canções são tocadas.

"Depois das dificuldades do isolamento, as pessoas estavam carentes de ver os artistas favoritos, o que movimentou a economia. Esse é um setor que puxou as projeções de crescimento", disse Ricardo Queiroz, sócio da PwC Brasil, empresa para mídia e tecnologias.

A distribuição do Ecad foi outra

que se beneficiou diretamente da pujança do segmento shows, como analisou Fabio Geovane, gerente de Operações da UBC

"Comparativamente com o ano de 2021, tivemos um crescimento geral (na distribuição do Ecad) de 36,7%. Tudo isso em função da melhoria dos níveis de contágios por Covid e a consequente reabertura dos mercados, propiciando que voltássemos a ter grandes shows e festivais, como o Rock in Rio. Além da melhoria geral da arrecadação por conta da recuperação econômica e pela saudade que todos estávamos de nos reunirmos ao som de muita música."

Os números do Ecad falam por si: das cinco rubricas, ou segmentos de arrecadação, que mais cresceram em 2022, na comparação com 2021, três estão ligadas à música executada em locais públicos, seja ao vivo, seja mecânica. Os outros dois segmentos estão vinculados diretamente à espinha dorsal do crescimento da indústria musical nos últimos anos: o streaming.

SHOW - 245% de crescimento em 2022, na comparação com 2021
MÚSICA AO VIVO - 155%
CASA DE FESTAS - 66%
STREAMING DE VÍDEO - 70%
STREAMING DE ÁUDIO - 46%

Flávio Ricco



Colaboração: José Carlos Nery

ESCALADO

Marcos Palmeira foi designado para papel de delegado Benício, o mesmo de "A Divisão", na segunda temporada de "O Jogo que Mudou a História". Mas ainda tem muito chão pela frente. Gravações só no segundo semestre do ano que vem

MAIS PELA FRENTE

O documentário "Ronaldo, o Fenômeno", um dos recordistas de acesso no Globoplay, já tem sua continuidade decidida. A primeira parte foi até 2002, mostrando todo o drama do ex-jogador, suas contusões e problemas pessoais, até chegar à conquista do título mundial.

ESTÁ FECHADO

É certeza que o grupo de participantes do próximo "BBB", entre Pipoca e Camarote está fechado. Totalmente ou em sua maioria. Boninho, claro, e porque faz parte, sempre cria um grande suspense, mas é uma seleção que nunca fica para a última hora.

NÃO FOI FÁCIL

Anderson Di Rizzì passou os últimos meses envolvido nos trabalhos de uma comédia, ainda sem título definitivo, com direção de Rodrigo Van Der Put, que foi totalmente rodada nos Estados Unidos.

Eduardo Sterblitch também esteve nessa.

NÓ PAPEL

A direção do SBT tem vários planos traçados para o ano que vem, em se tratando da sua dramaturgia e entretenimento. Por exemplo: a abertura do segundo horário de novelas e o lançamento de um reality show.

PÚBLICO NÃO ENGOLE MAIS AS "BARRIGAS" DAS NOVELAS

Deixar a história, no caso das novelas, patinar e em vários capítulos não sair do lugar é um recurso que ficou de lado. Nem cabe nos tempos de agora, até porque a exigência do público hoje é muito maior.

As séries, com produção cada dia mais intensa e muitas delas, com episódios a perder de vista, vieram demonstrar que é, sim, possível trabalhar de uma forma bem diferente, obrigando-se a um dinamismo sempre presente e em nenhum instante permitir ao espectador desviar a sua atenção.

Muito ao contrário de um tempo em que perder um, dois,... até quatro ou cinco capítulos não fazia diferença.

Dai a necessidade de se tomar muito cuidado com os remakes.

Ao se decidir pela realização de um deles, entre os tantos títulos que até merecem uma nova versão, essa adaptação para os dias atuais passará a ser necessária. E imprescindível.

Para fazer exatamente do jeito que foi, repetindo os mesmos mecanismos de antes, é muito melhor a exibição do original. Para isso tem o Viva, que não deixa ninguém mentir.



ALANIS Guillen e Jesuita Barbosa nos bastidores do remake de "Pantanal"

O PRÓXIMO

Em seus novos episódios, "Ronaldo, o Fenômeno" vai mostrar a continuidade de sua carreira, num momento em que existiram sérias dúvidas se ele teria condições de seguir jogando.

Até a sua chegada e conquistas no Corinthians.

BOM GOSTO

No passado da Globo, Gilberto Braga e Manoel Carlos sempre participaram demais da montagem das trilhas musicais de suas novelas. Todas, no caso dos dois, sempre se destacaram quanto a este aspecto pelo bom gosto.

A informação é que em "Todas as Flores", no caso por parte do João Emanuel Carneiro, isso veio se repetir.

DESDE SEMPRE

Aliás, sempre houve por parte produção brasileira e aí se inclui montagens teatrais, filmes e novelas, uma preocupação muito especial com as trilhas sonoras.

Mesmo com jogo de interesses e a caitiugagem sempre presente, de forma geral os trabalhos continuam muito bons.

ORDEM DAS COISAS

O que se sabe é que o planejamento do SBT para 2023, ou boa parte dele, aos poucos está sendo levado a Silvio Santos para a sua aprovação.

Todo esse processo deve ser acompanhado de um estudo sobre as suas possibilidades comerciais. Dizem que, a cada dia, está mais difícil alguma coisa ser aprovada por ele.

BATE-REBATE

• "Pantanal" segue muito bem, só que agora como um dos títulos mais acessados do Globoplay.
• Desde o começo, Jade Picon sempre sofreu uma certa perseguição, com muitas críticas...
• ... Mas o seu trabalho em "Travessia" está longe de ser ruim. Ao contrário...

• ... Tem uma figura que marca. E a sua atuação, por ser um primeiro trabalho, é das mais razoáveis.
• É de se destacar a regularidade do "Hoje em Dia", na Record...
• ... O programa já tem um público conquistado e muito fiel...
• ... Audiência consolidada e uma busca comercial das mais

interessantes.
• Além de grande ator, Paulo Cesar Pereio sempre teve uma das vozes mais buscadas do mercado...
• ... Tanto pela propaganda, como para documentários ...
• ... Agora o seu trabalho se destaca mais uma vez na narração do longa "Lupicínio Rodrigues".

C'EST FINI - A Rede TV! praticamente fechou as suas portas no dia de ontem. Férias para toda a companhia. Só o jornalismo, claro, continuará operando normalmente, inclusive com horário já reservado na programação do dia 1º, para levar ao ar a cerimônia de posse do presidente Lula. Então é isso. Mas amanhã tem mais. Tchau!

pixbet
SAQUE RÁPIDO.
SACOU?

PARAMENTO IMEDIATO VIA PIX
MELHOR COTAÇÃO
DEPOSITOS A PARTIR DE R\$ 1,00

ESPORTES

SEXTO REFORÇO

JORGE É APRESENTADO NO FLUMINENSE

O lateral-esquerdo exibe a camisa 6 que vai usar no Tricolor

O sexto reforço, coincidentemente, vai usar a camisa 6 Tricolor. O lateral-esquerdo Jorge, ex-Palmeiras, chega para uma das funções mais carentes no elenco do Fluminense. O jogador foi apresentado ontem (22) e chega para se juntar a Keno, Vitor Mendes, Vitor Eudes, Lima e Guga.

Campeão brasileiro com o Palmeiras, o jogador de 26 anos chega para assumir a titularidade da lateral-esquerda, uma dor de cabeça de Fernando Diniz nesta temporada, já que por diversas vezes, o atacante Caio Paulista jogou improvisado até contusão de Calegari. No fim, até o jovem Alexander, volante da base

fez a função.

Apesar de talentoso, como era pouco utilizado no Palmeiras, Jorge participou de 24 jogos na temporada, mas fez apenas nove jogos no Brasileiro. No segundo turno, por exemplo, entrou em campo duas vezes, na 28ª e 36ª rodada da competição, entrando na etapa final dos jogos.

Jorge, cria do Flamengo, começou a carreira em 2014, e se destacou no Brasileiro de 2016, quando foi eleito o melhor da posição no campeonato daquele ano. Depois disso, o jogador passou por Mônaco, Porto, Basel e Santos antes de retornar ao futebol brasileiro.



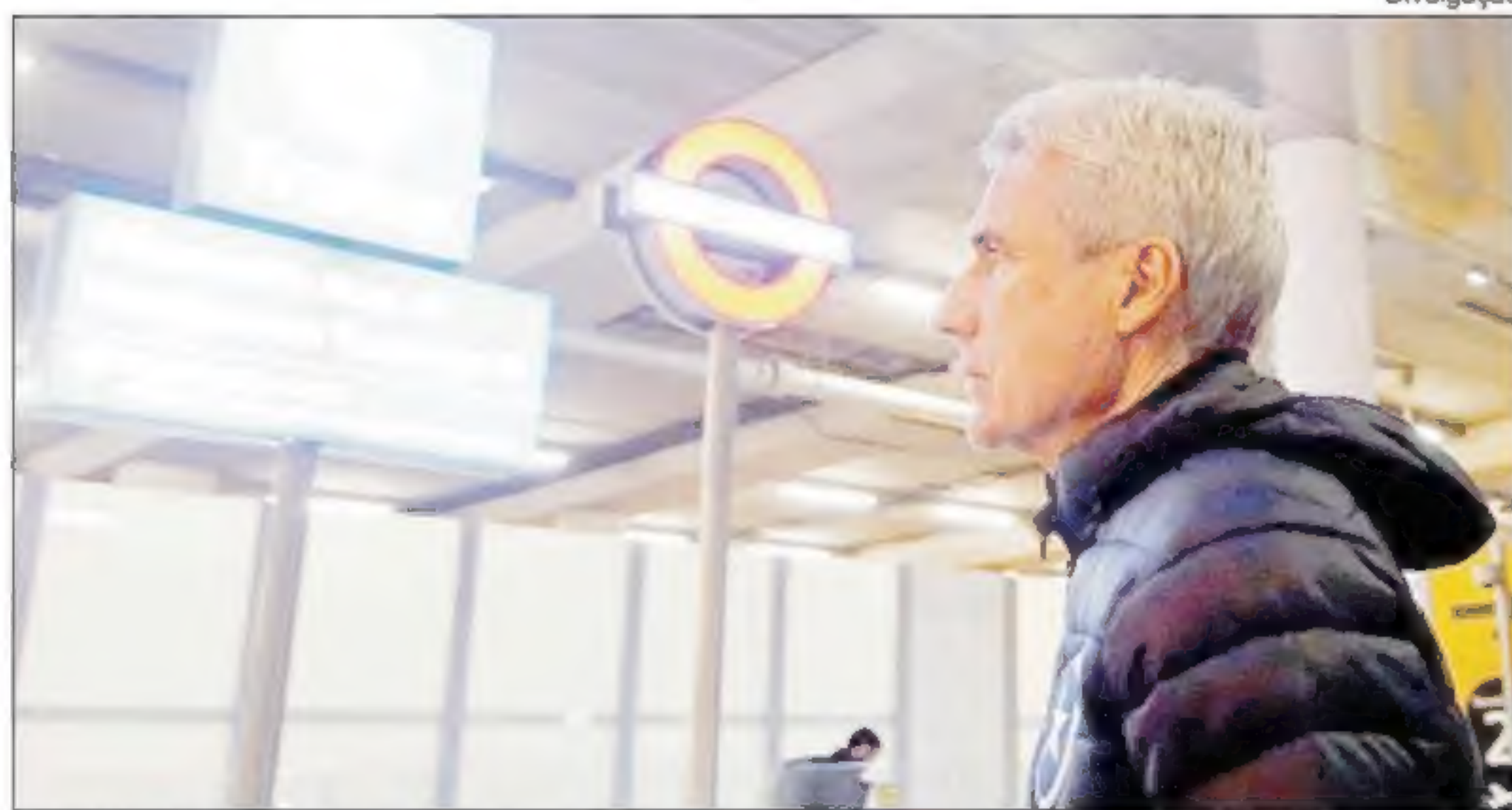
Divulgação

'Estou totalmente envolvido', diz Luís Castro sobre permanência no Botafogo

"Meu futuro é no Botafogo". Com essa frase, o treinador Luís Castro encheu de esperança os torcedores do Glorioso durante a semana e descartou qualquer possibilidade de substituir Fernando Santos, que deixou o cargo de treinador da seleção portuguesa na semana passada após Portugal ser eliminado por Marrocos na Copa do Mundo do Catar nas quartas de final da competição.

"Os convites são sempre bons. O que interessa é perceber o momento em que estamos na nossa vida. Estou focado no projeto no Botafogo, reerguer um clube histórico que foi adquirido por John Textor. É um projeto muito difícil e estou totalmente envolvido nisso. Neste momento a minha vida é só no Brasil e já dá muitas dores de cabeça", afirmou o português que tem contrato até o fim de 2023 e vai para a segunda temporada à frente do comando da equipe.

Até agora, o clube tem o volante Marlon Freitas, que veio do Atlético-GO, confirmado como reforço e um acordo engatilhado



Divulgação

TREINADOR cita convites após saída de Fernando Santos, mas afirma que momento é de focar no clube para assinar com o equatoriano Luís Segovia.

Nos bastidores do clube, o Botafogo convive com problemas no pagamento de salários neste fim de ano. O clube tem uma parcela do 13º, férias e parte dos vencimentos de dezembro em atraso junto ao elenco. Além disso, comissões de empresários, que recebem por intermediarem

negociações, também estão em débito. O clube carioca passa por um dilema que fluxo de caixa.

O Botafogo vai disputar, além da Copa do Brasil e Brasileiro, a Copa Sul-Americana em 2023. A equipe alvinegra entra nas oitavas de final, ao lado de São Paulo, América-MG, Botafogo, Santos, Goiás e Bragantino. O mesmo acontece com equipes da

Argentina, que são Gimnasia y Esgrima, Defensa y Justicia, Tigre, Newell's Old Boys, Estudiantes e San Lorenzo.

Mas antes, o Botafogo inicia caminhada para o título do Campeonato Carioca e enfrenta o Audax, no Estádio Nilton Santos, no dia 15 de janeiro, partida válida pela 1ª rodada. O horário ainda não foi definido.

Vasco recebe proposta do Chelsea por Andrey

O gigante inglês Chelsea fez uma proposta esta semana por Andrey, volante de 18 anos, e o menino está próximo de deixar São Januário. O negócio gira em torno de 40 milhões de Euros (R\$ 220 milhões). Ainda não se sabe o valor fixo, as variáveis e possíveis bonificações da transação entre os clubes. O Vasco tem 70% dos direitos econômicos do atleta.

Um outro clube da Inglaterra, o Newcastle, estaria também

interessado em enviar uma proposta oficial pela atleta, porém Andrey optou pelo clube de Londres. A oferta é tratada como irrecusável, e o sentimento de pessoas envolvidas na negociação é que a ida para a Inglaterra é dada como certa.

A joia rara de nome Andrey, convocado para o Sul-Americano sub-20 para a disputa do torneio na Colômbia, entre janeiro e fevereiro, despontou no Gigante da Colina ainda neste ano e tornou-se rapidamente o



Divulgação

principal jogador da Série B. A boa fase fez dele terminar a temporada com oito gols.

Entre tantos números expressivos, a diretoria Cruzmaltina reconheceu que dificilmente vai conseguir manter o jogador no clube e que já recebeu recentemente sondagens de Barcelona e do próprio Chelsea neste ano.

Enquanto o clube se movimenta, o Vasco estreia no dia 15 de janeiro contra o Madureira, em São Januário.

Everton Ribeiro confia em adaptação de Vitor Pereira no Flamengo

Adaptação é a palavra mais ouvida nos corredores da Gávea e nas dependências do Ninho do Urubu, quando o assunto é o técnico Vitor Pereira. Entre incertezas sobre o trabalho do novo treinador, Everton Ribeiro, que participou na última quarta-feira (21) do evento beneficente Craque do Amanhã, não vê problema algum com isso.

O capitão e camisa 7 da equipe rubro-negra acredita em uma rápida adaptação no estilo do português com a forma que a equipe costuma jogar.

"A expectativa é muito boa. É um treinador que está há um ano no futebol brasileiro, já conhece. Ele conhece a nossa equipe também. Espero que possa chegar para termos um brilhante ano de 2023", afirmou Everton Ribeiro.

Vale lembrar que o Flamengo, no dia 13 de dezembro, anunciou oficialmente ter um acordo com o ex-técnico do Corinthians. O clube ainda não o oficializou como novo comandante porque a assinatura do contrato só pode ser feita a partir de janeiro.

"O nosso ano começa pegado. Temos de nos preparar bem. Tem dez dias que estou de férias. Temos de nos preparar bem, fazer uma pré-temporada boa para ganhar os títulos que sonhamos", acrescentou Everton Ribeiro, que defendeu a seleção brasileira na Copa do Catar.

O treinador Vitor Pereira será mais um português a comandar o Flamengo. No começo de 2022, Paulo Sousa foi contratado e não conseguiu emplacar bons resultados. Acabou demitido. Dorival Junior chegou e foi campeão da Copa do Brasil e da Libertadores.

O ano de 2023 promete ser desafiador para o Flamengo. Isso porque, o rubro-negro vai disputar várias competições ao longo do ano. Uma delas é a Recopa, que já anunciou, em virtude do Mundial de Clubes, no Marrocos, a mudança na data do confronto entre Flamengo e Independiente del Valle. Os confrontos serão nos dias 21 de fevereiro, em Quito, no Equador, e 28 de fevereiro, no Maracanã. Ambos às 21h30 (de Brasília).



Raphael Raposo/Divulgação

PARA EVERTON RIBEIRO, que esteve em evento com Ganso, adaptação não será problema para o novo treinador

Marmoraria
Marmores & Granitos
Nacionais & Importados

AGORA COM MARMORES E GRANITOS

PARCELAMOS
em até
12x
NO CARTÃO

FAÇA SEU ORÇAMENTO!
centraldoconstmarmoraria@gmail.com

99611-1877

PUBLICIDADE LEGAL



Prefeitura de RIO BONITO

L E I Nº 2515 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Segurança e Ordem Pública de Rio Bonito – SEMOP, altera os diplomas legais a seguir: Lei n.º 1787 de 16 de março de 2012, Lei n.º 2282 de 22 de dezembro de 2018, CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 1787 de 16 de março de 2012, do artigo 2º III, "g", da Lei n.º 2282/2018 e do artigo 1º da Lei 1.832/2013, faço saber que a Câmara Municipal de Rio Bonito aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica revogado o artigo 1º da Lei n.º 1.832 de 11 de abril de 2013.

Art. 2º - A Secretaria Municipal de Segurança e Ordem Pública – SEMOP, doravante, passa a denominar-se Secretaria Municipal de Segurança, Ordem Pública e Defesa Civil - SESODEC, assim como os seus órgãos, passam a ser estruturados na forma dos incisos abaixo:

I – Departamento Geral da Guarda Municipal de Rio Bonito

II – Departamento Geral de Trânsito – DEGETRAN

III – Diretoria Municipal de Defesa Civil

§ 1º – O cargo de Secretário Municipal de Segurança e Ordem Pública, símbolo SM, passa a denominar-se Secretário Municipal de Segurança, Ordem Pública e Defesa Civil.

§ 2º - Poderão ser criados, através de lei, órgãos de apoio dentro da estrutura da Secretaria Municipal de Segurança, Ordem Pública e Defesa Civil – SESODEC.

§ 3º - Cada Órgão de que trata o artigo 2º desta Lei, assim como os fundos ligados a eles, terão suas atribuições e respectivas finalidades previstos em regulamentação específica.

Art. 3º - O Órgão mencionado no art. 2º, inciso III desta Lei resulta da incorporação por esta Secretaria, deixando a Diretoria Municipal de Defesa Civil de fazer parte da estrutura organizacional da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação.

Art. 4º - O parágrafo único do artigo 1º da Lei n.º 1.787 de 16 de março 2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo único: O cargo de Diretor Municipal de Defesa Civil será preenchido por profissional experiente do quadro de pessoal do Corpo de Bombeiros Militar, e os cargos de Assessores-técnicos de Gerenciamento de Crises e Desastres serão preenchidos por profissionais com formação em geologia e engenharia civil, cada um.

Art. 5º - Em decorrência das alterações estruturais citadas nos artigos antecedentes e seus incisos ficam transferidos o pessoal e o acervo documental e patrimonial das Unidades Administrativas redimensionadas para a Secretaria Municipal de Segurança e Ordem Pública e Defesa Civil.

Parágrafo único - Caberá à Secretaria Municipal de Administração o remanejamento do pessoal.

Art. 6º - A Secretaria Municipal de Segurança, Ordem Pública e Defesa Civil – SESODEC, dentro das suas competências e atribuições, funcionará com a seguinte estrutura organizacional:

I – Gabinete do Secretário

II – Departamento Geral da Guarda Municipal de Rio Bonito.

III – Departamento Geral de Trânsito – DEGETRAN

IV – Diretoria Municipal de Defesa Civil

Art. 7º - Compete à Secretaria Municipal de Segurança, Ordem Pública e Defesa Civil – SESODEC, além de outras atribuições que lhe sejam incumbidas:

I – estimular e colaborar como parte de ação conjunta, através de suas divisões e de todos os setores ligados aos assuntos de segurança pública, tais como Poder Judiciário, Ministério Público, Polícias Civil e Militar, DETRAN, Polícias Federal, Forças Armadas, Corpo de Bombeiro Militar e as entidades governamentais ou não, que tenham atividades relacionadas, direta ou indiretamente, com a segurança pública;

II – desenvolver e implantar políticas que promovam a proteção do cidadão, articulando e integrando os organismos governamentais e a sociedade, visando organizar e ampliar a capacidade de defesa da população;

III – planejar, operacionalizar e executar ações voltadas à segurança da comunidade, dentro de seus limites de competência;

IV – representar a Administração Pública Municipal junto aos Conselhos Municipais de Segurança, e demais órgãos e entidades afins;

V – controlar, supervisionar e coordenar o desenvolvimento das atribuições da Guarda Municipal, de forma a garantir-lhe a consecução dos seus fins previstos na Constituição da República e Legislação pertinente;

VI – desenvolver projetos em conjunto com as instituições direta ou indiretamente relacionadas com as questões de segurança pública, com vistas a proporcionar melhores condições de controle, prevenção e/ou enfrentamento da criminalidade;

VII – promover seminários, eventos, cursos, oficinas, palestras e fóruns com a participação de segmentos representativos e especializados da sociedade organizada objetivando despertar a conscientização da população sobre a necessidade de adoção de medidas de autoproteção, bem como sobre a compreensão acerca da responsabilidade de todos na busca de soluções para as questões de segurança, para serem agentes promotores e divulgadores de assuntos referentes a drogas, trânsito, direitos humanos e defesa civil;

VIII – contribuir com ações efetivas, dentro dos seus limites de competência, com vistas à redução e à contenção dos índices de criminalidade;

IX – garantir por meio da Guarda Municipal, as funções de polícia administrativa no âmbito municipal, prestando proteção e segurança, interna e externamente, aos órgãos municipais, seus equipamentos e usuários;

X – atuar preventivamente, de forma a impedir a ocupação irregular das propriedades públicas municipais;

XI – interagir com a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, seguindo suas diretrizes traçadas por aquele órgão e procurando adaptá-las à realidade da ordem pública do Município;

XII – promover a vigilância diurna e noturna dos logradouros públicos;

XIII – promover a fiscalização da utilização adequada dos parques, praças, jardins e outros bens de domínio público, evitando depredações;

XIV – promover a vigilância das áreas de preservação do patrimônio natural e cultural do Município e meio ambiente;

XV – colaborar com a fiscalização municipal, na aplicação da legislação referente ao exercício do poder de polícia administrativa do Município;

XVI – promover a fiscalização das vias públicas;

XVII – promover cursos, oficinas, seminários e encontros pertinentes às matérias da pasta;

XVIII – instruir população sobre como proceder em casos de diferentes calamidades;

XIX – planejar, elaborar e executar os projetos relativos aos Sistema Único de Segurança – SUSP;

XX – estabelecer convênios com órgãos e entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais a fim de obter recursos para o aprimoramento da segurança pública no Município, mediante prévia autorização do Prefeito;

XXI – acompanhar e colaborar na elaboração do orçamento público, no que se refere à sua área de competência;

XXII – emitir pareceres técnicos nos processos administrativos de sua competência;

XXIII – apoiar as demais secretarias, órgãos e entidades, na área de sua competência;

XXIV – formular políticas e diretrizes para o Sistema de Transporte Municipal;

XXV – formular propostas para o sistema viário;

XXVI – formular diretrizes para o transporte de cargas;

XXVII – formular diretrizes para infraestrutura de passageiros;

XXVIII – ordenar as diretrizes de mobilidade urbana municipal;

XXIX – promover e realizar processo licitatório para delegação de permissões e concessões, quando da prestação indireta dos serviços de transporte público de passageiros e de sua infraestrutura;

XXX – promover a concepção e a implementação de programas, projetos e ações relativas aos sistemas de transporte público, transporte de cargas e infraestrutura viária do Município;

XXXI – estabelecer e promover políticas de fiscalização, auditoria e controle de Sistema de Transporte do Município;

XXXII – planejar, regulamentar, organizar, delegar, definir políticas tarifárias,

controlar e fiscalizar todas e quaisquer modalidades ou categorias de serviços relativos ao transporte público de passageiros integrantes dos sistemas de transporte público do Município;

XXXIII – formular e exercer a coordenação geral e a execução do Programa de Transporte Urbano;

XXXIV – planejar, organizar e executar a conservação dos terminais rodoviários e do mobiliário urbano dos pontos de ônibus, taxis e mototaxis;

XXXV – administrar, coordenar e supervisionar os pontos de ônibus, táxis, de vans e os terminais de transportes;

XXXVI – coordenar e exercer o Poder de Polícia Administrativa Municipal dando efetividade às medidas orientadoras e coercitivas previstas nas Leis Municipais;

XXXVII – estabelecer convênios com órgãos e entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais a fim de obter recursos, mediante prévia autorização do Prefeito;

XXXVIII – emitir pareceres técnicos nos processos administrativos de sua competência;

XXXIX – executar atividades de ordenação, controle e fiscalização do trânsito, no âmbito do Município, respeitados os limites de competência

XL – promover a fiscalização de trânsito das vias públicas;

XLI – promover a integração da Defesa Civil Municipal com entidades públicas e privadas, e com órgãos estaduais, regionais e federais;

XLII – estudar, definir e propor normas, planos e procedimentos que visem a prevenção, socorro e assistência da população e recuperação de áreas de risco ou quando estas forem atingidas por desastres;

XLIII – informar as ocorrências de desastres aos órgãos estadual e central da defesa civil;

XLIV – manter atualizadas e disponíveis as informações relacionadas a ameaças, vulnerabilidade, áreas de risco e população vulnerável;

XLV – participar e colaborar com programas coordenados pelo SINDEC – Sistema Nacional de Defesa Civil;

XLVI – sugerir obras e medidas de prevenção com o intuito de reduzir desastres;

XLVII – implantar o banco de dados e elaborar os mapas temáticas sobre a ameaças, vulnerabilidades e risco de desastres;

XLVIII – implementar ações de medidas são estruturais e medidas estruturais;

XLIX – promover campanhas públicas e educativas para estimular o envolvimento da população, motivando ações relacionadas com a defesa civil, através da mídia local;

L – estar atenta às informações de alerta dos órgãos de previsão e acompanhamento para executar planos operacionais em tempo oportuno;

LI – comunicar aos órgãos competentes quando a produção, o manuseio ou o transporte de produtos perigosos puser em perigo a população;

LII – capacitar recursos humanos para ações de defesa civil;

LIII – estabelecer intercâmbio de ajuda com outros Municípios;

LIV – implantar e manter atualizados o cadastro de recursos humanos, materiais e equipamentos a serem convocados e utilizados em situações de anormalidades;

LV – recolhimento de animais de grande porte e de abelhas;

LVI – coordenar as ações de prevenção combate a incêndios florestais e queimadas urbanas;

Art. 8º - Fica criado o Fundo Municipal de Segurança Pública – FMSP, através da abertura de conta específica em instituição financeira oficial federal, destinado a concentrar fontes de recursos para a execução de projetos e ações referentes à Segurança Pública no Município de Rio Bonito.

Parágrafo único – Os recursos financeiros correspondentes ao FMSP serão movimentados na conta específica de que trata o caput deste artigo pelo Prefeito em conjunto com o Secretário Municipal de Segurança, Ordem Pública e Defesa Civil de Rio Bonito.

Art. 9º - A gestão orçamentária dos recursos do Fundo Municipal de Segurança Pública - FMSP se dará através de Plano de Trabalho Específico, integrante do orçamento anual da Secretaria Municipal de Segurança, Ordem Pública e Defesa Civil de Rio Bonito.

Art. 10 - Fica criado o Fundo Municipal Especial de Defesa Civil – FMDEC, através da abertura de conta específica em instituição financeira oficial federal, o qual terá como objetivo captar, receber, gerenciar, investir e distribuir recursos financeiros visando prevenir, socorrer, assistir humanitariamente, reconstruir e restabelecer a normalidade social à população em situação de desastre, em tempo de normalidade, de emergência ou calamidade pública.

Parágrafo único – Os recursos financeiros correspondentes ao FMDEC serão movimentados na conta específica de que trata o caput deste artigo pelo Prefeito em conjunto com o Secretário Municipal de Segurança, Ordem Pública e Defesa Civil de Rio Bonito.

Art. 11 - A gestão orçamentária dos recursos do Fundo Municipal Especial de Defesa Civil - FMDEC se dará através de Plano de Trabalho Específico, integrante do orçamento anual da Secretaria Municipal de Segurança, Ordem Pública e Defesa Civil de Rio Bonito.

Art. 12 - O artigo 4º da Lei n.º 990 de 03 de abril de 2002 passa a vigorar com a seguinte redação e acrescido do parágrafo único:

Art. 4º - O Fundo Municipal de Trânsito - FMT será gerido pelo Secretário Municipal de Segurança, Ordem Pública e Defesa Civil de Rio Bonito.

Parágrafo único – Os recursos financeiros correspondentes ao Fundo Municipal de Trânsito - FMT serão movimentados na conta específica própria pelo Prefeito em conjunto com o Secretário Municipal de Segurança, Ordem Pública e Defesa Civil de Rio Bonito.

Art. 13 - Fica revogado o parágrafo único do artigo 5º da Lei n.º 990 de 03 de abril de 2002.

Art. 14 - O artigo 6º da Lei n.º 990 de 03 de abril de 2002 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º - A gestão orçamentária dos recursos do Fundo Municipal de Trânsito – FMT se dará através de Plano de Trabalho Específico, integrante do orçamento anual da Secretaria Municipal de Segurança, Ordem Pública e Defesa Civil de Rio Bonito.

Art. 15 - A Secretaria Municipal de Segurança, Ordem Pública e Defesa Civil - SESODEC manterá com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais, estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à segurança, ordem pública, proteção e defesa civil.

Art. 16 - Fica criada a Comissão de Defesa Institucional da Guarda Municipal e Defesa Civil de Rio Bonito, formada por 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Segurança, Ordem Pública e Defesa Civil, 01 (um) representante da Procuradoria-Geral do Município, 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração e 01 (um) representante da Chefia de Gabinete, com atribuição para exercer a defesa das prerrogativas dessas instituições e deliberar sobre matérias concernentes a elas.

Art. 17 - As dotações orçamentárias decorrentes da execução desta Lei serão previstas e modificadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 18 - O Poder Executivo regulamentará o Fundo Municipal de Segurança Pública – FMSP e do Fundo Municipal Especial de Defesa Civil-FMDEC, através de Decreto Municipal, no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 19 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Rio Bonito, 13 de dezembro de 2022.

LEANDRO PEREIRA NETTO

PREFEITO

LEI Nº 2516 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022

“Dispõe sobre a edição da Nova Planta Genérica de Valores do Município de Rio Bonito-RJ, regulamentando a apuração do valor venal dos imóveis, para efeito de lançamento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, define as novas Zonas Fiscais do Município e dá outras providências.”

O Prefeito Municipal de Rio Bonito, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aprovada a Planta Genérica de Valores de imóveis situados na Zona Urbana e de Expansão Urbana do Município de Rio Bonito, para efeito da apuração do valor venal dos imóveis da cidade;

Parágrafo Único. Para fins de apuração dos valores venais do que dispõe o caput deste artigo, as Zonas Urbana e de Expansão Urbana, são aquelas dispostas no Anexo I – Zonas Fiscais do Município, criadas na forma do Art. 2º da presente lei complementar.

Art. 2º. Ficam criadas pela presente lei complementar, as novas Zonas Fiscais, para fins de tributação do Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU; § 1º. As localidades na Tabela 1, abaixo transcrita, constituem as novas Zonas Fiscais do Município:

LOCALIDADES	ZONAS FISCAIS
CENTRO	1
BELA VISTA	2A
RESIDENCIAL FLORESTA (LOTEAMENTO FECHADO)	2.1A
LOTEAMENTO MIRANTE BELA VISTA	2.1A
LOTEAMENTO MORADA DOS CORREAS	2.2A
LOTEAMENTO BELA VISTA	2.2A
LOTEAMENTO CHÁCARA DAS MANGUEIRAS	2.2A
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	2.2A
LOTEAMENTO RESIDENCIAL BELA VISTA	2.3A
LOTEAMENTO SARAIVA	2.3A
MANGUEIRINHA	2B
LOTEAMENTO VILA RICA	2.1B
LOTEAMENTO SOLAR DAS ACÁCIAS	2.1B
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	2.2B
LOTEAMENTO MOISÉS MANSUR	2.2B
GREEN VALLEY	3A
GREEN VALLEY 1	3.1A
GREEN VALLEY 2	3.2A
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	3.2A
PAINEIRAS	3B
CAIXA D'ÁGUA	4A
PARTE CENTRO	4.1A
LOTEAMENTO BARÃO DO RIO BRANCO	4.2A
LOTEAMENTO PORTAL DA FORTALEZA	4.3A
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	4.2A
CIDADE NOVA	4B
PARTE CENTRO	4.1B
LOTEAMENTO CEZÁRIO DE MARINS	4.2B
LOTEAMENTO DONA ADELIA FERREIRA	4.2B
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	4.2B
SERRA DO SAMBÊ	4C
PARTE CENTRO	4.1C
LOTEAMENTO BAIRRO SERRA DO SAMBÊ	4.2C
PARTE SEM LOTEAMENTO	4.2C
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	4.2C
GREEN PARK	5A
JACUBA	5B
LOTEAMENTO ALTO JACUBA	5.1B
LOTEAMENTO MORADA JACUBA	5.1B
LOTEAMENTO JACUBA	5.2B
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	5.2B
PRAÇA CRUZEIRO	5C
LOTEAMENTO VILA CRUZEIRO	5.1C
LOTEAMENTO CRUZEIRO DO SUL	5.1C
LOTEAMENTO VIA PARQUE	5.2C
LOTEAMENTO VILLA DA PRAÇA	5.2C
LOTEAMENTO RECANTO DOS CAJUEIROS	5.3C
LOTEAMENTO MONTES VERDES	5.3C
LOTEAMENTO SOLARES	5.3C
LOTEAMENTO VERDE VALE	5.3C
LOTEAMENTO QUINTAS DA PRAÇA	5.3C
LOTEAMENTOS LAGOA VERDE	5.3C
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	5.2C
DISTRITO INDUSTRIAL	5D
RIO DOS ÍNDIOS	6A
LOTEAMENTO LAGOA VERDE 700	6.1A
LOTEAMENTO LAGOA VERDE	6.1A
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	6.1A
IPE	6B
LOTEAMENTO PARQUE RIO BONITO	6.1B
PARTE SEM LOTEAMENTO	6.2B
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	6.2B
PARQUE INDIANO	7A
OLARIA	7B
PARQUE DAS ACÁCIAS	7C
MONTEIRO LOBATO (BNH)	7D
PARTE CENTRO	7.1D
CONJUNTO MONTEIRO LOBATO (BNH)	7.2D
PRAÇA B. LOPES	7.2D
COMUNIDADE DA MORADA DO SOL	7.2D
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	7.2D
BOQUEIRÃO	8A
LOTEAMENTO JARDIM BOQUEIRÃO	8.1A
LOTEAMENTO BAIRRO PEREIRA DE FARIAS	8.1A
LOTEAMENTO ATHEMOGENES MONTEIRO DE SOUZA	8.1A
ÁREAS ÀS MARGENS DA VIA LAGOS	8.2A
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	8.2A
PARQUE DA LUZ	8B
BASILIO	9A
LOTEAMENTO SÃO JOSÉ DO BRAÇANA	9.1A
LOTEAMENTO RETIRO DA PRIMAVERA	9.1A
LOTEAMENTO CHÁCARA BASILIO	9.2A
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	9.2A
BOSQUE CLUB	9B
RIO VERMELHO	9C
LOTEAMENTO BOUGANVILLE	9.1C
LOTEAMENTO BAIRRO SÃO JOSÉ	9.2C
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	9.2C
RIO DO OURO	9D
LOTEAMENTO BAIRRO RIO DO OURO	9.1D
LOTEAMENTO RIO CLARO	9.2D
LOTEAMENTO RIO DA PRATA	9.2D
LOTEAMENTO PARQUE MARAVILHA	9.2D
PARTE PORANY	9.2D
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	9.2D
BOA ESPERANÇA	10A
LOTEAMENTO VISTA ALEGRE	10.1A
LOTEAMENTO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	10.1A
LOTEAMENTO PEREIRA DE MAGALHÃES	10.1A
LOTEAMENTO BAMBU	10.2A
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	10.2A
PARQUE ANDREA	10B
LOTEAMENTO PARQUE ANDREA	10.1B
LOTEAMENTO SÃO JUDAS TADEU	10.2B
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	10.2B
NOVA CIDADE	10C
PLANTA 1	10.1C
PLANTA 2	10.1C
PLANTA 3	10.1C
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	10.1C
TRÊS COQUEIROS	11A
LOTEAMENTO CHÁCARA DOS TRÊS COQUEIROS	11.1A
LOTEAMENTO TRÊS COQUEIROS	11.2A
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	11.2A
VIÇOSA	11B
LOTEAMENTO PARK LAGOS	11.1B
LOTEAMENTO RECANTO DOS GUEDES	11.2B
LOTEAMENTO PALMEIRAS	11.2B
LOTEAMENTO MICHEL ABDALLA	11.3B
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	11.3B
COLINA	12A
CONDOMÍNIO RURAL (ALEXANDRE MOURA)	12.1A
LOTEAMENTO RETIRO COLINA DA PRIMAVERA	12.1A
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	12.1A
LAVRAS	12B
LOTEAMENTO BAIRRO SÃO JOSÉ	12.1B
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	12.1B
CAMBUCÁS	12C
MANGUEIRA	13A
LOTEAMENTO PARTE PORANY	13.1A
DESMEMBRAMENTO MARCIO DUILIO	13.1A
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	13.1A
SAMBÊ	13B
LOTEAMENTO CARNEIRO DAS NEVES - GLEBA 1	13.1B

LOTEAMENTO CARNEIRO DAS NEVES - GLEBA 2	13.1B
LOTEAMENTO CARNEIRO DAS NEVES - GLEBA 3	13.1B
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	13.1B
BACAXÁ DE RIO BONITO	14A
CACHOEIRA DOS BAGRES	14B
CHAVÃO	14C
DUAS BARRAS	14D
JACUNDÁ	14E
LAGOA VERDE	14F
MATA	14G
MINEIROS	14H
PALMITAL	14I
PRAINHA	14J
SÃO JOSÉ DE BRAÇANÁ	14K
TOMASCAR	14L
VERTENTE	14M
RIO SECO	14N
CATIMBAU	14O

§ 2°. As Zonas Fiscais 01 a 13 acima dispostas, possuem características de adensamento e urbanização heterogêneas entre si, influenciando em sua valorização;

§ 3°. A Zona Fiscal 14, agrupa os bairros com característica de expansão urbana, no entanto com adensamento e urbanização inferiores as demais;

§ 4°. As Zonas Fiscais de 01 a 14, dispostas na tabela constante do § 1°, deverão receber alíquotas decrescentes em função de seus agrupamentos, por localização e valorização.

Art. 3º. Ficam definidas pela presente lei complementar, as novas alíquotas para fins de tributação do Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU;

§ 1°. As alíquotas do Imposto Predial Territorial Urbano, serão divididas em três tipos: Residenciais, Não Residenciais e Territoriais, onde:

I – Residenciais: são aquelas destinadas a tributação dos imóveis edificadas do tipo residenciais, tais como: casas, apartamentos, sobrados e assemelhados;

II – Não Residenciais: são aquelas destinadas a tributação dos imóveis edificadas do tipo não residenciais, tais como: comércios, indústrias, galpões, salas comerciais, lojas e assemelhados; e

III – Territoriais: são aquelas destinadas a tributação dos imóveis não edificadas do tipo territoriais, ou seja, terrenos vazios e/ou baldios.

§ 2°. As alíquotas do Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU por tipo, na forma do que define o parágrafo anterior e seus incisos, estão dispostas na forma da tabela abaixo:

LOCALIDADES	ZONAS FISCAIS	TIPOS DE ALÍQUOTAS			
		RESIDENCIAIS	NÃO RESIDENCIAIS	TERITORIAIS	
CENTRO	1	0,005	0,007	0,01	
BELA VISTA	2A	0,0048	0,0068	0,0098	
RESIDENCIAL FLORESTA (LOTEAMENTO FECHADO)	2.1A	0,0048	0,0068	0,0098	
LOTEAMENTO MIRANTE BELA VISTA	2.2A	0,0048	0,0068	0,0098	
LOTEAMENTO MORADA DOS CORREAS	2.2A	0,0048	0,0068	0,0098	
LOTEAMENTO BELA VISTA	2.3A	0,0048	0,0068	0,0098	
LOTEAMENTO CHÁCARA DAS MANGUEIRAS	2.3A	0,0048	0,0068	0,0098	
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	2.3A	0,0048	0,0068	0,0098	
LOTEAMENTO RESIDENCIAL BELA VISTA	2.2A	0,0048	0,0068	0,0098	
LOTEAMENTO SARAIVA	2.2A	0,0048	0,0068	0,0098	
MANGUEIRINHA	2B	0,0048	0,0068	0,0098	
LOTEAMENTO VILA RICA	2.1B	0,0048	0,0068	0,0098	
LOTEAMENTO SOLAR DAS ACÁCIAS	2.1B	0,0048	0,0068	0,0098	
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	2.1B	0,0048	0,0068	0,0098	
LOTEAMENTO MOISÉS MANSUR	2.1B	0,0048	0,0068	0,0098	
GREEN VALLEY	3A	0,0046	0,0066	0,0096	
GREEN VALLEY 1	3.1A	0,0046	0,0066	0,0096	
GREEN VALLEY 2	3.2A	0,0046	0,0066	0,0096	
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	3.2A	0,0046	0,0066	0,0096	
PAINEIRAS	3B	0,0046	0,0066	0,0096	
CAIXA D'ÁGUA	4A	0,0044	0,0064	0,0094	
PARTE CENTRO	4.1A	0,0044	0,0064	0,0094	
LOTEAMENTO BARÃO DO RIO BRANCO	4.2A	0,0044	0,0064	0,0094	
LOTEAMENTO PORTAL DA FORTALEZA	4.3A	0,0044	0,0064	0,0094	
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	4.2A	0,0044	0,0064	0,0094	
CIDADE NOVA	4B	0,0044	0,0064	0,0094	
PARTE CENTRO	4.1B	0,0044	0,0064	0,0094	
LOTEAMENTO CEZÁRIO DE MARINS	4.2B	0,0044	0,0064	0,0094	
LOTEAMENTO DONA ADÉLIA FERREIRA	4.2B	0,0044	0,0064	0,0094	
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	4.2B	0,0044	0,0064	0,0094	
SERRA DO SAMBÉ	4C	0,0044	0,0064	0,0094	
PARTE CENTRO	4.1C	0,0044	0,0064	0,0094	
LOTEAMENTO BAIRRO SERRA DO SAMBÉ	4.2C	0,0044	0,0064	0,0094	
PARTE SEM LOTEAMENTO	4.2C	0,0044	0,0064	0,0094	
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	4.2C	0,0044	0,0064	0,0094	
GREEN PARK	5A	0,0042	0,0062	0,0092	
JACUBA	5B	0,0042	0,0062	0,0092	
LOTEAMENTO ALTO JACUBA	5.1B	0,0042	0,0062	0,0092	
LOTEAMENTO MORADA JACUBA	5.1B	0,0042	0,0062	0,0092	
LOTEAMENTO JACUBA	5.2B	0,0042	0,0062	0,0092	
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	5.2B	0,0042	0,0062	0,0092	
PRAÇA CRUZEIRO	5C	0,0042	0,0062	0,0092	
LOTEAMENTO VILA CRUZEIRO	5.1C	0,0042	0,0062	0,0092	
LOTEAMENTO CRUZEIRO DO SUL	5.1C	0,0042	0,0062	0,0092	
LOTEAMENTO VIA PARQUE	5.2C	0,0042	0,0062	0,0092	
LOTEAMENTO VILLA DA PRAÇA	5.3C	0,0042	0,0062	0,0092	
LOTEAMENTO RECANTO DOS CAJUEIROS	5.3C	0,0042	0,0062	0,0092	
LOTEAMENTO MONTES VERDES	5.3C	0,0042	0,0062	0,0092	
LOTEAMENTO SOLARES	5.3C	0,0042	0,0062	0,0092	
LOTEAMENTO VERDE VALE	5.3C	0,0042	0,0062	0,0092	
LOTEAMENTO QUINTAS DA PRAÇA	5.3C	0,0042	0,0062	0,0092	
LOTEAMENTOS LAGOA VERDE	5.2C	0,0042	0,0062	0,0092	
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	5.2C	0,0042	0,0062	0,0092	
DISTRITO INDUSTRIAL	6D	0,0042	0,0062	0,0092	
RIO DOS INDIOS	6A	0,004	0,006	0,009	
LOTEAMENTO LAGOA VERDE 700	6.1A	0,004	0,006	0,009	
LOTEAMENTO LAGOA VERDE	6.1A	0,004	0,006	0,009	
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	6.1A	0,004	0,006	0,009	
IPÊ	6B	0,004	0,006	0,009	
LOTEAMENTO PARQUE RIO BONITO	6.1B	0,004	0,006	0,009	
PARTE SEM LOTEAMENTO	6.2B	0,004	0,006	0,009	
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	6.2B	0,004	0,006	0,009	
PARQUE INDIANO	7A	0,0039	0,0059	0,0089	
OLARIA	7B	0,0039	0,0059	0,0089	
PARQUE DAS ACÁCIAS	7C	0,0039	0,0059	0,0089	
MONTEIRO LOBATO (BNH)	7D	0,0039	0,0059	0,0089	
PARTE CENTRO	7.1D	0,0039	0,0059	0,0089	
CONJUNTO MONTEIRO LOBATO (BNH)	7.1D	0,0039	0,0059	0,0089	
PRAÇA B. LOPES	7.2D	0,0039	0,0059	0,0089	
COMUNIDADE DA MORADA DO SOL	7.2D	0,0039	0,0059	0,0089	
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	7.2D	0,0039	0,0059	0,0089	
BOQUEIRÃO	8A	0,0038	0,0058	0,0088	
LOTEAMENTO JARDIM BOQUEIRÃO	8.1A	0,0038	0,0058	0,0088	
LOTEAMENTO BAIRRO PEREIRA DE FARIAS	8.1A	0,0038	0,0058	0,0088	
LOTEAMENTO ATHEMOGENES MONTEIRO DE SOUZA	8.2A	0,0038	0,0058	0,0088	
ÁREAS AS MARGENS DA VIA LAGOS	8.2A	0,0038	0,0058	0,0088	
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	8.2A	0,0038	0,0058	0,0088	
PARQUE DA LUZ	8B	0,0038	0,0058	0,0088	
BASILIO	9A	0,0035	0,0055	0,0085	
LOTEAMENTO SÃO JOSÉ DO BRAÇANÁ	9.1A	0,0035	0,0055	0,0085	
LOTEAMENTO RETIRO DA PRIMAVERA	9.1A	0,0035	0,0055	0,0085	
LOTEAMENTO CHACARA BASILIO	9.2A	0,0035	0,0055	0,0085	
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	9.2A	0,0035	0,0055	0,0085	
BOSQUE CLUB	9B	0,0035	0,0055	0,0085	
RIO VERMELHO	9C	0,0035	0,0055	0,0085	
LOTEAMENTO BOUGANVILLE	9.1C	0,0035	0,0055	0,0085	
LOTEAMENTO BAIRRO SÃO JOSÉ	9.2C	0,0035	0,0055	0,0085	
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	9.2C	0,0035	0,0055	0,0085	
RIO DO OURO	9D	0,0035	0,0055	0,0085	
LOTEAMENTO BAIRRO RIO DO OURO	9.1D	0,0035	0,0055	0,0085	
LOTEAMENTO RIO CLARO	9.2D	0,0035	0,0055	0,0085	
LOTEAMENTO RIO DA PRATA	9.2D	0,0035	0,0055	0,0085	
LOTEAMENTO PARQUE MARAVILHA	9.2D	0,0035	0,0055	0,0085	
PARTE PORANY	9.2D	0,0035	0,0055	0,0085	
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	9.2D	0,0035	0,0055	0,0085	
BOA ESPERANÇA	10A	0,0034	0,0054	0,0084	
LOTEAMENTO VISTA ALEGRE	10.1A	0,0034	0,0054	0,0084	
LOTEAMENTO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	10.2A	0,0034	0,0054	0,0084	
LOTEAMENTO PEREIRA DE MAGALHÃES	10.2A	0,0034	0,0054	0,0084	
LOTEAMENTO BAMBU	10.2A	0,0034	0,0054	0,0084	

ÁREAS SEM LOTEAMENTO	10.2A	0,0034	0,0054	0,0084
PARQUE ANDREA	10B	0,0034	0,0054	0,0084
LOTEAMENTO PARQUE ANDREA	10.1B	0,0034	0,0054	0,0084
LOTEAMENTO SÃO JUDAS TADEU	10.2B	0,0034	0,0054	0,0084
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	10.2B	0,0034	0,0054	0,0084
NOVA CIDADE	10C	0,0034	0,0054	0,0084
PLANTA 1	10.1C	0,0034	0,0054	0,0084
PLANTA 2	10.1C	0,0034	0,0054	0,0084
PLANTA 3	10.1C	0,0034	0,0054	0,0084
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	10.1C	0,0034	0,0054	0,0084
TRÊS COQUEIROS	11A	0,0033	0,0053	0,0083
LOTEAMENTO CHÁCARA DOS TRÊS COQUEIROS	11.1A	0,0033	0,0053	0,0083
LOTEAMENTO TRÊS COQUEIROS	11.2A	0,0033	0,0053	0,0083
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	11.2A	0,0033	0,0053	0,0083
VIÇOSA	11B	0,0033	0,0053	0,0083
LOTEAMENTO PARK LAGOS	11.1B	0,0033	0,0053	0,0083
LOTEAMENTO RECANTO DOS GUEDES	11.2B	0,0033	0,0053	0,0083
LOTEAMENTO PALMEIRAS	11.2B	0,0033	0,0053	0,0083
LOTEAMENTO MICHEL ABDALLA	11.2B	0,0033	0,0053	0,0083
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	11.2B	0,0033	0,0053	0,0083
COLINA	12A	0,0032	0,0052	0,0082
CONDOMÍNIO RURAL (ALEXANDRE MOURA)	12.1A	0,0032	0,0052	0,0082
LOTEAMENTO RETIRO COLINA DA PRIMAVERA	12.1A	0,0032	0,0052	0,0082
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	12.1A	0,0032	0,0052	0,0082
LAVRAS	12B	0,0032	0,0052	0,0082
LOTEAMENTO BAIRRO SÃO JOSÉ	12.1B	0,0032	0,0052	0,0082
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	12.1B	0,0032	0,0052	0,0082
CAMBUCÁS	12C	0,0032	0,0052	0,0082
MANGUEIRA	13A	0,003	0,005	0,008
LOTEAMENTO PARTE PORANY	13.1A	0,003	0,005	0,008
DESMEMBRAMENTO MARCIO DULIO	13.1A	0,003	0,005	0,008
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	13.1A	0,003	0,005	0,008
SAMBÉ	13B	0,003	0,005	0,008
LOTEAMENTO CARNEIRO DAS NEVES - GLEBA 1	13.1B	0,003	0,005	0,008
LOTEAMENTO CARNEIRO DAS NEVES - GLEBA 2	13.1B	0,003	0,005	0,008
LOTEAMENTO CARNEIRO DAS NEVES - GLEBA 3	13.1B	0,003	0,005	0,008
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	13.1B	0,003	0,005	0,008
BACAXÁ DE RIO BONITO	14A	0,0025	0,0045	0,0065
CACHOEIRA DOS BAGRES	14B	0,0025	0,0045	0,0065
CHAVÃO	14C	0,0025	0,0045	0,0065
DUAS BARRAS	14D	0,0025	0,0045	0,0065
JACUNDÁ	14E	0,0025	0,0045	0,0065
LAGOA VERDE	14F	0,0025	0,0045	0,0065
MATA	14G	0,0025	0,0045	0,0065
MINEIROS	14H	0,0025	0,0045	0,0065
PALMITAL	14I	0,0025	0,0045	0,0065
PRAINHA	14J	0,0025	0,0045	0,0065
SÃO JOSÉ DE BRAÇANÁ	14K	0,0025	0,0045	0,0065
TOMASCAR	14L	0,0025	0,0045	0,0065
VERTENTE	14M	0,0025	0,0045	0,0065
RIO SECO	14N	0,0025	0,0045	0,0065
CATIMBAU	14O	0,0025	0,0045	0,0065

Parágrafo Único. A representação cartográfica das Zonas Fiscais constantes da Tabela acima pertencente ao *caput* do presente artigo, está disposta na forma do Anexo I, parte integrante desta lei complementar.

Art. 4º. Os valores do metro quadrado dos terrenos para referência de aferição do valor venal dos imóveis para fins de cobrança do Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU, estão dispostos na forma da tabela abaixo:

LOCALIDADES	ZONAS FISCAIS	VALOR M2 TERRENO
CENTRO	1	1.716,67
BELA VISTA	2A	
RESIDENCIAL FLORESTA (LOTEAMENTO FECHADO)	2.1A	675,00
LOTEAMENTO MIRANTE BELA VISTA	2.1A	675,00
LOTEAMENTO MORADA DOS CORREAS	2.2A	650,00
LOTEAMENTO BELA VISTA	2.2A	650,00
LOTEAMENTO CHÁCARA DAS MANGUEIRAS	2.2A	650,00
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	2.2A	650,00
LOTEAMENTO RESIDENCIAL BELA VISTA	2.3A	569,44
LOTEAMENTO SARAIVA	2.3A	569,44
MANGUEIRINHA	2B	
LOTEAMENTO VILA RICA	2.1B	569,44
LOTEAMENTO SOLAR DAS ACÁCIAS	2.1B	569,44
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	2.2B	512,50
LOTEAMENTO MOISÉS MANSUR	2.2B	512,50
GREEN VALLEY	3A	
GREEN VALLEY 1	3.1A	505,56
GREEN VALLEY 2	3.2A	402,78
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	3.2A	402,78
PAINEIRAS	3B	505,56
CAIXA D'ÁGUA	4A	
PARTE CENTRO	4.1A	372,22
LOTEAMENTO BARÃO DO RIO BRANCO	4.2A	338,89
LOTEAMENTO PORTAL DA FORTALEZA	4.3A	319,44
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	4.2A	338,89
CIDADE NOVA	4B	
PARTE CENTRO	4.1B	486,11
LOTEAMENTO CEZÁRIO DE MARINS	4.2B	338,89
LOTEAMENTO DONA ADÉLIA FERREIRA	4.2B	338,89
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	4.2B	338,89
SERRA DO SAMBÉ	4C	
PARTE CENTRO	4.1C	486,11
LOTEAMENTO BAIRRO SERRA DO SAMBÉ	4.2C	338,89
PARTE SEM LOTEAMENTO	4.2C	338,89
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	4.2C	338,89
GREEN PARK	5A	266,67
JACUBA	5B	
LOTEAMENTO ALTO JACUBA	5.1B	266,67
LOTEAMENTO MORADA JACUBA	5.1B	266,67
LOTEAMENTO JACUBA	5.2B	250,00
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	5.2B	250,00
PRAÇA CRUZEIRO	5C	
LOTEAMENTO VILA CRUZEIRO	5.1C	286,11
LOTEAMENTO CRUZEIRO DO SUL	5.1C	286,11
LOTEAMENTO VIA PARQUE	5.2C	205,56
LOTEAMENTO VILLA DA PRAÇA	5.2C	205,56
LOTEAMENTO RECANTO DOS CAJUEIROS	5.3C	188,89
LOTEAMENTO MONTES VERDES	5.3C	188,89
LOTEAMENTO SOLARES	5.3C	188,89
LOTEAMENTO VERDE VALE	5.3C	188,89
LOTEAMENTO QUINTAS DA PRAÇA	5.3C	188,89
LOTEAMENTOS LAGOA VERDE	5.3C	188,89
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	5.2C	205,56
DISTRITO INDUSTRIAL	5D	286,11
RIO DOS INDIOS	6A	
LOTEAMENTO LAGOA VERDE 700	6.1A	172,22
LOTEAMENTO LAGOA VERDE	6.1A	172,22
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	6.1A	172,22
IPÊ	6B	
LOTEAMENTO PARQUE RIO BONITO	6.1B	205,56
PARTE SEM LOTEAMENTO	6.2B	188,89
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	6.2B	188,89
PARQUE INDIANO	7A	241,67
OLARIA	7B	241,67
PARQUE DAS ACÁCIAS	7C	241,67
MONTEIRO LOBATO (BNH)	7D	
PARTE CENTRO	7.1D	188,89
CONJUNTO MONTEIRO LOBATO (BNH)	7.2D	172,22
PRAÇA B. LOPES	7.2D	172,22
COMUNIDADE DA MORADA DO SOL	7.2D	172,22
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	7.2D	172,22
BOQUEIRÃO	8A	
LOTEAMENTO JARDIM BOQUEIRÃO	8.1A	266,67
LOTEAMENTO BAIRRO PEREIRA DE FARIAS	8.1A	266,67
LOTEAMENTO ATHEMOGENES MONTEIRO DE SOUZA	8.1A	266,67
ÁREAS AS MARGENS DA VIA LAGOS	8.2A	233,33
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	8.2A	233,33
PARQUE DA LUZ	8B	241,67
BÁSILIO	9A	
LOTEAMENTO SÃO JOSÉ DO BRAÇANÃ	9.1A	233,33
LOTEAMENTO RETIRO DA PRIMAVERA	9.1A	233,33
LOTEAMENTO CHÁCARA BÁSILIO	9.2A	208,33
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	9.2A	208,33

PARTE CENTRO	4 1C	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
LOTEAMENTO BAIRRO SERRA DO SAMBÊ	4 2C	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
PARTE SEM LOTEAMENTO	4 2C	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	4 2C	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
GREEN PARK	5A	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
JACUBA	5B	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
LOTEAMENTO ALTO JACUBA	5 1B	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
LOTEAMENTO MORADA JACUBA	5 1B	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
LOTEAMENTO JACUBA	5 2B	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	5 2B	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
PRAÇA CRUZEIRO	5C	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
LOTEAMENTO VILA CRUZEIRO	5 1C	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
LOTEAMENTO CRUZEIRO DO SUL	5 1C	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
LOTEAMENTO VIA PARQUE	5 2C	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
LOTEAMENTO VILA DA PRAÇA	5 2C	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
LOTEAMENTO RECANTO DOS CAUVEIROS	5 3C	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
LOTEAMENTO MONTES VERDES	5 3C	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
LOTEAMENTO SOLARES	5 3C	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
LOTEAMENTO VERDE VALE	5 3C	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
LOTEAMENTO QUINTAS DA PRAÇA	5 3C	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
LOTEAMENTOS LAGOA VERDE	5 3C	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	5 2C	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
DISTRITO INDUSTRIAL	5D	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
RIO DOS INDIOS	6A	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
LOTEAMENTO LAGOA VERDE 700	6 1A	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
LOTEAMENTO LAGOA VERDE	6 1A	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	6 1A	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
IFE	6B	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
LOTEAMENTO PARQUEIRO BONITO	6 1B	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
PARTE SEM LOTEAMENTO	6 2B	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	6 2B	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
PARQUE INDIANO	7A	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
OLARIA	7B	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
PARQUE DAS ACÁCIAS	7C	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
MONTEIRO LOBATO (BIM)	7D	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
PARTE CENTRO	7 1D	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
CONJUNTO MONTEIRO LOBATO (BIM)	7 2D	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
PRAÇA B. LOPES	7 2D	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
COMUNIDADE DA MORADA DO SOL	7 2D	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	7 2D	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
BOQUEIRÃO	8A	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
LOTEAMENTO JARDIM BOQUEIRÃO	8 1A	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
LOTEAMENTO BAIRRO PEREIRA DE FARIAS	8 1A	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
LOTEAMENTO ATHEMOGENES MONTEIRO DE SOUZA	8 1A	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
ÁREAS AS MARGENS DA VIA LAGOS	8 2A	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	8 2A	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
PARQUE DA LUZ	8B	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
BASILIO	9A	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
LOTEAMENTO SÃO JOSÉ DO BRACANA	9 1A	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
LOTEAMENTO RETIRO DA PRIMAVERA	9 1A	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
LOTEAMENTO CHACARA BASILIO	9 2A	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	9 2A	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
BOSQUE CLUB	9B	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
RIO VERMELHO	9C	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
LOTEAMENTO BOUJANVILLE	9 1C	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
LOTEAMENTO BAIRRO SÃO JOSÉ	9 2C	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	9 2C	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
RIO DO OURO	9D	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
LOTEAMENTO BAIRRO RIO DO OURO	9 1D	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
LOTEAMENTO RIO CLARO	9 2D	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
LOTEAMENTO RIO DA PRATA	9 2D	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
LOTEAMENTO PARQUE MARAVILHA	9 2D	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
PARTE PORANY	9 2D	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	9 2D	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
BOA ESPERANÇA	10A	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
LOTEAMENTO VISTA ALEGRE	10 1A	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
LOTEAMENTO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	10 1A	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
LOTEAMENTO PEREIRA DE MAGALHÃES	10 1A	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
LOTEAMENTO BAMBU	10 2A	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	10 2A	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
PARQUE ANDREA	10B	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
LOTEAMENTO PARQUE ANDREA	10 1B	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77

LOTEAMENTO SÃO JUDAS TADEU	10 2B	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	10 2B	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
NOVA CIDADE	10C	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
PLANTA 1	10 1C	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
PLANTA 2	10 1C	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
PLANTA 3	10 1C	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	10 1C	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
TRÊS COQUEIROS	11A	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
LOTEAMENTO CHACARA DOS TRÊS COQUEIROS	11 1A	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
LOTEAMENTO TRÊS COQUEIROS	11 2A	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	11 2A	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
VÇOSA	11B	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
LOTEAMENTO PARK LAGOS	11 1B	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
LOTEAMENTO RECANTO DOS GUEDES	11 2B	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
LOTEAMENTO PALMEIRAS	11 2B	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
LOTEAMENTO MICHEL ABBALLA	11 3B	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	11 3B	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
COLINA	12A	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
CONDOMÍNIO RURAL ALEXANDRE MOURA	12 1A	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
LOTEAMENTO RETIRO COLINA DA PRIMAVERA	12 1A	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	12 1A	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
LAVRAS	12B	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
LOTEAMENTO BAIRRO SÃO JOSÉ	12 1B	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	12 1B	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
CAMBUCAS	12C	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
MANGUEIRA	13A	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
LOTEAMENTO PARTE PORANY	13 1A	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
DESMEMBRAMENTO MARCO DULIO	13 1A	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	13 1A	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
SAMBÊ	13B	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
LOTEAMENTO CARNEIRO DAS NEVES - GLEBA 1	13 1B	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
LOTEAMENTO CARNEIRO DAS NEVES - GLEBA 2	13 1B	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
LOTEAMENTO CARNEIRO DAS NEVES - GLEBA 3	13 1B	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
ÁREAS SEM LOTEAMENTO	13 1B	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
BACAXÁ DE RIO BONITO	14A	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
CACHOEIRA DOS BAGRES	14B	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
CHUVÃO	14C	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
DUAS BARRAS	14D	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
JACUÍDÁ	14E	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
LAGOA VERDE	14F	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
MATA	14G	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
MINEIROS	14H	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
PALMITAL	14I	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
PRIMHA	14J	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
SÃO JOSÉ DE BRACANÁ	14K	R1 BAIXO	2 04 1 14	R8 BAIXO	1 83 3 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 163 77
TOMASCAR	14L	R1 BAIXO	2 04 2 14	R8 BAIXO	1 83 4 53	CSL8 NORMAL	2 055 84	GI	1 164 77
VERTENTE	14M	R1 BAIXO	2 04 3 14	R8 BAIXO	1 83 5 53	CSL8 NORMAL	2 057 84	GI	1 165 77
RIO SECO	14N	R1 BAIXO	2 04 4 14	R8 BAIXO	1 85 6 53	CSL8 NORMAL	2 058 84	GI	1 166 77
CATIMBAU	14O	R1 BAIXO	2 04 5 14	R8 BAIXO	1 83 7 53	CSL8 NORMAL	2 059 84	GI	1 167 77

unidade(s) edificada(s), existente(s) dentro de um mesmo lote, o sujeito passivo estará sujeito à proporcionalidade do aumento de área identificado entre TODAS as unidades existentes no mesmo lote, até que as áreas das respectivas unidades sejam corretamente mensuradas mediante ação fiscal.

Art. 11º. Esta lei, ao ser aprovada pelo Poder Legislativo, será parte integrante do Código Tributário Municipal, devendo ser apostilada em seu capítulo pertinente.

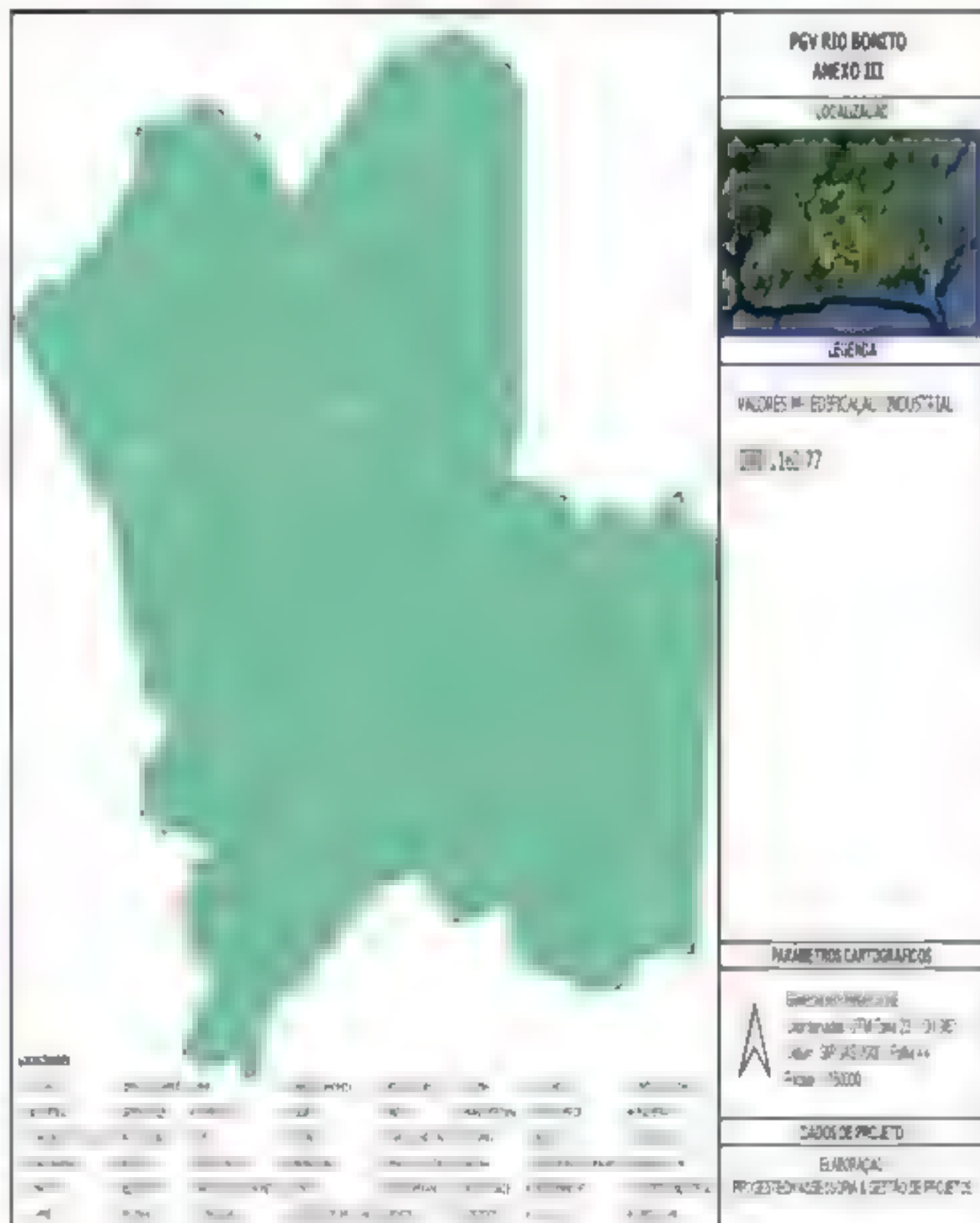
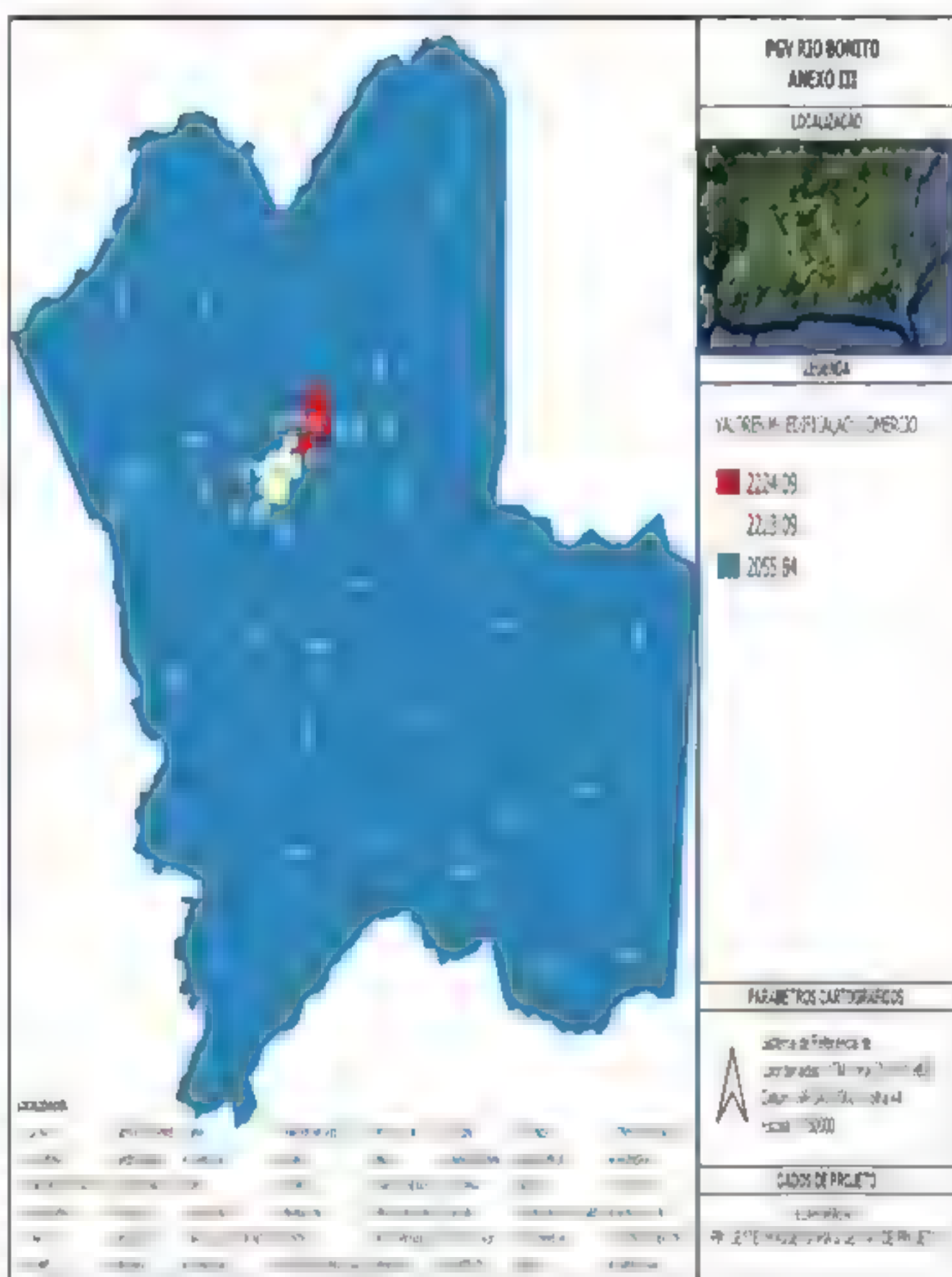
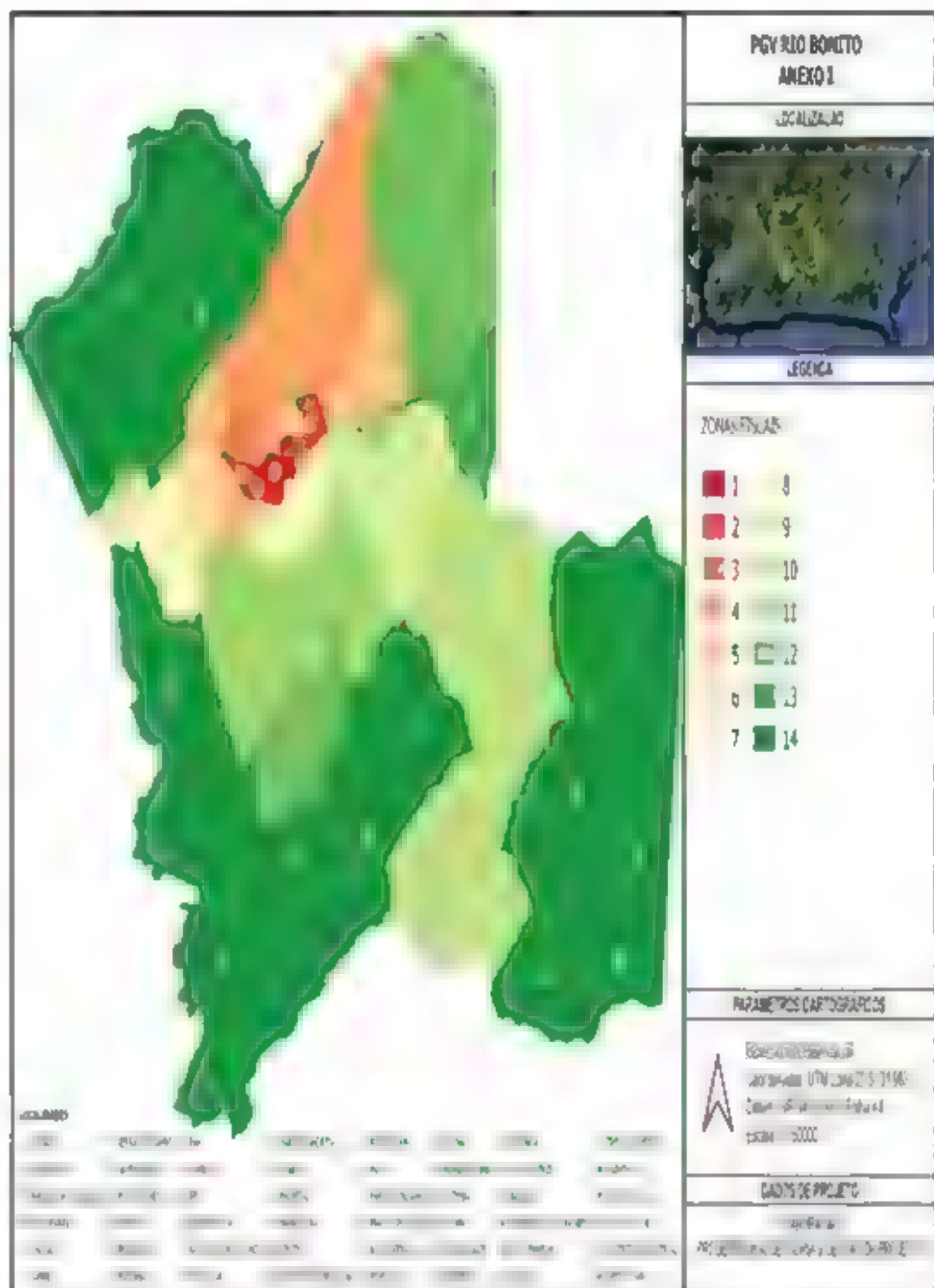
Art. 12º. Constituem os Anexos da presente lei:

Anexo I Zonas Fiscais do Município,
Anexo II. Valores do metro quadrado dos terrenos,
Anexo III: Valores do metro quadrado das edificações; e
Anexo IV: Alíquotas de IPTU por Zonas Fiscais

Art. 13º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário

Prefeitura Municipal de Rio Bonito, 13 de dezembro de 2022.

LEANDRO PEREIRA NETTO
PREFEITO



DECRETO Nº. 249/2022

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BONITO, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que lhe confere o Art. 8º - inciso III da Lei Municipal nº 2.478 de 20 de dezembro de 2021

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto pelo Poder Executivo, o Crédito Adicional Suplementar, no valor de **R\$ 3.843.954,96 (Três Milhões, Oitocentos e Quarenta e Três Mil, Novecentos e Cinquenta e Quatro Reais e Noventa e Seis Centavos)** para atender despesas da Secretaria Municipal de Educação, exclusivamente com a folha de pagamento, de acordo com a dotação orçamentária relacionada no quadro a seguir:

Unidade	Ficha	Classificação Funcional	Título da Atividade	Fonte de Recursos	Classificação de Despesas	Valor R\$
07 - Educação	096	02.07.12.361.0073.2.139	Folha de Pagamento do FUNDEB I - Profissionais da Educação 70%	02 - FUNDEB	3.1.90.04.00	3.843.954,96
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO						3.843.954,96

Parágrafo Único - A autorização a que se refere este artigo se fundamenta nas disposições dos artigos 40 e 42 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 2º - Os recursos para atender a presente autorização são provenientes das anulações de saldos orçamentários conforme autoriza o artigo 43 parágrafo 1º - inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 das dotações orçamentárias relacionadas a seguir:

Unidade	Ficha	Classificação Funcional	Título da Atividade	Fonte de Recursos	Classificação de Despesas	Valor R\$
07 - Educação	100	02.07.12.361.0073.2.140	Folha de Pagamento do FUNDEB II - Equipe de	02 - FUNDEB	3.1.90.11.00	3.445.894,87
	122	02.07.12.365.0073.2.140	Apoio 30%			249.937,50
	213	02.07.12.367.0073.2.140	Manutenção de Creches			69.709,24
	194	02.07.12.365.0008.2.069				78.413,35
TOTAL DA ANULAÇÃO						3.843.954,96

Art. 3º Em decorrência deste decreto fica alterado o Quadro de Detalhamento das Despesas da referida Unidade Orçamentária

Art. 4º O presente Decreto nº 249/2022 entrará em vigor na data de sua publicação, ou afixação em órgão público, surtindo seus efeitos legais a partir de 28 de novembro de 2022, revogadas as disposições em contrário.

Rio Bonito, 28 de Novembro de 2022

LEANDRO PEREIRA NETTO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 252/2022

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BONITO, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que lhe confere o Art. 8º - inciso III da Lei Municipal nº 2.478 de 20 de dezembro de 2021

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos pelo Poder Executivo, os Créditos Adicionais Suplementares, no valor de **R\$ 935.868,71 (Novecentos e Trinta e Cinco Mil, Oitocentos e Setenta e Oito Reais e Setenta e Um Centavos)** para atender despesas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e do Fundo Municipal de Saúde - FMS, de acordo com as dotações orçamentárias relacionadas no quadro a seguir:

Unidade	Ficha	Classificação Funcional	Título da Atividade	Fonte de Recursos	Classificação de Despesas	Valor R\$
05 - Obras	091	02.05.15.452.0012.2.012	Manutenção da Limpeza Urbana	05 - Royalties Petróleo	3.3.90.36.00	623.647,88
10 - FMS	004	02.10.10.122.0204.2.002	Manutenção e Operacionalização da Unidade	00 - Recursos Próprios	3.3.90.36.00	4.456,72
	129	02.10.10.302.0200.2.176	Programa de Promoção à Equidade	50 - SUS/FES - Bloco da Média e Alta Complexidade	3.3.90.30.00	307.764,11
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO						935.868,71

Parágrafo Único - A autorização a que se refere este artigo se fundamenta nas disposições dos artigos 40 e 42 da Lei Federal nº 4.320/64

Art. 2º - Os recursos para atender a presente autorização são provenientes das anulações de saldos orçamentários conforme autoriza o artigo 43 parágrafo 1º - inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 das dotações orçamentárias relacionadas a seguir:

Unidade	Ficha	Classificação Funcional	Título da Atividade	Fonte de Recursos	Classificação de Despesas	Valor R\$
05 - Obras	083	02.05.15.451.0021.2.011	Manutenção de Estradas Vicinais	05 - Royalties Petróleo	3.3.90.30.00	623.647,88
10 - FMS	007	02.10.10.122.0204.2.002	Manutenção e Operacionalização da Unidade	00 - Recursos Próprios	3.3.90.48.00	4.456,72
	130	02.10.10.302.0200.2.176	Programa de Promoção à Equidade	50 - SUS/FES - Bloco da Média e Alta Complexidade	3.3.90.39.00	307.764,11
TOTAL DA ANULAÇÃO						935.868,71

Art. 3º Em decorrência deste decreto fica alterado o Quadro de Detalhamento das Despesas das referidas Unidades Orçamentárias

Art. 4º O presente Decreto nº 252/2022 entrará em vigor na data de sua publicação, ou afixação em órgão público, surtindo seus efeitos legais a partir de 28 de novembro de 2022, revogadas as disposições em contrário.

Rio Bonito, 28 de Novembro de 2022

LEANDRO PEREIRA NETTO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 259/2022

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BONITO, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que lhe confere o Art. 8º - inciso III da Lei Municipal nº 2.478 de 20 de dezembro de 2021.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos pelo Poder Executivo, os Créditos Adicionais Suplementares, no valor de **R\$ 912.281,70 (Novecentos e Doze Mil, Duzentos e Oitenta e Um Reais e Setenta e Um Centavos)** para atender despesas da Secretaria Municipal de Educação, exclusivamente com a folha de pagamento, de acordo com as dotações orçamentárias relacionadas no quadro a seguir:

Unidade	Ficha	Classificação Funcional	Título da Atividade	Fonte de Recursos	Classificação de Despesas	Valor R\$
07 – Educação	098	02.07.12.361.0073.2.139	Folha de Pagamento do FUNDEB I – Profissionais da Educação (70%)	02 – FUNDEB	3.1.90.04.00	849.782,51
	394	02.07.12.365.0073.2.017	Manutenção de Pré-Escolas			00 – Recursos Próprios
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO						912.281,70

Parágrafo Único - A autorização a que se refere este artigo se fundamenta nas disposições dos artigos 40 e 42 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 2º - Os recursos para atender a presente autorização são provenientes das anulações de saldos orçamentários conforme autoriza o artigo 43 parágrafo 1º - inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 das dotações orçamentárias relacionadas a seguir:

Unidade	Ficha	Classificação Funcional	Título da Atividade	Fonte de Recursos	Classificação de Despesas	Valor R\$
07 – Educação	121	02.07.12.365.0073.2.139	Folha de Pagamento do FUNDEB I - Profissionais da Educação (70%)	00 – Recursos Próprios	3.1.90.11.00	849.782,51
	157	02.07.12.361.0073.2.015	Manutenção do Ensino Fundamental			02 – FUNDEB
TOTAL DA ANULAÇÃO						912.281,70

Art. 3º Em decorrência deste decreto fica alterado o Quadro de Detalhamento das Despesas da referida Unidade Orçamentária

Art. 4º O presente Decreto nº 259/2022 entrará em vigor na data de sua publicação, ou afixação em órgão público, surtindo seus efeitos legais a partir de 07 de dezembro de 2022, revogadas as disposições em contrário.

Rio Bonito, 07 de Dezembro de 2022.

LEANDRO PEREIRA NETTO
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

Processo nº 546/2022, Servidor(a) ROSIANA DE JESUS PESSANHA FIGUEIREDO, inscrita(o) no CPF: 090.625.197-41, matrícula 2630 no cargo de Professor II, carga horária 25H semanais (Prefeitura Municipal de Rio Bonito), e matrícula 3571, no cargo de Professor Orientador Pedagógico, com carga horária 25 semanais (Prefeitura Municipal de Rio Bonito).
Licit a acumulação de cargos pelo servidor (a) nos termos do art. 37, XVI, c, CF da Constituição Federal;

Rio Bonito, 19 de Dezembro de 2022

Julio Aguiar Pimentel
Secretario Municipal De Administração
MAT: 8961425

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

Processo nº 507/2021, Servidor(a) MARCO ANTONIO DA SILVA MEDEIROS, inscrita(o) no CPF: 085.638.817-29, matrícula 895890701 no cargo de Enfermeiro, carga horária 12x60H semanais-plantão (Prefeitura Municipal de Rio Bonito), e matrícula 896039701, no cargo de Técnico de Enfermagem, com carga horária 24H semanais-plantão (Prefeitura do Município de Rio Bonito).
Licit a acumulação de cargos pelo servidor (a) nos termos do art. 37, XVI, c, CF da Constituição Federal;

Rio Bonito, 19 de Dezembro de 2022

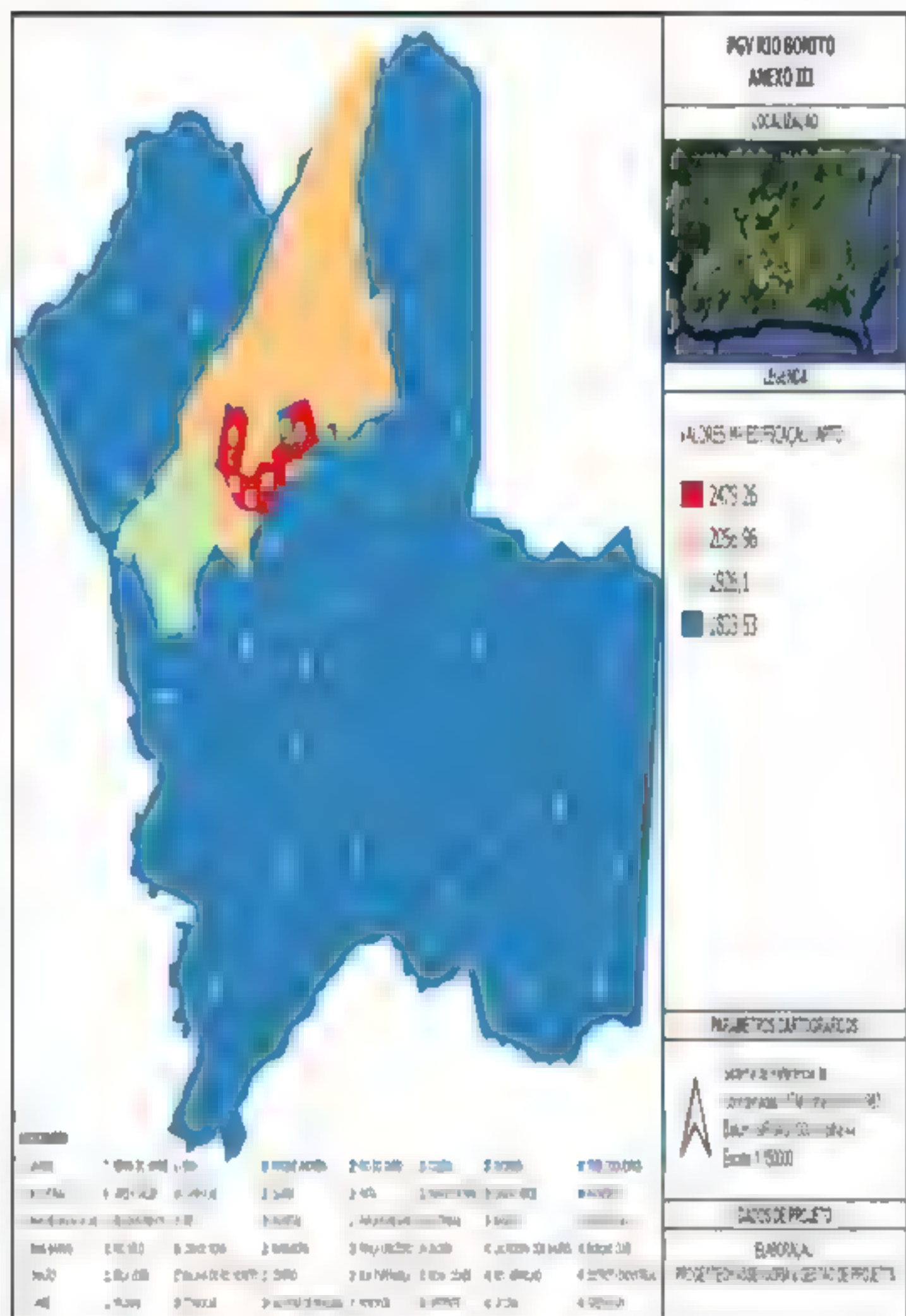
Julio Aguiar Pimentel
Secretario Municipal De Administração
MAT: 8961425

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

Processo nº 241/2020, Servidor(a) ALINE MACEDO DE MELO, inscrita(o) no CPF: 086.539.517-92, matrícula 3590 no cargo de Auxiliar de Educação Especial, carga horária 25H semanais (Prefeitura Municipal de Rio Bonito), e matrícula 67288-1, no cargo de Professor de Educação Especial, com carga horária 22H semanais (Prefeitura do Município de Saquarema).
Licit a acumulação de cargos pelo servidor (a) nos termos do art. 37, XVI, c, CF da Constituição Federal.

Rio Bonito, 19 de Dezembro de 2022

Julio Aguiar Pimentel
Secretario Municipal De Administração
MAT: 8961425



EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

Processo nº 244/2020, Servidor(a) DEUZA MARIA CARDOSO BRAGA DOS SANTOS, inscrita(o) no CPF: 019 076 237-36, matrícula 3881 no cargo de Auxiliar de Educação Especial, carga horária 25H semanais (Prefeitura Municipal de Rio Bonito), e matrícula 7694-0, no cargo de Professor de Educação Especial, carga horária 22H semanais (Prefeitura do Município de Saquarema).

Licit a acumulação de cargos pelo servidor (a) nos termos do art. 37, XVI, c. CF da Constituição Federal,

Rio Bonito, 19 de Dezembro de 2022

Julio Aguiar Pimentel

Secretario Municipal De Administração

MAT: 8961425

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

Processo nº 304/2020, Servidor(a) JULIANO MOREIRA DOS SANTOS, inscrito(a) no CPF: 126.806.417-36, matrícula 4153 no cargo de Professor I-LP, carga horária 16H semanais (Prefeitura Municipal de Rio Bonito), e matrícula 3065941-1, no cargo de Professor Docente I, com carga horária 30H semanais (Secretaria de Estado de Educação).

Licit a acumulação de cargos pelo servidor (a) nos termos do art. 37, XVI, c. CF da Constituição Federal,

Rio Bonito, 19 de Dezembro de 2022

JULIO AGUIAR PIMENTEL

Secretario Municipal De Administração

MAT: 8961425

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

Processo nº 026/2018, Servidor(a) ANDRÉ LUIZ MENEZES DE CARVALHO, inscrito(a) no CPF: 102.880.867-40, matrícula 3925 no cargo de Professor I, carga horária 16H semanais (Prefeitura Municipal de Rio Bonito), e matrícula 71994-1, no cargo de Professor MG2-E, com carga horária 20H semanais (Prefeitura do Município de Saquarema)

Licit a acumulação de cargos pelo servidor (a) nos termos do art. 37, XVI, c. CF da Constituição Federal,

Rio Bonito, 19 de Dezembro de 2022



PREFEITURA NITERÓI

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI

Ato do Prefeito

DECRETO Nº 14.658/2022

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 4º, da Lei nº 3678, de 23 de dezembro de 2021

DECRETA:

Art. 1º- Fica aberto crédito suplementar e outras alterações orçamentárias ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no valor global de R\$ 1.833.685,74 (um milhão, oitocentos e trinta e três mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e setenta e quatro centavos) para reforço de dotações orçamentárias, na forma do Anexo

Art. 2º- O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o artigo 43, da Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, na forma do Anexo

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a partir de 22 de dezembro de 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 22 DE DEZEMBRO DE 2022.

AXEL GRAEL – PREFEITO

ANEXO AO DECRETO Nº 14.658/2022 CRÉDITO SUPLEMENTAR E OUTRAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS						
ORGÃO/UNIDADE	PROGRAMA DE TRABALHO	IND	FT	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	
01 01	CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI	01 122 0145 2001	339008	100	467.005,87	
01 01	CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI	01 122 0145 2001	339008	500	21.679,87	
01 01	CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI	01 221 0145 2001	319013	500	930.000,00	
01 01	CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI	01 221 0145 2001	319113	100	419.000,00	-
01 01	CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI	01 031 0156 6024	339039	100	-	80.740,00
01 01	CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI	01 122 0145 2001	319092	100	-	81,14
01 01	CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI	01 122 0145 2001	339014	500	-	5.000,00
01 01	CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI	01 122 0145 2001	339030	100	-	5.517,42
01 01	CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI	01 122 0145 2001	339033	100	-	300,00
01 01	CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI	01 122 0145 2001	339033	500	-	10.000,00
01 01	CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI	01 122 0145 2001	339039	100	-	512.506,93
01 01	CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI	01 122 0145 2001	339039	500	-	870.951,84
01 01	CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI	01 122 0145 2001	339092	100	-	182.860,38
01 01	CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI	01 122 0145 2001	449552	500	-	12.044,80
01 01	CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI	01 331 5900 2001	339049	500	-	53.683,23
TOTAL DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS				1.833.685,74	1.833.685,74	

NOTA:

FONTE 100 – ORDINÁRIOS PROVENIENTES DE IMPOSTOS

FONTE 500 – SUPÉRAVIT ORDINÁRIOS PROVENIENTES DE IMPOSTOS

DECRETO Nº 14.659/2022

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 4º, da Lei nº 3678, de 23 de dezembro de 2021

DECRETA:

Art. 1º- Fica aberto crédito suplementar e outras alterações orçamentárias ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no valor global de R\$ 2.205.206,04 (dois milhões, duzentos e cinco mil, duzentos e sessenta e quatro centavos) para reforço de dotações orçamentárias, na forma do Anexo

Art. 2º- O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o artigo 43, da Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, na forma do Anexo

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a partir de 22 de dezembro de 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 22 DE DEZEMBRO DE 2022.

AXEL GRAEL – PREFEITO

ANEXO AO DECRETO Nº 14.659/2022 CRÉDITO SUPLEMENTAR E OUTRAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS						
ORGÃO/UNIDADE	PROGRAMA DE TRABALHO	IND	FT	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	
20 43	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO FME	12.388.0135.4070	339030	139	2.205.206,04	-
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO				139	-	2.205.206,04
TOTAL DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS				2.206.206,04	2.206.206,04	

NOTA:

FONTE 139 – ROYALTIES - PRÉ-SAL (LEI 12.858/2013)

DECRETO Nº 14.660/2022

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 4º, da Lei nº 3678, de 23 de dezembro de 2021

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e outras alterações orçamentárias ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no valor global de R\$ 63.588.612,89 (sessenta e três milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, seiscentos e doze reais e oitenta e nove centavos) para reforço de dotações orçamentárias, na forma do Anexo

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o artigo 43, da Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, na forma do Anexo

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a partir de 22 de dezembro de 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 22 DE DEZEMBRO DE 2022.

AXEL GRAEL – PREFEITO

ANEXO AO DECRETO Nº 14.660/2022 CRÉDITO SUPLEMENTAR E OUTRAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS						
ORGÃO/UNIDADE	PROGRAMA DE TRABALHO	IND	FT	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	
53 51	EMPRESA MUN DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO	15.364.0135.3384	449051	139	205.344,51	
53 51	EMPRESA MUN DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO	15.451.0210.3001	449051	139	15.673.612,43	
53 51	EMPRESA MUN DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO	15.451.0210.3009	449051	139	11.000.000,00	
53 51	EMPRESA MUN DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO	15.451.0210.3010	449051	139	1.359.000,00	
53 51	EMPRESA MUN DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO	15.451.0210.5071	449051	139	259.588,39	
53 51	EMPRESA MUN DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO	15.451.0210.5072	339030	139	7.693.521,02	
53 51	EMPRESA MUN DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO	15.451.0210.5072	449030	139	98.489,00	
53 51	EMPRESA MUN DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO	15.451.0210.5072	449051	139	3.476.820,19	
53 51	EMPRESA MUN DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO	15.451.0210.5542	449051	139	291.894,00	
53 51	EMPRESA MUN DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO	15.451.0132.3008	449051	139	23.904.288,55	
53 51	EMPRESA MUN DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO	15.452.0210.3008	449051	139	346.083,80	
24 01	ENC FINANC DO MUNICIPIO-REC SOB SUPERVISAO DA SMF	09.272.2800.0957	459194	139	-	63.588.612,89
TOTAL DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS				63.588.612,89	63.588.612,89	

NOTA:

FONTE 136 – COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

Portarias

Port. Nº 1789/2022- Designa o Consultor JOSÉ AUGUSTO PAIXÃO GOMES para, sem prejuízo de suas atribuições, responder pelo expediente da Chefia de Gabinete do Prefeito, nas faltas e impedimentos do Titular

Port. Nº 1770/2022- Designa, o subsecretário FRANCISCO MARCELO BANDEIRA BATISTA, matrícula nº 1248.361-0 para, sem prejuízo de suas atribuições, responder pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão nas faltas e impedimentos da titular

Port. Nº 1771/2022- Faz cessar os efeitos da Portaria nº 1531/2022 publicada em 17 de novembro de 2022

RATIFICO DISPENSA DE LICITAÇÃO

Julio Aguiar Pimentel
Secretario Municipal De Administração
MAT: 8961425

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

Processo nº 185/2015, Servidor(a) MARGARETH CARDOSO DOMINGUES, inscrita(o) no CPF: 002 056 637-96, matrícula 1741 no cargo de Professor I, carga horária 16H semanais (Prefeitura Municipal de Rio Bonito), e matrícula 02928-1, no cargo de Professor C, com carga horária 16H semanais (Prefeitura Municipal de Macaé).

Licit a acumulação de cargos pelo servidor (a) nos termos do art. 37, XVI, c. CF da Constituição Federal,

Rio Bonito, 19 de Dezembro de 2022.

Julio Aguiar Pimentel

Secretano Municipal De Administração

MAT: 8961425

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

Processo nº 545/2022, Servidor(a) BRUNO TORRES DO CARMO, inscrita(o) no CPF: 078.657.217-57, matrícula 3699 no cargo de Professor I, carga horária 16H semanais (Prefeitura Municipal de Rio Bonito), e matrícula 09637364, no cargo de Professor Docente I, com carga horária 40 semanais (Secretaria de Estado de Educação)

Licit a acumulação de cargos pelo servidor (a) nos termos do art. 37, XVI, c. CF da Constituição Federal,

Rio Bonito, 19 de Dezembro de 2022

Julio Aguiar Pimentel

Secretano Municipal De Administração

MAT: 8961425

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

Processo nº 536/2022, Servidor(a) MARISTELA GONÇALVES MARINHO, inscrita(o) no CPF: 872.302.597-20, matrícula 1357

no cargo de Professor II, carga horária 25H semanais (Prefeitura Municipal de Rio Bonito), e matrícula 28435, no cargo de Professor Docente I, com carga horária 14H semanais (Prefeitura do Município de São Pedro da Al-

RATIFICO, o ato do Sr. Secretário Municipal de Urbanismo e Mobilidade a Dispensa de Licitação referente ao processo 080.004/101/2022, com base no inc. XIII do arto 24 da Lei nº 8.666/93

Corrigendas

Na Lei publicada em 22/12/2022, onde se lê: Lei nº 3752/2022, leia-se: Lei nº 3753/2022 Na Portaria nº 1788/2022, publicada em 22/11/2022, onde se lê: Rafael Souza Fernandes, leia-se: Rafael Sousa Fernandes

Portaria nº 1531/2022, publicada em 17 de novembro de 2022

Onde se lê "para responder pelo expediente da Secretaria Municipal de Planejamento Orçamento e Modernização da Gestão, nas faltas e impedimentos da Titular" Leia-se: "para responder pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão, nas faltas e impedimentos da Titular"

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PORTARIA CONJUNTA Nº 002/SEPLAG/SMF/SMAPGM 2022

Estabelece o escopo do e-Niterói. Cria regras para a fiscalização e o pagamento do Contrato SEPLAG 013/2020

A Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão, a Secretária Municipal de Fazenda, o Secretário Municipal de Administração e o Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições legais estabelecidas pelo Decreto nº 14.499 de 28 de agosto de 2022,

RESOLVEM

Art. 1º Os sistemas e-cidade e e-Ciga são soluções de TIC abrangidas pelo escopo de atendimento do e-Niterói

Art. 2º O sistema de chamados disponibilizado no endereço <https://e-niteroi.n.gov.br> é o canal exclusivo para registro e documentação dos atendimentos realizados pelo e-Niterói

§ 1º O sistema de chamados está disponível 24 horas por dia 7 dias de semana salvo em momentos de indisponibilidade por manutenção programada ou falhas de sistema alheios a gestão

§ 2º Para efeito de cumprimento de acordos de nível de serviço (SLA) em relação ao tempo de atendimento, serão considerados dias úteis de segunda-feira a sexta-feira das 9:30 às 16:30

§ 3º As informações registradas no sistema de chamados mencionado no caput são de caráter oficial e, portanto, fonte legítima de consulta no apoio à fiscalização da execução de contratos

Art. 3º São consideradas atividades de rotina as atividades de suporte técnico realizadas através de intervenções com procedimentos conhecidos e recorrentes nos sistemas abrangidos pelo e-Niterói imprescindíveis para garantia de disponibilidade e segurança da sua operação.

§ 1º Para fins de proporção sobre o orçamento do contrato referente a atividades de rotina estabelecidas no catálogo de serviços do Contrato SEPLAG 13/2020, ficam estabelecidos os seguintes percentuais: 10% pagos pela Secretaria Municipal de Administração, 20% pagos pela Secretaria Municipal de Fazenda, 30% pagos pela Procuradoria Geral do Município, e 40% pagos pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão

§ 2º Os ordenadores de despesas do contrato poderão modificar os parâmetros estabelecidos no parágrafo anterior, mediante deliberação específica, mediante parecer prévio do Comitê Gestor (CGEN)

Art. 4º São consideradas atividades sob demanda aquelas que expandem ou melhoram funcionalidades do sistema

Parágrafo único: As requisições de melhorias a sistemas devem ser feitas pelos fiscais de contrato exclusivamente através do sistema de chamados

Art. 5º Cabe ao Comitê Gestor do e-Niterói (CGEN) estabelecer a política de priorização de atendimento a chamados

§ 1º Os chamados que incorram em prazo legal ou que possam acarretar dano ou prejuízo à administração devido ao seu não cumprimento devem ter prioridade máxima de atendimento nos termos da política de priorização de atendimento estabelecidas pelo CGEN

§ 2º É obrigação da unidade interessada no atendimento do chamado registrá-lo em tempo hábil para sua análise e execução tão logo tome ciência da obrigação de fazer

Art. 6º O CGEN assume as prerrogativas do Comitê Gestor citadas no 3º Termo Aditivo ao Contrato SEPLAG 13/2020, cabendo, entre outras atribuições, definir a estrutura de pagamento e a política de gestão e execução de demandas relacionadas ao objeto do referido contrato

Art. 7º Pagamentos de atividades sob demanda solicitados pelos órgãos no âmbito do Contrato SEPLAG 13/2020, e atendidos mediante apresentação do Termo de Aciate deverão ser pagos pelos devidos órgãos requisitantes

Parágrafo único: Chamados registrados por órgãos que não constituem o CGEN serão pagos pelo órgão gestor do contrato

Art. 8º A forma oficial de demanda de serviços é através da Ordem de Serviço única e mensal, aprovada pelo CGEN, descrevendo as quantidades demandadas por item do catálogo de serviços vigente no mês de referência

Art. 9º O pagamento referente as demandas apresentadas em Ordem de Serviço serão feitas com base no relatório de evidência de entregas e termos de acate validadas pela equipe fiscalização do contrato

Parágrafo único – A ordem de serviço será única para todo o mês, independentemente do órgão destinatário, mas especificará todos os serviços realizados

Art. 10º Cada órgão integrante do Comitê Gestor do Contrato SEPLAG 13/2020 atuará processo de pagamento específico referente à proporção que lhe cabe estabelecida pelo CGEN

§ 1º Cada processo de pagamento será iniciado com informação do valor respectivo e assinatura do gestor da pasta responsável pelo pagamento

§ 2º Será disponibilizado relatório evidenciado pela contratada na plataforma e-Niterói, no qual constarão os dias úteis e o que foi executado no período objeto de pagamento

§ 3º A SEPLAG ficará responsável pelo processo-base, no qual constarão todos os documentos comuns a todos os ordenadores de despesas tais como ordem de serviço mensal/contrato, aditivos e extrato de contrato, sendo de responsabilidade de cada Secretaria inserir as respectivas cópias no processo de pagamento setorial

§ 4º Cada órgão ficará responsável pelos atos internos, tais como portaria de designação dos fiscais, eventuais alterações, notas de empenho e termo circunstanciado, sem prejuízo de outros documentos que entender pertinentes

§ 5º O parecer circunstanciado deverá seguir o modelo anexo, sem prejuízo de acréscimos que cada órgão entenda pertinente

§ 6º Todos os processos deverão ser objeto de análise do controle interno setorial e, ao final, encaminhados para a Secretaria Municipal de Fazenda para liquidação e pagamento sendo certo que a ordem cronológica de pagamentos, conforme Decreto 14.217 de 25 de novembro de 2021, seguirá independente no âmbito de cada órgão

§ 7º Após o pagamento, para fins de controle, a SEPLAG deverá ser comunicada de forma oficial sem necessidade de remessa do processo

§ 8º Cada órgão responsável pelo pagamento poderá editar normas internas complementares e específicas para efetivar a fiscalização do contrato

Art. 11 Caberá a cada órgão responsável pelo pagamento, na respectiva proporção, observar o quantitativo de unidade de serviço técnico (UST) cobrado de acordo com o realizado, imputando ainda em controle do que foi consumido de acordo com o percentual estabelecido no artigo 3º

Art. 12 Cabe ao CGEN coordenar o pagamento entre os órgãos facilitando a troca de informações e documentos para o atendimento dos Termos de Requisitos Mínimos do processo de pagamento a fornecedores, podendo editar atos explicativos e de orientação para facilitação do processo

Niterói, 21 de dezembro de 2022

ELLEN CRISTINE BONADIO BENEDETTI

Secretária Municipal de Planejamento Orçamento e Modernização da Gestão

MARILIA ORTIZ

Secretária Municipal de Fazenda

LUIZ ANTÔNIO FRANCISCO VIEIRA

Secretário Municipal de Administração

FRANCISCO MIGUEL SOARES

Procurador Geral do Município

ANEXO

MODELO PARECER CIRCUNSTANCIADO

Referência [mês]/[ano]

I. INTRODUÇÃO

1. Este processo de pagamento refere-se aos serviços executados no âmbito do Contrato nº [], firmado entre o MUNICÍPIO DE NITERÓI, CNPJ nº 28.521.748.0001/59 e a empresa [], CNPJ nº [], cujo objeto é a prestação de serviços de tecnologia especializados para o software de gestão pública e-Cidade

II. HISTÓRICO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DO CONTRATO

2. O Contrato nº [] está no seu [] termo aditivo, este com vigência até [] e valor de []. Emitem, no âmbito do contrato, duas espécies de serviços, os serviços medidos em unidades de serviço técnico (UST), recebidos e pagos mensalmente e os

deia).

PORTARIA Nº3607/2022- Prorroga, excepcionalmente, por 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar sob nº **020/001951/2022**, instaurado através da Portaria nº 1281/2022

PORTARIA Nº3606/2022- Prorroga, excepcionalmente, por 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar sob nº **020/002002/2022**, instaurado através da Portaria nº 1280/2022

PORTARIA Nº 3605/2022- Prorroga, por 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar sob nº **020/002361/2022**, instaurado através da Portaria nº 1815/2022

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

EXTRATO SMF Nº 29/2022

INSTRUMENTO- Termo de Ajuste de Contas nº 01/2022. **PARTES**- O Município de Niterói por meio da Secretaria Municipal de Fazenda e TIPLAN CONSULTORIA E SERVIÇOS EM INFORMATICA LTDA. CNPJ 04 642 554/0001-43. **OBJETO**- Pagamento à contratada pela prestação de serviços contínuos de locação de software ou disponibilização, software livre com licença GLP para emissão de notas fiscais, manutenção suporte e desenvolvimento de notas funcionais sobre o sistema informatizado de ISSQN referente ao período de 01/06/2022 a 31/08/2022. **VALOR** R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), Natureza das Despesas: 3 3 9 0 4 0 0 0 0 0 0 - Fonte 138 - PT 21 01 04 122 0145-4189 Empenho: 003095, emitido em 08/12/2022. **FUNDAMENTO** Lei nº 8 666, de 21 de junho de 1993; Decreto Municipal nº 11 466/2013 e demais legislações correlatas, bem como o Processo Administrativo nº. 9900004347/2022. **DATA DA ASSINATURA** 08 de dezembro de 2022

ATOS DO COORDENADOR DO ISS – COISS – EDITAL

“A Coordenação do ISS (COISS) torna publicas as NOTIFICAÇÕES de exclusão do Simples Nacional nº 11609 e 11610 e os AUTOS DE INFRAÇÃO nº 60538 e nº 60539, em face de E-COMIT COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA-ME CNPJ nº 12153 686/0001 30 e inscrição de nº 1518273, por conta de o contribuinte não ter sido localizado no endereço cadastrado, nos termos do art. 24 Inciso IV, alínea “c” e art. 25 inciso IV todos da Lei municipal nº 3 368/2018. A contar da data de publicação desse edital na Imprensa Oficial do Município, o contribuinte dispõe do prazo de 30 (trinta) dias para impugnação dos autos de infração e da notificação de exclusão do Simples Nacional

“A Coordenação do ISS (COISS) torna publica a NOTIFICAÇÃO DE ENCERRAMENTO nº 11612, em face de E-COMIT COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA-ME, CNPJ nº 12153 686/0001 30 e inscrição de nº 1518273, por conta de o contribuinte não ter sido localizado no endereço cadastrado, nos termos do art. 24 Inciso IV alínea “c” e art. 25 inciso IV, todos da Lei nº 3 368/2018 -”

“A Coordenação do ISS (COISS) torna publica a NOTIFICAÇÃO nº 11607 em face da INOVA MD A LTDA-ME, CNPJ nº 10943444/0001-14 e inscrição de nº 1589654, por conta de o contribuinte não ter sido localizado no endereço cadastrado nos termos do art. 24, inciso IV e art. 25, inciso IV c/c art. 63 todos da Lei 3 368/2018.”

“A Coordenação do ISS (COISS) torna publica a NOTIFICAÇÃO de Lançamento nº 69353 da pessoa física: REGINA DA SILVA MIRANDA, CPF nº 788 581 357-68, inscrição do canterio de obras nº 302 298-9 e IPTU nº 228402-4, por conta do contribuinte não ter sido localizado no endereço cadastrado, nos termos do art. 24, inciso IV, alínea “c” e art. 25 inciso IV c/c art. 63 todos da Lei 3 368/2018. Torna publico também, o cancelamento das Notificações de Lançamento nº 68702 e 68721. O interessado dispõe do prazo de 30 (trinta) dias para pagamento ou impugnação contados a partir desta publicação

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ATO DO SECRETÁRIO

HOMOLOGA - a Deliberação CME nº 048/2022 do Conselho Municipal de Educação de Niterói, aprovada na Sessão Plenária do dia 12 de dezembro de 2022

DELIBERAÇÃO CME Nº 048/2022

Prorrogação do prazo estabelecido na Deliberação CME nº 047/2021

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NITERÓI, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9 394/96

Considerando a Deliberação CME nº 009/2006, publicada em 24 de janeiro de 2007

Considerando a Deliberação CME nº 039/2019, publicada em 23 de maio de 2019

Considerando as condições que delineiam a realidade social das comunidades onde se inserem as unidades de educação infantil, conversadas à Fundação Municipal de Educação/Prefeitura de Niterói por meio do Programa Criança na Creche.

Considerando a necessidade de adequação dessas instituições à legislação educacional vigente

Considerando as ações empreendidas pelo Programa Criança na Creche com vistas à viabilização das condições para autorização definitiva das unidades conversadas à Fundação Municipal de Educação de Niterói, por meio do Programa Criança na Creche, **Considerando** que as entidades mantenedoras das creches comunitárias já ingressaram com os respectivos pedidos de autorização de funcionamento na Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia

DELIBERA:

Art. 1º- Fica prorrogado até 31 de dezembro de 2023, o prazo estabelecido pela Deliberação CME nº 047/2021, referente à autorização provisória para funcionamento das unidades de educação infantil vinculadas ao Programa Criança na Creche

Art. 2º- Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Sessão Plenária do dia 12 de dezembro de 2022

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

LINCOLN DE ARAUJO SANTOS - *Presidente*

ANA LUCIA TAROUQUELLA SCHILKE

CARLA CRISTINA MARTINS DA CONCEIÇÃO VASCONCELLOS

DJENANE LU SA FREIRE FIRMINO

FABRICIO BAPTISTA DE MARTINO

JHONATAN ANJOS

MARCOS SABINO

NEUZA CALDAS MAIA

RAYMUNDO NERY STELLING JÚNIOR

RITA DE CÁSSIA OLIVEIRA LOPES DE SOUZA

ROSA ALEITICE OLIVEIRA SILVA

SÉRGIO MIGUEL TURCATTO

THAIS FERREIRA DE SOUZA

THIAGO SOARES RISSO POSSAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MOBILIDADE

PORTARIA SMU Nº 030/2022 - Designar para exercer a função de Fiscal no Contrato, através do processo 080-4101/2021, cujo o objeto é a contratação por de serviços especializados para a avaliação do equilíbrio Econômico Financeiro dos Contratos de Concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus do Município de Niterói os servidores Rogério Gutierrez Gama- mat. 12431370, Ivanice Schutz – mat. 1245425-0, Fernanda de Souza Mezzavilla – mat. 240293-2

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

Coordenadoria do Serviço Funerário Municipal

CEMITÉRIO DO MARUÍ - EDITAL

O Chefe do Cemitério de Maruí torna publico o seguinte os restos mortais abaixo relacionados, e sepultados nessa necrópole no período de **02/02/2020 a 08/02/2020** serão retirados das sepulturas e recolhidos ao ossuário geral, em conformidade com o **Decreto Municipal nº. 4.531/1985 e Decreto Municipal nº 13.981/21** Havendo a intenção de resguardar os restos mortais conservando-os em outro local, devem os interessados dos se manifestar administrativamente, por escrito, antes de completar-se o prazo legal de três (03) anos de sepultamento

Gavetas de Adulto: (02/02/2020): 694 – Nelda Pacheco Nogueira, 887 – Gilmar da Silva 799 – Maria da Penha Nunes da Rocha, 3621 – Marcos André Afradique Scanferia, 795 – Rafael Botelho da Matta, (03/02/2020): 1207 – Abdo Pinheiro Chagas, 1614 – Jorge Nascimento Piedade Junior, 3614 – Edson de Simone, 4676 – Júlio Cesar Nunes da Conceição, 4128 – Maria Lucia de Azevedo R. Costa, (04/02/2020): 4518 – Euclides dos Santos Reis Filho, 1482 – João Vitor Santos da Silva, 4176 – Manoel Fernandes Amodeo Filho, 438 – Cívico Pedro de Alcântara, 2417 – Teodoro Teodoro da Motta, (05/02/2020): 345 – Maria de Lourdes Cruz Pinto, 3412 – Ubirajara da Costa Cerqueira, 4456 – Edna Sodré de Oliveira, 2418 – José Luiz da Mota, (06/02/2020): 888 – Kaua Araújo da Silva 4408 – Maria Aparecida de Oliveira Souza, 2132 – Ygor Pereira da Silva, 714 – Maria da Aparecida Abreu Guimarães, (07/02/2020): 4288 – Mathheus Alves Mendonça, 3313 – João Francisco Correa Filho, 3433 – Sonia Maria de Lima de Souza, 1677 – Lucília Gomes da Silva, 1414 – Neir de Oliveira, (08/02/2020): 126 letra N – Pedro Tobias 2846 – Jurema Gomes de Souza, 3804 – Clóvis Bomfim dos Santos 2274 – Zilah Mendes.

Gaveta de Adulto da Quadra “A”: (02/02/2020): 288 – Francisco das Chagas dos Santos 464, (03/02/2020): 464 – Elisabeth Pinheiro Soares, (04/02/2020): 74 – Daniel Lemos, (05/02/2020): 133 – Valnei Gonçalves, 173 – Frida Augusta Thiemann, (06/02/2020): 189 – Rubia Mara Ferreira, (07/02/2020): 25 – Mirian Dias das Neves, (09/02/2020), 57 – Jansson Flemnne Ferreira Sena 82 – Jocarilda Mello Correa.

Gaveta de Adulto da Quadra “B”: (02/02/2020): 588 – Juarez Macharete de Carvalho, (04/02/2020): 339 – Maria Adeleide Macieira, (06/02/2020): 757 – Felipe Moraes da Costa e Silva, 637 – Belio Costa dos Santos, (07/02/2020): 568 – Marcelo Maia, 314 – Frederico da Conceição, **Carneiro de Adulto da Quadra “F”:** (03/02/2020): 4004 – Odalio Severino Pereira, **Carneiro de Adulto da Quadra “G”:** (07/02/2020): 643 – Anderson Tavares dos Santos, **Gaveta de Anjo:** (02/02/2021): 78 – Natimotro, (04/02/2020): 161 – Natimotro, (05/02/2020): 45 – Icaro dos Santos Castro, (06/02/2020): 208 – Filho de Rejane Souza Bento.

O Chefe do Cemitério de Maruí torna público o seguinte os restos mortais abaixo relacionados, e sepultados nessa necrópole no período de **09/02/2020 a 16/02/2020** serão retirados das sepulturas e recolhidos ao ossuário geral, em conformidade com o **Decreto Municipal nº. 4.531/1985 e Decreto Municipal nº 13.981/21** Havendo a intenção de resguardar os restos mortais conservando-os em outro local, devem os interessados dos se manifestar administrativamente, por escrito, antes de completar-se o prazo legal de três (03) anos de sepultamento

Gavetas de Adulto: (09/02/2020): 3836 – Brasília de Abreu Marins, 4664 – Jose Maria de Souza, 2804 – Luiz Gustavo Pereira, 741 – Jose Eduardo Araújo, (10/02/2020): 4675 – Josefino da Costa Lima, 3275 – E-mo Mallmann, 147 – Audecia Alves, 4115 – Alcinei Soares, (11/02/2020): 3698 – Claudionor Batista da Silva, 439 – Krecio Santos de Andrade Junior, (12/02/2020): 432 – Lyg a Lopes de Souza, 695 – Ricardo Sidney de Souza Rosa, 3321 – Roberto Cardoso Moreira, 1453 – Ana Alice de Oliveira da Silva, (13/02/2020): 3430 – Norma Reis, 700 – Enildo de Oliveira, (14/02/2020): 57 – Dyanira da Silva Souza, 2863 – Pablo Julio de Abreu, (15/02/2020): 692 – Tiago Alves Rodrigues, 3601 – Selma da Costa Ferreira, 740 – Benedito Francisco Angelo, 3580 – Jose Jorge Lopes Bastos, **Gaveta de Adulto da Quadra “A”:** (09/02/2020): D1 – Wilton dos Santos Couto, 45 – Nazário da Silva Fernandez, (10/02/2020): 64 – Maria dos Anjos da Silva, (11/02/2020): 81 – Silvia Regina de Melo Fontes, (13/02/2020): 65 – Euzébio Francisco Dutra, (14/02/2020): 128 – Luiz Antônio Siqueira Fana, (16/02/2020): 59 – Dejar Dias Gonçalves, **Gaveta de Adulto da Quadra “B”:** (11/02/2020): 166 – Oswaldo Fernandes de Oliveira, (12/02/2020): 585 – Dalva Franco Cruz, **Carneiro de Adulto da Quadra “F”:** (09/02/2020): 2888 – Dalma Costa da Silva, (11/02/2020): 3010 – Alzira de Souza, (12/02/2020): 2193 – Mara José de Almeida Concellos, 2892 – Milton Ramos, (15/02/2020): 3307 – Nazareth Rosa Fonseca Oliveira, **Carneira de Adulto da Quadra “G”:** (09/02/2020): 562 – Rosane Machado Velasco Cunha, (10/02/2020): 561 – Wanilda Silva de Souza, (13/02/2020): 660 – Vitor Inacor Santana, (14/02/2020): Sebastião Gron, (15/02/2020): 594 – Luz Claudio Antônio Dias, **Cova Rasa de Adulto da Quadra “13”:** (11/02/2020): 181 – Osvaldo dos Reis Praxedes, 182 – Izairito Barbosa de Aquino, **Gaveta de Anjo:** (10/02/2021): 208 – Geovana Santana Henniger, (15/02/2020): 75 – Filho de Vanessa Anatolico P Moura.

O Chefe do Cemitério de Maruí torna publico o seguinte: os restos mortais abaixo relacionados, e sepultados nessa necrópole no período de **16/02/2020 a 22/02/2020** serão retirados das sepulturas e recolhidos ao ossuário geral, em conformidade com o **Decreto Municipal nº. 4.531/1985 e Decreto Municipal nº 13.981/21**. Havendo a intenção de resguardar os restos mortais conservando-os em outro local, devem os interessados dos se manifestar administrativamente, por escrito, antes de completar-se o prazo legal de três (03) anos de sepultamento

Gavetas de Adulto: (16/02/2020): 784 – Eunice Ribeiro Pinto, 1859 – Sonia Maria Leivindo, 3782 – Edna Ferreira da Cunha, 456 – Roberto Paulo Rodrigues, 4546 – Gilberto Velloso dos Santos, (17/02/2020): 797 – Jean dos Santos Silva, 777 – Osvaldo Ferraz, 778 – José Cavalcante de Albuquerque, 853 – Mauro Sergio da Conceição, 844 – Síde Machado Gonçalves Ferro, (18/02/2020): 2615 – Eduardo Sant Ana Gomes, 3517 – Lucas de Souza Fiores, 2663 – Laesse Duome de Andrade, (19/02/2020): 3311 – Sonia Reg na Machado de Jesus, 788 – Iarary Motta dos Santos, 4678 – Jorge Benedito Amorim do Nascimento, 3775 – Jose Severino Ribeiro, (20/02/2020): 1225 – Joel Avila Cordeiro, 3429 – Luiz Carlos da Silva Carvalho, 3481 – Eri Nóbrega Salles, 3394 – Venes Mannho, 3541 – Jean Nóbrega Salles, 2380 – Eudalio da França Bahia, (21/02/2020): 1928 –

Tereza de Paula, 601 – Alba Caetano de Souza, 2057 – Lamarina Moraes, 726 – Emar Santa Rosa, 1740 – Werley Tavares Barbosa, **Gaveta de Adulto da Quadra “A”:** (16/02/2020): 223 – Flordesa Borges Vianna 33 – João dos Santos, (20/02/2020): 93 – Ildé da Silva Falco, (21/02/2020), 107 – Luiza de Magalhães Cruz, 188 – Cosme de Castro Brasil, (22/02/2020): 395 – João Brasileiro da Silva, 206 – Luz Seixas dos Santos, 159 – Agostinho Pinheiro de Lima, **Gaveta de Adulto da Quadra “B”:** (21/02/2020): 367 – João Luz de Souza Ribeiro, **Carneiro de Adulto da Quadra “F”:** (17/02/2020): 2713 – Maria Jose Lima Silva, (22/02/2020): 3965 – Anita Dionisio dos Santos, **Carneira de Adulto da Quadra “G”:** (21/02/2020): 669 – Antônio Senhor Alves de Souza, **Cova Rasa de Adulto da Quadra “13”:** (20/02/2020) 183 – Ires da Silva Ferreira, (22/02/2020): 184 – Mana das Graças Cortes, **Carneiro de Anjo da Quadra “E”:** (18/02/2020): 28 – Helena Vitoria de Almeida Manhães, **Gaveta de Anjo:** (10/02/2021): 203 – Maria Luiza Apriego de Souza Martins.

O Chefe do Cemitério de Maruí torna publico o seguinte os restos mortais abaixo relacionados, e sepultados nessa necrópole no período de **26/01/2020 a 01/02/2020**, serão retirados das sepulturas e recolhidos ao ossuário geral, em conformidade com o **Decreto Municipal nº. 4.531/1985 e Decreto Municipal nº 13.981/21**. Havendo a intenção de resguardar os restos mortais conservando-os em outro local, devem os interessados dos se manifestar administrativamente, por escrito, antes de completar-se o prazo legal de três (03) anos de sepultamento

Gavetas de Adulto: (26/01/2020): 822 – Rejane Santos de Oliveira Pereira, 552 – Adriana Gomes de Araújo, 3579 – Regina Sueli Torné, 4668 – Alice Diogo da Silva Tavares, (27/01/2020): 3572 – Ernani Marques Timbo, 1954 – Antônio Carlos Canelas de Pina, 1490 – Oswa do Gonçalves dos Santos, 408 – Helio Rodrigues da Silva, 2699 – Alberto Silva, (28/01/2020): 1495 – Jose Luiz dos Santos, 423 – Ruan da Silva Azevedo, 3605 – Nadyr Motta Gomes, 2831 – Genita Gomes de Menezes, 4150 – Tânia Pereira de Andrade, (29/01/2020): 3698 – Vitor da Conceição Silva, 1402 – Maria da Glória de Souza, 427 – Paulo Sylvio Govi Lopes, 4191 – Daniel Loroza Alves, 1404 – Waldeci da Silva Oliveira, 1842 – Yara Nóbrega Camara, (30/01/2020): 3470 – Wellington Leandro da Silva 1198 – Rosana Duarte de Souza, 794 – Ennel de Souza Azevedo, 1228 – Severina Alves da Silva, (31/01/2020): 3841 – Cristiane Moraes Costa, 2285 – Leide de Almeida Tavares, 1883 – Marcos Alves Magalhães, (01/02/2020): 1493 – Elizete Reboças, 4399 – Jose Fernando Maciel Silva 3644 – Maria Ferreira dos Santos, **Gaveta de Adulto da Quadra “A”:** (31/01/2020): 41 – Osvaldina de Almeida, **Gaveta de Adulto da Quadra “B”:** (27/01/2020): 690 – Rejane Guimarães dos Santos, **Carneira de Adulto da Quadra “G”:** (28/01/2020) 179 – Ramundo Ferreira da Silva, (29/01/2020): 644 – Francisco Antônio de Souza, **Cova rasa de adulto da quadra 13:** (30/01/2020): 180 – Sergio Santos Anjunes, **Gaveta de Anjo:** (28/01/2021): 125 – Itallo Guilherme Tavares Eloy.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEN PUBLICA

PORTARIA SEOP nº 073/2022 - Designar o servidor RODRIGO FERREIRA DE SOUZA, Guarda Civil Municipal, Matrícula 1237 528-9 para atuar como gestor do Termo Aditivo nº 001/2022 ao convênio nº 01/2020, bem como a servidora, KÁTIA SILENE BASTOS DOS SANTOS, Coordenadora da Guarda Civil Municipal, Matrícula 1234 478-6, para atuar como responsáveis pelo acompanhamento, execução e fiscalização da execução dos Projetos selecionados no Programa de Desenvolvimento de Projetos Aplicados (PDPA) Processo nº 130002446/2022

CORRIGENDA, Portaria nº 072/2022/ SEOP publicado no Diário Oficial do Município de Niterói, de 17/12/2022

Onde se lê FÁTIMA GUIMARAES, Guarda Civil Municipal matrícula 12344398

Leia-se JOÃO PAULO S G LIMA Guarda Civil Municipal Matrícula 1241 498-6

GRUPO EXECUTIVO CAMINHO NIEMEYER

EXTRATO Nº 001/2022

Em conformidade com o Processo 9900002999/2022, abaixo referenciado AUTORIZO a compra de 02 (dois) KONECT TRIPÊ CAIXA ACUSTICA, 04 (quatro) KADOSH MIC S/FIO, 02 (dois) KAUDIO CX KBA 15, 01 (um) YAMAHA MESA MG16, 02 (DOIS) KONECT CABO XLR-XLR STA e 01 (um) KONECT PEDESTAL MIC PT 90 PADRÃO nos seguintes termos.

INSTRUMENTO- Contratação Direta de Empresa para o fornecimento de 02 (dois) KONECT TRIPÊ CAIXA ACUSTICA, 04 (quatro) KADOSH MIC S/FIO, 02 (dois) KAUDIO CX KBA 15, 01 (um) YAMAHA MESA MG16, 02 (DO S) KONECT CABO XLR-XLR STA e 01 (um) KONECT PEDESTAL MIC PT 90 PADRÃO, PARTES: MUNICIPIO DE NITERÓI por intermédio da Secretária de Executiva – Grupo Executivo Caminho Niemeyer e a empresa R&F SOLUÇÕES INTEGRADAS-MEI inscrita no CNPJ 45 694 790/0001-90 **OBJETO**: Aquisição de 02 (dois) KONECT TRIPÊ CAIXA ACUSTICA, 04 (quatro) KADOSH MIC S/FIO, 02 (dois) KAUDIO CX KBA 15, 01 (um) YAMAHA MESA MG16, 02 (DOIS) KONECT CABO XLR-XLR STA e 01 (um) KONECT PEDESTAL MIC PT 90 PADRÃO no valor (dezessete mil e duzentos e setenta e cinco reais); notas de empenhos 002659 002661 e 002662, **FUNDAMENTO**, artigo 24, II, da Lei Federal nº 8 665/93, despachos contidos no processo nº 9900002999/2022

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

EXTRATO Nº 028/2022

Ordem de Serviço que entre si fazem o MUNICÍPIO DE NITERÓI, por meio da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SMEL, e do outro lado Rodrigo Campos de Miranda Chamim(ME.I) para aquisição de brinquedos e materiais permanentes para revitalização do Poil do Bebê na Praia de Icarí, projeto apoiado pela Smel, no valor de R\$ 25 000,00(Vinte e cinco mil reais), que obedeça à Ordem de Serviço nº 028/2022. Funcionamento legal Artigo 75 inciso I e II da Lei 14133/2021. Verba: Código de Despesa nº 339030 e 449052 do Programa de Trabalho nº 15 451 0010 5071 da Fonte 138, processo nº 9900007127/2022, data 22/12/2022

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PORTARIA Nº 30/CGM/2022

DISPÕE SOBRE ATUALIZAÇÃO DO GUIA PARA IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS, BEM COMO AS FORMAS DE MITIGAÇÃO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO – GIR 002

A **CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO**, no uso de suas atribuições legais, confidenciais pela Lei Municipal nº 3 305 de 19 de julho de 2017, conforme disposto no art. 3º, § 2º, combinadas com o Decreto Municipal nº 13 704/2020, que dispõe sobre a obrigatoriedade de utilização das guias para identificação de riscos, bem como as formas de mitigação – GIRs, no âmbito do Município de Niterói, e delega competência à Controladora Geral do Município – CGM – para editar e efetuar alterações porventura necessárias e

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3 466, de 09 de janeiro de 2020, que Institui a Política de Promoção de Integridade e *Compliance* no Município de Niterói, para reduzir os riscos inerentes à gestão, provendo maior segurança e transparência em sua execução; aperfeiçoar a estrutura de governança pública, riscos e controles da Administração Pública municipal e fomentar a inovação e a adoção de boas práticas de gestão pública

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 13 425/2019, que dispõe sobre a Política de Gestão de Riscos do Poder Executivo do Município de Niterói para contribuir no fortalecimento da promoção de integridade e de *Compliance* no Município de Niterói

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 13 518/2020, que regulamenta o Comitê de Integridade e *Compliance* do Município de Niterói, para garantir a efetividade da Política de Promoção de Integridade e *Compliance* do Município de Niterói

CONSIDERANDO a necessidade de estruturação do sistema de controle interno, por meio do aprimoramento dos instrumentos de mapeamento e gestão de riscos e do fortalecimento da segregação de funções, os quais atendem a todos os demais princípios insculpidos no art. 3º caput, da Constituição da República Federativa do Brasil

RESOLVE

Art. 1º Atualizar o guia para identificação de riscos, bem como as formas de mitigação, na prestação de contas de governo do Município de Niterói (GIR 002), quanto ao

1º Linha – GESTÃO OPERACIONAL – Áreas Comuns.

I – **Risco**: Não inserção de dados e anexação de documentos relativos aos editais de licitação e demais atos no Sistema, conforme o disposto na Deliberação TCE/RJ nº 312/20, no Art. 2º, no qual expressa o prazo de 2 (dois) dias úteis a partir da data de sua publicação ou republicação. **Sugestão Mitigatória**: Zelar para que os todos os editais de licitação e demais atos sejam encaminhados tempestivamente, cumprindo com o dever de prestar contas e exigências estabelecidas na Deliberação TCE/RJ nº 312/20

II – **Risco**: Não inserção no Sistema dos respectivos dados no módulo concessões, em sua integralidade e autenticidade, referente às contratações no âmbito das concessões comuns (regidas pela Lei nº 8 987/95), e concessões administrativas e patrocinadas (parcerias publico-privadas – PPPs), regidas pela Lei nº 11 079/04 em observância ao previsto na Deliberação TCE-RJ nº 281/17. **Sugestão Mitigatória**: Zelar e observar o disposto na Deliberação TCE-RJ nº 281/17, promovendo o devido lançamento dos contratos no módulo de concessões do SIGFIS

III – **Risco**: Destinação incorreta de receitas vinculadas. **Sugestão Mitigatória**: Utilizar corretamente recursos vinculados conforme o previsto nas legislações específicas

1º Linha – GESTÃO OPERACIONAL – Saúde

IV – **Risco**: Descumprimento da Lei Federal nº 12 858/2013 (Pré-sal). **Sugestão Mitigatória**: a) Acompanhar o recebimento dos recursos, bem como sua efetiva aplicação nas áreas da Educação e Saúde, respectivamente, o montante de 75% e 25% dos recursos provenientes dos Royalties e participações especiais do Pré-Sal oriundos de contratos de exploração de petróleo assinados a partir de 03.12.2012, em observância à Lei Federal nº 12 858/2013, b) Verificar a paridade entre o valor registrado pelo município e o valor informado pela ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis -, para as receitas de royalties.

1º Linha – GESTÃO OPERACIONAL – Educação

V – **Risco**: Não encaminhamento ou encaminhamento inconsistente das informações via SICONFI e/ou SIOPE ocasionando a inabilitação para eventual recebimento de valor a título de complementação da União relacionada ao FUNDEB na modalidade VAAT. **Sugestão Mitigatória**: Proceder corretamente com o envio tempestivo das informações via SICONFI e SIOPE, conforme §5º do artigo 13 da Lei 14 133/20

VI – **Risco**: Descumprimento da Lei Federal nº 12 858/2013 (Pré-sal). **Sugestão Mitigatória**: a) Acompanhar o recebimento dos recursos, bem como sua efetiva aplicação nas áreas da Educação e Saúde, respectivamente, o montante de 75% e 25% dos recursos provenientes dos Royalties e participações especiais do Pré-Sal oriundos de contratos de exploração de petróleo assinados a partir de 03.12.2012, em observância à Lei Federal nº 12 858/2013, b) Verificar a paridade entre o valor registrado pelo município e o valor informado pela ANP – Agência Nacional do Petró

4 1 4 Quarta etapa: avaliação de títulos de caráter somente classificatório, a ser realizada sob a responsabilidade da FGV, tendo como instância recursal a Comissão Organizadora da PGM/Niterói;

4 2 Os resultados e as convocações serão divulgados na Internet, no seguinte endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pgm/niteroi23>

4 3 Todas as etapas serão realizadas na cidade de Niterói-RJ

4 4 Caso o número de candidatos inscritos exceda a oferta de lugares existentes na cidade relacionada no item 4.3, a FGV reserva-se o direito de aloca-los em cidades próximas à determinada para aplicação das provas, não assumindo, entretanto, qualquer responsabilidade quanto ao deslocamento e à hospedagem desses candidatos.

4 5 Todos os horários definidos neste Edital, seus anexos e comunicados oficiais, têm como referência o horário oficial da cidade de Brasília-DF.

6. DO CARGO

5 1 A denominação do cargo, os requisitos de escolaridade, o número de vagas e o valor da taxa de inscrição estão estabelecidos na tabela a seguir:

CARGO: PROCURADOR DO MUNICÍPIO					
NÍVEL SUPERIOR					
REQUISITOS DE ESCOLARIDADE					
Nível Superior com bacharelado em Direito e inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil					
QUADRO DE VAGAS -					
CARGO					
R\$ 15.334,15 - Anual					
Procurador do Município de 3ª Categoria					
alimentação na forma de					
10					
04					
01					
01					
06					
50					

* Ampla Concorrência

** Cadastro Reserva

5 2 A remuneração inicial do cargo tem por base a Lei Municipal n. 2.569, de 2 de julho de 2008, e a Lei Municipal nº 3359 de 06 de julho de 2018

5 3 O candidato deverá atender, cumulativamente, para investidura no cargo, aos seguintes requisitos:

a) ter sido classificado no Concurso Público, na forma estabelecida neste Edital em seus anexos e eventuais retificações;

b) ter nacionalidade brasileira ou, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do §1º do Art. 12 da Constituição da República Federativa do Brasil e na forma do disposto no Art. 13 do Decreto n. 70.436, de 18 de abril de 1972;

c) ter idade mínima de 18 anos completos;

d) estar em gozo dos direitos políticos;

e) estar quite com as obrigações eleitorais e, se do sexo masculino, também com as militares;

f) firmar declaração de não estar cumprindo e nem ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática de improbidade administrativa aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;

g) apresentar declaração quanto ao exercício de outro(s) cargo(s), emprego(s) ou função(ões) publica(s) e sobre recebimento de proventos decorrente de aposentadoria e pensão;

h) apresentar declaração de bens e valores que constituam patrimônio;

i) firmar declaração de não estar cumprindo sanção por indoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;

j) ser considerado apto no exame admissional a ser realizado pelo Município de Niterói;

k) apresentar diploma, devidamente registrado, de bacharel em Direito, fornecido por instituição de ensino reconhecido pelo Ministério de Educação e comprovado por meio de apresentação de original e cópia do respectivo documento;

l) apresentar inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil;

m) não ter sido condenado a pena privativa de liberdade transitada em julgado ou qualquer outra condenação incompatível com a função pública;

n) estar apto física e mentalmente para o exercício do cargo, não sendo, inclusive, pessoa com deficiência incompatível com as atribuições do cargo, fato apurado pelo Município de Niterói;

o) não registrar antecedentes criminais;

p) cumprir as determinações deste Edital.

5 4 No ato da posse, todos os requisitos especificados no item 5.3 deverão ser comprovados mediante a apresentação de documento original.

5 5 O Servidor será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Niterói instituído pela Lei Municipal nº 531 de 18 de janeiro de 1985, e pelo Regime Jurídico dos Procuradores de Niterói, instituído pela Lei Municipal nº 3359, de 06 de julho de 2018, bem como por suas alterações posteriores.

5 6 As atribuições e os requisitos do cargo estão definidos no Anexo I deste Edital.

5 7 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

DAS INSCRIÇÕES

6 1 As inscrições para o Concurso Público estarão abertas no período de **26 de dezembro de 2022 até 03 de fevereiro de 2023**

6 2 Para efetuar sua inscrição, o interessado deverá acessar, via *Internet*, o endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pgm/niteroi23> observando o seguinte:

a) acessar o endereço eletrônico a partir das **16h do dia 26 de dezembro de 2022 até as 16h do dia 03 de fevereiro de 2023**, de acordo com horário oficial de Brasília;

b) preencher o requerimento de inscrição que será exibido e, em seguida, enviá-lo de acordo com as respectivas instruções;

c) o envio do requerimento de inscrição gerará, automaticamente o boleto bancário relativo à taxa de inscrição, que deverá ser impresso e pago em espécie em qualquer agência bancária, ou por meio eletrônico, sendo de inteira responsabilidade do candidato a impressão e guarda do comprovante de inscrição;

d) após às **16h do dia 03 de fevereiro de 2023**, não será mais possível acessar o formulário de requerimento de inscrição;

e) a PGM e a FGV não se responsabilizarão por requerimento de inscrição que não tenha sido recebido por fatores de ordem técnica dos computadores, os quais impossibilitem a transferência dos dados e/ou causem falhas de comunicação ou congestionamento das linhas de transmissão de dados;

f) o requerimento de inscrição será cancelado caso o pagamento da taxa de inscrição (boleto) não seja efetuado até às **16h do dia 06 de fevereiro de 2023**, primeiro dia útil subsequente ao último dia do período destinado ao recebimento de inscrições via *Internet*;

6 3 O candidato somente poderá efetuar o pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por meio de boleto bancário emitido pela Fundação Getúlio Vargas, gerado ao término do processo de inscrição;

6 4 O boleto bancário estará disponível no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pgm/niteroi23> e deverá ser impresso para o pagamento da taxa de inscrição após a conclusão do preenchimento do requerimento de inscrição;

6 5 Todos os candidatos inscritos no período entre **16h do dia 26 de dezembro de 2022 até as 16h do dia 03 de fevereiro de 2023** poderão reimprimir, caso necessário, o boleto bancário, no máximo até as 16h do primeiro dia útil posterior ao encerramento das inscrições (**06 de fevereiro de 2023**), quando esse recurso será retirado do site da FGV;

6 5 1 O pagamento da taxa de inscrição após às **16h do dia 06 de fevereiro de 2023**, e a realização de qualquer modalidade de pagamento que não seja pela quitação do boleto bancário e/ou o pagamento de valor distinto do estipulado neste Edital implicam o indeferimento e cancelamento da inscrição;

6 5 2 Não será aceito, como comprovação de pagamento de taxa de inscrição, comprovante de agendamento bancário;

6 5 3 Não serão aceitos os pagamentos das inscrições por depósito em caixa eletrônico por meio de cartão de crédito, via postal, fac-símile (fax), transferência ou depósito em conta corrente, DOC, TED, PIX, ordem de pagamento, ou por qualquer outra via que não as especificadas neste Edital;

6 5 4 Em caso de faturado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra, o candidato deverá antecipar o pagamento do boleto ou realizá-lo por outro meio válido, devendo ser respeitado o prazo-limite determinado neste Edital;

6 5 5 Quando do pagamento do boleto bancário, o candidato tem o dever de conferir todos os seus dados cadastrais e da inscrição nele registrados, bem como o comprovante de pagamento. As inscrições e/ou pagamentos que não forem identificados devido a erro na informação de dados pelo candidato ou terceiros no pagamento do referido boleto não serão aceitos, não cabendo reclamações posteriores neste sentido;

6 6 As inscrições somente serão efetivadas após a comprovação de pagamento da taxa de inscrição ou o deferimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição, nos termos do item 7 e seguintes deste Edital;

6 6 1 O comprovante de inscrição do candidato estará disponível no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pgm/niteroi23>, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção desse documento;

6 7 Não serão aceitas inscrições condicionais ou extemporâneas, nem as requeridas por via postal, via fax e/ou correio eletrônico e/ou outros meios sem ser os citados no edital;

6 8 É vedada a transferência do valor pago, a título de taxa, para terceiros, para outra inscrição ou para outro concurso;

6 9 Para efetuar a inscrição, é imprescindível o número de Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do candidato;

6 10 A inscrição do candidato implica o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento, bem como quanto à realização das provas nos prazos estipulados;

6 11 A qualquer tempo, mesmo após o término das etapas do processo de seleção, poder-se-á anular a inscrição, as provas e a nomeação do candidato, desde que verificada falsidade em qualquer declaração e/ou irregularidade nas provas e/ou em informações fornecidas;

6 11 1 O candidato que cometer, no ato de inscrição, erro grosseiro na digitação de seu nome ou apresentar documento de identificação que não conste na ficha de cadastro do Concurso será eliminado do certame e qualquer tempo;

6 11 2 O candidato que desejar corrigir o nome fornecido durante o processo de inscrição deverá enviar e-mail para concursopgm.niteroi23@fgv.br acompanhado de cópia dos documentos que continham os dados corretos ou cópia da sentença homologatória de retificação do registro civil;

6 12 Caso, quando do processamento das inscrições, seja verificada a existência de mais de uma inscrição efetivada (por meio de pagamento ou isenção da taxa) por um mesmo candidato para o mesmo cargo, somente será considerada válida e homologada aquela que tiver sido realizada por último, sendo esta identificada pelo sistema de inscrições online da FGV pela data e hora de envio do requerimento via *Internet*. Consequentemente, as demais inscrições do candidato serão automaticamente canceladas, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido, nem mesmo quanto à restituição do valor pago a título de taxa de inscrição;

6 13 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do concurso por conveniência da Administração Pública;

6 14 O comprovante de inscrição e/ou pagamento da taxa de inscrição deverá ser mantido em poder do candidato e apresentado nos locais de realização das provas ou quando solicitado;

6 15 Após a homologação da inscrição, não será aceita, em hipótese alguma, solicitação de alteração dos dados contidos na inscrição, salvo o previsto no subitem 8.13 e 8.4.2;

6 15 1 A relação preliminar de homologação das inscrições deferidas será divulgada na internet, no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pgm/niteroi23>;

6 15 2 O candidato que desejar interpor recurso contra a relação preliminar dos candidatos com inscrição deferida ou contra o indeferimento da inscrição deverá observar o prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da publicação no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pgm/niteroi23>;

6 16 O candidato, ao realizar sua inscrição, também manifesta ciência quanto à possibilidade de divulgação de seus dados em listagem e resultados no decorrer do certame, tais como aqueles relativos à data de nascimento, notas e desempenho nas provas, ser pessoa com deficiência (se for o caso), entre outros, tendo em vista que essas informações são essenciais para o fiel cumprimento da publicidade dos atos atinentes ao concurso. Não caberão reclamações posteriores nesse sentido, ficando certos também os candidatos de que, possivelmente, tais informações poderão ser encontradas na rede mundial de computadores através dos mecanismos de busca atualmente existentes;

6 17 O candidato deverá manter atualizados seus dados pessoais e seu endereço perante a Fundação Getúlio Vargas enquanto estiver participando do Concurso Público, por meio de requerimento a ser enviado para o e-mail concursopgm.niteroi23@fgv.br, conforme o caso. São de exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização de seus dados pessoais e de seu endereço;

7. DA ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

7 1 Somente haverá isenção da taxa de inscrição para os candidatos amparados pelo Decreto nº 6.593, de 2 de outubro de 2008, Decreto Federal nº 11.016, de 29 de março de 2022, e pela Lei nº 2638 de 04 de março de 2009, que estiverem inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e forem membros de família de baixa renda, sendo obrigatório, o envio do **Requerimento de Solicitação de Isenção (constante no Anexo II)**, devidamente preenchido e assinado, mediante *upload* pelo *link* de inscrição, até as 16h do dia 28 de dezembro de 2022, no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pgm/niteroi23>;

7 2 A isenção poderá ser só citada no período entre **16h do dia de 26 de dezembro de 2022 até 16h do dia 28 de dezembro de 2022** horário oficial de Brasília, DF, por meio de inscrição no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pgm/niteroi23> devendo o candidato, obrigatoriamente, indicar o seu Número de Identificação Social – NIS, atribuído pelo Cadastro Único para Programas do Governo Federal, e fazer *upload* (imagem original) dos documentos comprobatórios de sua condição de hipossuficiência econômica;

a) Inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;

b) Declaração de ser membro de família de baixa renda, nos termos da regulamentação do Governo Federal para o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (conforme Anexo II), legível e assinada;

7 3 Fará jus à isenção de pagamento da taxa de inscrição o candidato economicamente hipossuficiente que estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico e for membro de família de baixa renda;

7 3 1 O candidato que requerer a isenção deverá informar, no ato da inscrição, seus dados pessoais em conformidade com os que foram originalmente informados ao órgão de Assistência Social de seu Município, responsável pelo cadastramento de famílias no CadÚnico, mesmo que atualmente estejam divergentes ou que tenham sido alterados nos últimos 45 (quarenta e cinco) dias, em virtude do decurso de tempo para atualização do banco de dados do CadÚnico em âmbito nacional;

7 3 2 Mesmo que inscrito no CadÚnico, a inobservância do disposto no subitem anterior poderá implicar o indeferimento do pedido de isenção do candidato, por divergência entre os dados cadastrais informados e os constantes no banco de dados do CadÚnico;

7 3 3 A FGV consultará o órgão gestor do CadÚnico a fim de verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato que requerer a isenção na condição de hipossuficiente;

7 4 Não serão aceitos documentos enviados por fax, correio eletrônico, via postal entregues pessoalmente na sede da FGV e/ou outras vias que não a expressamente prevista no subitem 7.2 deste Edital;

7 5 O candidato que tiver a isenção deferida mas que tenha realizado outra inscrição paga, terá sua isenção cancelada;

7 6 As informações prestadas no requerimento de isenção serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo responder este, a qualquer momento, por crime contra a fé pública, o que acarretará sua eliminação do concurso, aplicando-se, ainda, o disposto no Decreto Federal nº 83.936/79, artigo 10, parágrafo único;

7 7 O simples preenchimento dos dados necessários para solicitar a isenção de taxa de inscrição não a garante ao interessado. A solicitação estará sujeita a análise e possível deferimento por parte da FGV;

7 8 O fato de o candidato estar participando de algum Programa Social do Governo Federal (ProUni, Fies, Bolsa Família etc.) e de ter obtido a isenção em outros certames não garantem por si só, a isenção da taxa de inscrição;

7 9 O não cumprimento de uma das etapas fixadas, a falta ou a inconformidade de alguma informação ou a solicitação apresentada fora do período fixado implicarão na eliminação automática do processo de isenção;

7 10 O resultado preliminar da análise dos pedidos de isenção de taxa de inscrição será divulgado no **dia 18 de janeiro de 2023**, no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pgm/niteroi23>;

7 11 É responsabilidade do candidato acompanhar a publicação e tomar ciência do seu conteúdo;

7 12 O candidato cujo requerimento de isenção de pagamento da taxa de inscrição for indeferido poderá interpor recurso no prazo de 2 (dois) dias úteis, a serem contados do primeiro dia útil subsequente ao da divulgação do resultado da análise dos pedidos, por meio de *link* disponibilizado no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pgm/niteroi23>;

7 13 A relação dos pedidos de isenção deferidos após recurso será divulgada no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pgm/niteroi23>;

7 14 Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção indeferidos poderão efetuar sua inscrição acessando o endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pgm/niteroi23> para imprimir o boleto bancário para pagamento até às **16h00 do dia 06 de fevereiro de 2023**, conforme procedimentos descritos no item 6 deste Edital;

7 15 O candidato que tiver seu pedido de isenção indeferido e que não efetuar o pagamento da taxa de inscrição na forma e no prazo estabelecidos no subitem anterior estará automaticamente excluído do Concurso Público;

8. DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS NEGROS E PARDOS

8 1 Ficam reservados aos candidatos negros e pardos que autodeclarem tal condição no momento da inscrição, na forma da Lei nº 3.334/2020, 20% (vinte por cento) das vagas totais, na forma distribuída na tabela do item 5.1 deste Edital, e daquelas que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso público;

8 2 Se, na apuração do número de vagas reservadas a negros e pardos, resultar número decimal igual ou maior do que 0,5 (meio), adotar-se-á o número inteiro imediatamente superior se menor do que 0,5 (meio), adotar-se-á o número inteiro imediatamente inferior;

8 3 O candidato que desejar concorrer às vagas reservadas aos candidatos negros e pardos deverá marcar a opção no *link* de inscrição, observado o período de inscrição disposto no subitem 6.1;

8 4 A autodeclaração é facultativa, ficando o candidato submetido às regras gerais estabelecidas no edital do concurso, caso não opte pela reserva de vagas;

8 5 A relação dos candidatos na condição de negros será divulgada no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pgm/niteroi23>;

8 6 A autodeclaração terá validade somente para o Concurso Público aberto, não podendo ser estendida a outros certames;

8 7 Os candidatos que, no ato da inscrição, declararem-se negros / pardos, aprovados para o cargo de Procurador Geral do Município e que não forem eliminados na prova escrita discursiva do concurso, serão convocados, por meio de edital de convocação, que estará disponível no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pgm/niteroi23>, para entrevista que verificará a veracidade das informações prestadas pelos candidatos e profetizará parecer definitivo a respeito;

8 7 1 Os candidatos negros/pardos habilitados e classificados na prova discursiva serão convocados para entrevista, em edital próprio para o procedimento de heteroidentificação que será realizada em Niterói/RJ, por comissão da heteroidentificação formada pela FGV selecionada na forma do art. 6º da Lei nº 3.334/2020;

8 7 2 Será considerado negro/pardo, para os fins estabelecidos neste edital, o candidato que assim for reconhecido pela maioria dos membros presentes da comissão mencionada no subitem 8.7.1;

8 7 3 O candidato deverá comparecer à entrevista munido do formulário de autodeclaração, publicado no site da FGV, a fim de ser confrontado com o fentótipo declarado, além de documento de identidade (original e cópia) e cópia da certidão de nascimento. As cópias serão retidas pela comissão. Informações adicionais constarão da convocação para a entrevista;

8 8 A não observância do disposto no subitem 8.7.3, a não aprovação na entrevista ou o não comparecimento à entrevista acarretarão a perda do direito aos quantitativos reservados aos candidatos autodeclarados negros/pardos;

8 8 1 O candidato inscrito na reserva de vagas para candidatos negros/pardos que leve a Prova Escrita Discursiva corrigida dentro do quantitativo de correções para ampla concorrência, se convocado para a entrevista e não enquadrado como negro/pardo, caso seja aprovado nas demais fases, continuará figurando apenas na lista de classificação geral;

8 8 2 O candidato beneficiado com a convocação para realização da Prova Escrita Discursiva, previsto no subitem 11.2.2, se convocado para a entrevista e não enquadrado como negro/pardo, mesmo que seja aprovado nas demais fases, será eliminado do concurso, caso não obtenha nota de corte da ampla concorrência;

8 9 De acordo com o Art. 2º, da Lei nº 3.334, de 30 de julho de 2020, detectada a falsidade da declaração a que se refere o art. 1º, § 3º, será o candidato eliminado do concurso, cópia dos documentos tidos como falsos serão imediatamente remetidos ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro para eventual ação penal, caso assim entenda o MP e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço público, após procedimento administrativo em que lhe seja assegurado o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis;

8 10 O candidato que se declarar negro/pardo, que leve a Prova Escrita Discursiva corrigida dentro do quantitativo de correções para ampla concorrência, se aprovado no Concurso Público e enquadrado, por meio da entrevista, no programa de reserva de vagas, figurará na listagem específica de candidatos na condição de negro/pardo, bem como também em lista de classificação de todos os candidatos ao cargo;

8 11 Os candidatos negros/pardos portadores de deficiência poderão se inscrever concomitantemente para as vagas reservadas a pessoas com deficiência e para as vagas reservadas a negros/pardos;

8 11 1 Os candidatos negros/pardos aprovados para as vagas a eles destinadas e às reservadas às pessoas com deficiência, convocados concomitantemente por ambas as vias para o provimento do cargo, deverão manifestar opção por uma delas;

8 11 2 Na hipótese de que trata o parágrafo anterior, caso os candidatos não se manifestem previamente, serão nomeados dentro das vagas destinadas aos negros/pardos;

8 11 3 Na hipótese de o candidato aprovado tanto na condição de negro/pardo quanto na de deficiente ser convocado primeiramente para o provimento de vaga destinada a candidato negro/pardo, ou optar por esta na hipótese do subitem 8.11.1, fará jus aos mesmos direitos e benefícios assegurados ao servidor com deficiência;

8 12 As vagas reservadas a negros/pardos que não forem providas por falta de candidatos, por reprovação no concurso ou por não enquadramento no programa de reserva de vagas serão preenchidas pelos demais candidatos habilitados, com estufa observância à ordem geral de classificação;

8 13 O candidato que porventura declarar indevidamente ser negro/pardo, quando do preenchimento do requerimento de inscrição via *Internet*, deverá, após tomar conhecimento da situação da inscrição nessa condição, entrar em contato com a FGV, até a data das provas, por meio do e-mail concursopgm.niteroi23@fgv.br, para a correção da informação, por se tratar apenas de erro material e inconsistência efetivada no ato da inscrição;

8 14 O candidato cujo enquadramento na condição de negro seja indeferido poderá interpor recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis, a serem contados do primeiro dia útil subsequente ao da divulgação da lista, mediante requerimento feito à FGV pelo endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pgm/niteroi23>;

8 15 Se, quando da convocação, não existirem candidatos na condição de negros aprovados, serão convocados os demais candidatos aprovados, observada a listagem de classificação de todos os candidatos ao cargo;

9. DAS VAGAS DESTINADAS AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

9 1 As pessoas com deficiência, assim entendidas aquelas que se enquadram nas categorias definidas no art. 4º do Decreto Federal n. 3.298/98, que regulamenta a Lei Federal n. 7.853/89 e Lei Municipal n. 1.061, de 29 de abril de 1992, têm assegurado o direito de inscrição no presente Concurso Público, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições do cargo para o qual concorram;

9 1 1 Serão reservadas vagas aos candidatos com deficiência compatível com o cargo/atribuições, na proporção de **10% (dez por cento)** das vagas previstas de acordo com a Lei Municipal n. 1.061 de 29 de abril de 1992. Do total de vagas para o cargo, e das vagas que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do Concurso Público, 10% (dez por cento) ficarão reservadas aos candidatos que se declararem pessoas com deficiência, desde que apresentem laudo médico (documento original ou cópia autenticada em cartório) atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional, de Doenças – CID 11;

9 1 2 Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem 9.1.1 deste edital resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente desde que não ultrapasse 10% (dez por cento) das vagas oferecidas, nos termos da Lei Municipal nº 1.061 de 29 de abril de 1992, combinado com o § 3º do artigo 1º do Decreto nº 9.508/2018;

9 1 3 As vagas disponíveis por cargo para pessoas com deficiência estão discriminadas no subitem 5.1 deste Edital;

9 2 O candidato que desejar concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência deverá marcar a opção no *link* de inscrição e enviar o laudo médico, bem como

anexar o atestado médico, devidamente assinado e com o respectivo número do registro do profissional de saúde – digitalizado a partir de seu original/coioidado, em campo específico no *link* de inscrição, das **16h do dia 26 de dezembro de 2023 até as 16h do dia 03 de fevereiro de 2023**, horário oficial de Brasília/DF, no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pgm/niteroi23>;

9 2 1 Somente serão aceitos os documentos enviados nos formatos PDF, JPEG e JPG cujo tamanho não exceda 5 MB. O candidato deverá observar as demais orientações contidas no *link* de inscrição para efetuar o envio da documentação;

9 2 2 O laudo médico deverá conter:

a) a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a causa da deficiência;

b) a indicação de órteses, próteses ou adaptações, se for o caso;

c) a deficiência auditiva, se for o caso, devendo o laudo estar acompanhado de audiometria recente, datada de até 8 (oito) meses antes, a contar da data de início do período de inscrição;

d) a deficiência múltipla, constando a associação de duas ou mais deficiências, se for o caso;

e) a deficiência visual, se for o caso, devendo o laudo estar acompanhado de acuidade em pelo menos um dos olhos, patologia e campo visual;

9 3 O candidato inscrito na condição de pessoa com deficiência poderá requerer atendimento especial conforme estipulado no item 10 deste Edital, indicando as condições de que necessita para a realização das provas, conforme previsto no art. 4º, §§ 1º e 2º do Decreto Federal nº 9.508/2018;

9 4 O candidato que, no ato da inscrição, declarar-se pessoa com deficiência, e, aprovado no Concurso Público e na Perícia Médica, figurará na listagem de classificação de todos os candidatos ao cargo e também, em lista específica de candidatos na condição de pessoas com deficiência por cargo;

9 4 1 A relação dos candidatos na condição de pessoa com deficiência será divulgada no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pgm/niteroi23>;

9 4 2 O candidato que porventura declarar indevidamente ser pessoa com deficiência, quando do preenchimento do requerimento de inscrição via *Internet*, deverá, após tomar conhecimento da situação da inscrição nessa condição, entrar em contato com a FGV por meio do e-mail concursopgm.niteroi23@fgv.br, para a correção da informação, por se tratar apenas de erro material e inconsistência efetivada no ato da inscrição, até a data das provas;

9 5 Os candidatos classificados aprovados para o cargo de Procurador Geral do Município que se declararem pessoas com deficiência, que não forem eliminados do concurso, serão convocados por meio de edital que estará disponível no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pgm/niteroi23>, para se submeterem à perícia médica. A perícia ficará a cargo de uma equipe multiprofissional, instituída pela FGV nos moldes da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, e do art. 5º do Decreto nº 9.508 de 24 de setembro de 2018, a qual verificará a condição de pessoa com deficiência ou não;

9 5 1 A perícia médica dos candidatos que se declararem com deficiência será realizada em Niterói/RJ;

9 5 2 A compatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência do candidato será avaliada durante o estágio probatório;

9 6 Os candidatos convocados deverão comparecer à perícia médica munidos de documento de identidade original e de laudo médico em sua via original ou em cópia autenticada em cartório, em todo nos últimos doze meses que antecedem a perícia médica, que ateste a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, conforme especificado no Decreto nº 3.298/1999 e em suas alterações, bem como com a provável causa da deficiência. O candidato ainda deverá apresentar todos os exames complementares que sejam julgados necessários para a comprovação de sua condição de pessoa com deficiência;

9 6 1 O laudo médico original (ou sua cópia autenticada em cartório) será retido pela FGV por ocasião da realização da perícia médica;

9 7 A não observância do disposto no subitem 9.6, a reprovação na perícia médica ou o não comparecimento à perícia acarretarão a perda do direito aos quantitativos reservados aos candidatos em tais condições;

9 7 1 O candidato que prestar declarações falsas em relação à sua deficiência será excluído do processo em qualquer fase deste Concurso Público e responderá, civil e criminalmente, pelas consequências decorrentes do seu ato;

9 8 O candidato convocado para a perícia médica que não for enquadrado como pessoa com deficiência, caso seja aprovado nas demais fases, continuará figurando apenas nas listas de classificação geral por cargo;

9 8 1 O candidato beneficiado com a convocação para realizar a Prova Escrita Discursiva, de que trata o subitem 11.2.2, se convocado para a perícia médica e não enquadrado como pessoa com deficiência, mesmo que seja aprovado nas demais fases, será eliminado do concurso caso não obtenha nota de corte da ampla concorrência;

9 9 Se quando da convocação, não existirem candidatos na condição de pessoas com deficiência aprovados na Perícia Médica, serão convocados os demais candidatos aprovados, observada a listagem de classificação de todos os candidatos ao cargo;

9 10 Após a investidura do candidato no cargo, a deficiência não poderá ser arguida para justificar pedido de readaptação ou aposentadoria por invalidez, salvo nos casos de agravamentos previstos pela legislação competente;

10. DO ATENDIMENTO AOS CANDIDATOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

10 1 O candidato que necessitar de atendimento especial para a realização das provas deverá indicar, no formulário de solicitação de inscrição, os recursos especiais necessários para cada fase do Concurso e, ainda, enviar, por meio de aplicação específica do *link* de inscrição, das **16h do dia 26 de dezembro de 2022 até as 16h do dia 03 de fevereiro de 2023**, horário oficial de Brasília/DF, no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pgm/niteroi23>, laudo médico (imagem do documento original, da cópia autenticada em cartório ou da cópia simples) que justifique o atendimento especial solicitado;

10 1 1 Para fins de concessão de tempo adicional, serão aceitos laudo médico ou parecer emitido por profissional de saúde (imagem do documento original, da cópia autenticada em cartório ou da cópia simples). Após o período mencionado no item anterior, a solicitação será indeferida, salvo nos casos de força maior. A solicitação de condições especiais será atendida segundo critérios de viabilidade e de razoabilidade;

10 1 2 Somente serão aceitos os documentos enviados nos formatos PDF, JPEG e JPG, cujo tamanho não exceda 5 MB. O candidato deverá observar as demais orientações contidas no *link* de inscrição para efetuar o envio da documentação;

10 1 3 Nos casos de força maior, em que seja necessário solicitar atendimento especial após a data de **03 de fevereiro de 2023** o candidato deverá enviar solicitação de atendimento especial via correio eletrônico (concursopgm.niteroi23@fgv.br) juntamente com cópia digitalizada do laudo médico que justifique o pedido, especificando os recursos especiais necessários;

10 1 4 A concessão de tempo adicional para a realização das provas somente será deferida caso tal recomendação seja decorrente de orientação médica específica contida no laudo médico enviado pelo candidato. Em nome da isonomia entre os candidatos, por padrão, será concedida uma hora a mais para os candidatos nesta situação;

10 1 5 O fornecimento do laudo médico ou do parecer emitido por profissional de saúde (original, cópia autenticada ou cópia simples) é de responsabilidade exclusiva do candidato. A PGM e a FGV não se responsabilizam por laudos médicos ou pareceres que não tenham sido recebidos por fatores de ordem técnica dos computadores, os quais impossibilitem a transferência dos dados e/ou causem falhas de comunicação ou congestionamento das linhas de transmissão de dados;

10 2 A data e hora que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deve solicitar atendimento especial para tal fim. A candidata deverá trazer um acompanhante que ficará em sala

11.11.10 O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar o seu cartão de respostas, sob pena de anular com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura óptica.

11.11.11 O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição, data de nascimento e o número de seu documento de identidade.

11.11.12 Todos os candidatos, ao terminarem as provas, deverão, obrigatoriamente, entregar ao fiscal de aplicação o documento que será utilizado para a correção de sua prova (cartão de respostas). O candidato que descumprir a regra de entrega desse documento será eliminado do concurso.

11.11.13 A Fundação Getúlio Vargas divulgará a imagem do cartão de respostas dos candidatos que realizarem a Prova Escrita Objetiva exceto dos eliminados na forma deste Edital. No endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pgm/niteroi23> após a data de divulgação do resultado da Prova Escrita Objetiva. A imagem ficará disponível por até 15 (quinze) dias corridos a contar da data de publicação do resultado final do Concurso Público.

11.11.14 Após o prazo determinado no subitem anterior, não serão aceitos pedidos de disponibilização da imagem do cartão de respostas.

11.11.15 Por motivo de segurança e visando a garantir a lisura e a idoneidade do Concurso, serão adotados os procedimentos a seguir especificados:

a) após ser identificado, nenhum candidato poderá retirar-se da sala sem autorização e acompanhamento da fiscalização;

b) somente após decorridas duas horas do início da prova o candidato poderá entregar seu Caderno de Questões da Prova Escrita Objetiva e seu cartão de resposta ao fiscal de sala e retirar-se da sala de prova;

c) o candidato que insistir em sair da sala de prova, descumprindo o aqui disposto, deverá assinar o Termo de Ocorrência, que será lavrado pelo responsável pela aplicação da prova, declarando sua desistência do Concurso Público;

d) não será permitido, sob hipótese alguma, durante a aplicação de prova, o retorno do candidato à sala de prova após ter-se retirado do recinto sem autorização, ainda que por questões de saúde;

e) o candidato somente poderá levar o Caderno de Questões 1 (uma) hora antes do horário previsto para o término da prova;

f) ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal de sala, obrigatoriamente, seu cartão de respostas.

11.11.16 Será considerado habilitado na Prova Escrita Objetiva para o cargo de Procurador do Município de 3ª Categoria o candidato que acertar o mínimo de 60 (sessenta) questões.

11.11.17 O candidato que não atender ao requisito do item 11.11.16 será eliminado do concurso.

11.11.18 Os candidatos não eliminados serão ordenados de acordo com os valores decrescentes das notas finais na Prova Escrita Objetiva (NFPO).

11.11.19 Classificar-se-ão para a segunda etapa, prova escrita discursiva, os 180 (cento e oitenta) candidatos que obtiverem as maiores notas após o julgamento dos recursos, classificação equivalente a 30 vezes o número de vagas imediatas para cada modalidade de concorrência.

11.11.19.1 Todos os candidatos empatados na última posição de classificação serão admitidos às provas escritas, mesmo que ultrapassem o limite previsto no subitem 11.11.19.

11.11.20 Apurados os resultados da prova objetiva e identificados os candidatos classificados, o presidente da Comissão Organizadora fará publicar edital com a relação dos candidatos habilitados a se submeterem à segunda etapa do certame no veículo de comunicação dos atos oficiais do Município.

11.2 DA PROVA ESCRITA DISCURSIVA – 2ª ETAPA

11.2.1 A Prova Escrita Discursiva de conhecimento específico será realizada na cidade de Niterói-RJ, em datas que serão divulgadas no momento oportuno, por Edital próprio.

11.2.2 Somente serão convocados para as provas escritas discursivas os candidatos que forem aprovados e classificados na prova objetiva em posição até 30 (trinta) vezes o número inicial de vagas dispostas no Edital conforme quantitativo especificado na tabela a seguir, sendo respeitados os empates na última posição.

QUANTIDADE DE CANDIDATOS QUE SERÃO CONVOCADOS PARA PROVA ESCRITA DISCURSIVA			
AMPLA	PDO	NEGRE	
120	30	30	

11.2.3 Os candidatos não convocados para as provas discursivas na forma do subitem anterior estarão automaticamente eliminados e não terão classificação alguma no concurso.

11.2.4 Na ausência de candidatos aprovados suficientes para a convocação para as provas até a posição prevista na tabela do subitem 11.2.2, o quantitativo previsto para candidatos negros e/ou pessoas com deficiência não será revertido para a ampla concorrência.

11.2.5 A Prova Escrita Discursiva, de caráter eliminatório e classificatório, será constituída por 6 (seis) matérias, correspondentes a cada uma das Bancas Examinadoras, e abrangerá o conteúdo programático constante do Anexo IV deste Edital, com alterações que se façam necessárias.

11.2.5.1 Cada Banca elaborará três questões e cada candidato disporá de 60 (sessenta) linhas para responder cada questão.

11.2.6 A Prova Escrita Discursiva deverá ser manuscrita de forma legível, sendo obrigatório o uso de caneta esferográfica de tinta preta, em material transparente, e a resposta definitiva deverá ser, obrigatoriamente, transcrita para a folha de textos definitivos.

11.2.7 Será atribuída nota zero à Prova Escrita Discursiva escrita a lápis ou com caneta que não seja de tinta preta.

11.2.8 A folha de textos definitivos da Prova Escrita Discursiva não poderá ser assinada ou rubricada, nem conter qualquer marca que identifique o candidato, sob pena de anulação e automática eliminação deste do Concurso.

11.2.9 Somente o texto transcrito para a folha de textos definitivos será considerado válido para correção da Prova Escrita Discursiva.

11.2.9.1 O espaço para rascunho é de uso facultativo e não será considerado para fins de correção.

11.2.9.2 Não haverá substituição da folha de textos definitivos por erro do candidato.

11.2.9.3 A transcrição do texto da questão para o respectivo espaço da folha de textos definitivos será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções contidas neste Edital e/ou no Caderno de Questões da Prova Escrita Discursiva.

11.2.10 Durante a realização da Prova Escrita Discursiva será autorizada a consulta à legislação correlata, sendo vedada a consulta à legislação comentada ou anotada, doutrina, repertórios de jurisprudência ou a diccionários jurídicos, salvo os expressamente permitidos pela Comissão Organizadora, a serem definidos em edital complementar.

11.2.10.1 Fica vedado o empréstimo de qualquer material de consulta durante a realização da Prova Escrita Discursiva.

11.2.11 Por motivo de segurança e visando a garantir a lisura e a idoneidade do Concurso, serão adotados, para esta prova, os mesmos procedimentos enumerados no item 11.1.15 deste Edital.

11.2.12 O resultado preliminar da Prova Escrita Discursiva e os espelhos de correções serão divulgados no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pgm/niteroi23>.

11.2.13 O resultado final da Prova Escrita Discursiva será divulgado após análise dos eventuais recursos no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pgm/niteroi23> e no veículo de comunicação dos atos oficiais do Município.

11.2.14 Cada uma das provas escritas discursivas será corrigida pela respectiva Banca, recebendo uma NOTA FINAL, em número inteiro de 0 (zero) a 100 (cem).

11.2.14.1 Cada prova será corrigida por dois examinadores, que atribuirão nota individual a cada questão, chegando a duas notas parciais. A partir do somatório daquelas

11.2.14.2 A cada questão corresponderá um valor máximo em número inteiro de pontos, consignado no próprio texto que for distribuído aos candidatos com as questões, devendo o total de pontos das várias questões de uma prova ser igual a 100 (cem).

11.2.14.3 A NOTA FINAL será obtida a partir da média aritmética entre as duas notas parciais emitidas pelos examinadores.

11.2.14.4 A NOTA GLOBAL das provas escritas discursivas será a média aritmética das NOTAS FINAIS de cada prova, observado o disposto no item 11.2.14 e seus subitens.

11.2.14.5 Quando a divisão não for exata, levar-se-á em conta a fração até centésimo, sem arredondamento ou aproximação.

11.2.15 Será eliminado do concurso o candidato que, nas provas escritas discursivas:

a) não comparecer a qualquer das provas, ou deixar de entregá-las dentro do tempo fixado para a sua realização;

b) não obtiver NOTA GLOBAL igual ou superior a 60 (sessenta) pontos;

c) obter qualquer nota inferior a 20 (vinte) pontos;

d) lançar em qualquer prova seu nome ou marca que o identifique perante a Banca Examinadora;

11.2.16 Das provas escritas discursivas constarão questões de qualquer tipo, formuladas pela respectiva Banca Examinadora, podendo abranger questões objetivas, problemas, dissertações, pareceres ou peças processuais, bem como questões do tipo misto.

11.2.17 Os candidatos não eliminados serão listados em ordem decrescente, de acordo com as notas finais na Prova Escrita Discursiva (NFPD).

11.2.18 As demais informações da Prova Escrita Discursiva serão divulgadas posteriormente em edital complementar.

12. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

12.1 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de uma hora do horário fixado para o seu início, observando o horário oficial da cidade de Brasília/DF, munido de caneta esferográfica de tinta preta em material transparente e do documento de identidade original.

12.2 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte brasileiro, certificado de reservista, carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho, carteira nacional de habilitação. Somente serão aceitos documentos com foto.

12.2.1 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, identidade infantil, carteiras de motorista (modelo sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.

12.2.2 Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo do documento.

12.3 Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade original na forma definida no subitem 12.2 deste Edital não poderá fazer as provas e será automaticamente eliminado do Concurso Público.

12.4 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido, no máximo, 30 (trinta) dias antes. Na ocasião, será submetido à identificação especial compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.

12.4.1 A identificação especial também será exigida do candidato cujo documento de identificação suscite dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.

12.5 Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do certame, a Fundação Getúlio Vargas procederá, como forma de identificação, à coleta da impressão digital de todos os candidatos no dia de realização das provas.

12.5.1 A identificação dactiloscópica compreenderá a coleta da impressão digital do polegar direito dos candidatos mediante a utilização de material específico para esse fim.

12.5.2 Caso o candidato esteja fisicamente impedido de permitir a coleta da impressão digital do polegar direito, deverá ser colhida a digital do polegar esquerdo ou de outro dedo, sendo registrado o fato na ata de aplicação da respectiva sala.

12.6 Não serão aplicadas provas em local, data ou horário diferentes dos predeterminados em Edital ou em comunicado oficial.

12.7 Não será admitido ingresso de candidato nos locais de realização das provas após o horário fixado para o seu início.

12.7.1 A inobservância do subitem anterior acarretará a não correção das provas e, consequentemente, a eliminação do candidato do Concurso Público.

12.8 Os portões de todas as unidades de aplicação serão fechados trinta minutos antes do início das provas. A partir do fechamento dos portões é vedada a entrada de pessoas ou objetos (materiais, documentos) no local de prova, bem como é vedada aos candidatos qualquer contato com o ambiente externo. Em nenhuma hipótese os candidatos poderão acessar os locais de prova após o fechamento dos portões.

12.9 A partir do fechamento dos portões é vedado aos candidatos usar o celular, circular ou permanecer nos ambientes comuns da instituição, e deverá obrigatoriamente se identificar na sala e passar pelos procedimentos de segurança antes do início das provas.

12.9.1 A partir do início das provas é vedado ao candidato entrar na sala.

12.10 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local (sala) de realização das provas por, no mínimo, 2 horas após o seu início. O candidato somente poderá levar consigo o caderno de prova nos últimos 60 (sessenta) minutos de prova.

12.10.1 A inobservância do subitem anterior acarretará a não correção da prova e, consequentemente, a eliminação do candidato.

12.10.2 O candidato que insistir em sair do recinto de realização da prova, descumprindo o disposto no subitem 12.10, deverá assinar o registro lavrado pelo Coordenador local declarando sua desistência do Concurso.

12.10.3 Os três últimos candidatos a terminarem as provas deverão permanecer juntos no recinto, sendo liberados somente após os três terem entregado o material utilizado e terem seus nomes registrados na Ata, além de estabelecidas suas respectivas assinaaturas.

12.10.4 A regra do subitem anterior poderá ser relativizada quando se tratar de casos excepcionais nos quais haja número reduzido de candidatos acomodados em uma determinada sala de aplicação, como, por exemplo, no caso de candidatos com necessidades especiais que necessitem de sala em separado para a realização do Concurso, oportunidade em que o lacre da embalagem de segurança será testemunhado pelos membros da equipe de aplicação, juntamente com o(s) candidato(s) presente(s) na sala de aplicação.

12.11 Iniciada a prova, o candidato não poderá retirar-se da sala sem autorização e sem acompanhamento da fiscalização. Caso o faça, ainda que por questões de saúde, não poderá reformar em hipótese alguma.

12.11.1 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão do afastamento de candidato da sala de prova.

12.11.2 Não haverá segunda chamada para a realização das provas. O não comparecimento ao local de realização das provas no dia e horário determinado implicará a eliminação automática do candidato.

12.11.3 Se, por qualquer razão forçada, o Concurso sofrer atraso em seu início ou necessitar de interrupção, será concedido prazo adicional aos candidatos do local afetado, de modo que tenham o tempo total previsto neste Edital para a realização das provas, em garantia à isonomia do certame.

12.11.4 Os candidatos afetados deverão permanecer no local do Concurso. Durante o período em que estiverem aguardando, para fins de interpretação das regras deste Edital, o tempo para realização da prova será interrompido.

12.12 Não será permitida durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos ou a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, régua de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e/ou legislação.

12.12.3 Se, por qualquer razão forçada, o Concurso sofrer atraso em seu início ou necessitar de interrupção, será concedido prazo adicional aos candidatos do local afetado, de modo que tenham o tempo total previsto neste Edital para a realização das provas, em garantia à isonomia do certame.

12.12.4 Os candidatos afetados deverão permanecer no local do Concurso. Durante o período em que estiverem aguardando, para fins de interpretação das regras deste Edital, o tempo para realização da prova será interrompido.

12.12.5 Não será permitida durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos ou a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, régua de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e/ou legislação.

12.12.6 O descumprimento de quaisquer das instruções supracitadas implicará a eliminação do candidato, podendo constituir tentativa de fraude.

12.17 Será eliminado do Concurso o candidato que, durante a realização das provas, comunicar-se com outro e/ou for surpreendido portando fora do envelope porta-objetos:

a) aparelhos eletrônicos, tais como máquinas calculadoras e/ou similares, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, smartphones, tablets, iPod®, gravadores, pendrive, mp3 player ou similar, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, bipe, notebook, palmtop, Walkman®, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc.

b) rélegio de qualquer espécie, óculos escuros, protetor auricular, tênis, caneta azul, lapiseira/grafite, marca-texto e/ou borracha.

c) livros, anotações, régua de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e/ou legislação.

d) quaisquer acessórios de chapelaria, tais como: chapéu, boné, gorro etc.;

e) qualquer recipiente ou embalagem, que não seja fabricado com material transparente, tais como: garrafa de água, suco, refrigerante e embalagem de alimentos (biscoitos, barras de cereais, chocolate, balas etc.).

f) quaisquer tipos de armas sem solicitação prévia.

12.17.1 O candidato que estiver portando algo definido ou similar ao disposto neste subitem deverá informar ao fiscal da sala, que determinará o seu recolhimento em embalagem não reutilizável fornecida pelos fiscais, a qual deverá permanecer lacrada durante todo o período da prova, sob a guarda do candidato.

12.17.2 Para a segurança de todos os envolvidos no Concurso, é recomendável que os candidatos não portem arma de fogo no dia de realização das provas. Contudo, caso seja verificada esta situação, o candidato deverá apresentar o porte da arma e será encaminhado à Coordenação da Unidade, onde deverá desmuniar e lacrar a arma devidamente identificada, mediante termo de identificação de arma de fogo, no qual preencherá os dados relativos ao armamento.

12.18 No ambiente de prova, ou seja, nas dependências físicas em que serão realizadas as provas, não será permitido o uso pelo candidato de quaisquer materiais ou dispositivos eletrônicos relacionados no subitem 12.17 deste Edital, tampouco comunicação entre os candidatos.

12.18.1 A Procuradoria do Município de Niterói e a Fundação Getúlio Vargas recomendam que o candidato não leve nenhum dos objetos citados no subitem 12.17 no dia de realização das provas.

12.18.2 A Fundação Getúlio Vargas não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização da prova, nem por danos a eles causados.

12.19 Sob pena de ser eliminado do Concurso, antes de entrar na sala de prova, o candidato deverá guardar, em embalagem porta-objetos fornecida pela equipe de aplicação, obrigatoriamente desligados, telefone celular ou quaisquer outros equipamentos eletrônicos relacionados no subitem 12.17 deste Edital.

12.19.1 A embalagem porta-objetos devidamente lacrada e identificada pelo candidato deverá ser mantida embaixo da carteira até o término das suas provas. A embalagem porta-objetos somente poderá ser deslacrada fora do ambiente de prova.

12.20 A utilização de aparelhos eletrônicos é vedada em qualquer parte do local de provas. Assim, ainda que o candidato tenha terminado sua prova e esteja se encaminhando para a saída do local, não poderá utilizar quaisquer aparelhos eletrônicos sendo recomendável que a embalagem não reutilizável fornecida para o recolhimento de tais aparelhos somente seja rompida após a saída do candidato do local de provas.

12.21 Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do Concurso Público o candidato que, durante a sua realização:

a) for surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução das provas;

b) utilizar-se de livros, máquinas de calcular ou equipamento similar, dicionário, notas ou impressos que não forem expressamente permitidos ou que se comunicar com outro candidato;

c) for surpreendido portando aparelhos eletrônicos ou outros objetos, tais como os listados no subitem 12.17 deste Edital;

d) faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos;

e) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio que não os permitidos;

f) não entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;

g) afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;

h) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a folha de respostas ou os cadernos de textos definitivos ou parte deles;

i) descumprir as instruções contidas no caderno de prova, na folha de respostas ou nos cadernos de textos definitivos;

j) perturbar de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, comportando-se indevidamente;

k) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros em qualquer etapa do Concurso Público;

l) não permitir a coleta de sua assinatura ou digital;

m) for surpreendido portando caneta fabricada em material não transparente;

n) for surpreendido portando anotações em papéis ou em qualquer meio que não os permitidos;

o) for surpreendido portando qualquer tipo de arma sem o devido deferimento de atendimento especial;

p) recusar-se a ser submetido ao detector de metal;

q) não se dirigir para sua sala após o fechamento dos portões;

r) receber qualquer objeto de terceiros ou tiver contato com o ambiente externo após o fechamento dos portões;

s) não estiver identificado na sala antes do início das provas;

12.22 Nos casos de eventual falta de prova/material personalizado de aplicação de prova em razão de falta de impressão ou de equívoco na distribuição de prova/material, a Fundação Getúlio Vargas tem a prerrogativa para entregar ao candidato prova/material reserva não personalizada eletronicamente, o que será registrado em ata de sala e de coordenação.

12.23 O candidato poderá obter informações referentes à primeira etapa do Concurso via internet no site eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pgm/niteroi23>.

12.24 As informações a respeito de notas e classificações poderão ser acessadas por meio dos editais de resultados. Não serão fornecidas informações que já constem dos editais ou fora dos prazos previstos nesses editais.

12.25 O candidato que desejar relatar à Fundação Getúlio Vargas fatos ocorridos durante a realização da primeira etapa do Concurso deverá fazê-lo através de e-mail para o endereço eletrônico concursospgm.niteroi23@fgv.br.

12.26 Não serão dadas por telefone informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas. O candidato deverá observar rigorosamente os editais e os comunicados a serem divulgados na forma prevista neste Edital.

12.27 Não serão fornecidas informações e documentos pessoais de candidatos a terceiros, em atenção ao disposto no art. 31 da Lei nº 12.527/2011.

12.28 Por ocasião da realização das provas, deverão ser observados, todos os protocolos de segurança e medidas sanitárias vigentes, considerando o estado da contaminação pelo Coronavírus (COVID - 19), conforme legislação do poder público federal, estadual e municipal.

13. DA PROVA ORAL

13.1 Serão convocados para a prova oral, de caráter eliminatório e classificatório, os candidatos não eliminados nas Provas Escritas Discursivas. A prova oral será realizada em sessão pública, na presença de ao menos dois dos membros de cada uma das Bancas Examinadoras, vedado o exame simultâneo de mais de um candidato perante cada Banca.

13.1.1 Os temas e disciplinas que serão objeto da prova oral são os mesmos concernentes à primeira e segunda etapas do concurso, conforme relação de disciplinas discriminadas no Anexo IV deste edital.

13.2 Os candidatos deverão apresentar-se à Comissão Organizadora 30 (trinta) minutos antes do início da realização das provas orais, permanecendo isolados e incommunicáveis, em local adequado, até a chamada para a respectiva prova.

13.2.1 Poderá ser limitado o número de ouvintes, com vistas à manutenção de condições adequadas à realização das arguições.

13.3 Em cada prova oral, perante cada uma das 6 (seis) Bancas, o candidato sorteará 2 (dois) dentre os pontos do programa da respectiva matéria, sobre os quais será obrigatoriamente arguido, facultando-se à respectiva Banca ainda, argui-lo sobre outros pontos do Programa, por tempo não superior a 20 (vinte) minutos.

13.4 Durante a arguição, o candidato somente poderá consultar material fornecido pelo respectivo examinador.

13.5 Será atribuída nota 0 (zero), na respectiva prova, ao candidato que não comparecer pontualmente ou deixar de prestá-la.

13.6 Cada membro da Banca Examinadora atribuirá ao candidato uma nota, de 0 (zero) a 100 (cem), em número inteiro, lançando-a, sem assinatura, em folha contendo

exclusivamente a identificação do Concurso e o nome do candidato.

13.6.1 O candidato será arguido na presença de ao menos dois membros de cada Banca Examinadora.

13.6.2 Apenas dois membros da Banca Examinadora atribuirão nota a cada candidato, sendo permitido, caso haja mais de dois membros presentes, que os demais também formularem questões.

13.6.3 Dobradas as folhas com as notas, serão colocadas, em sobrecarta assinalada com o nome e o número de inscrição do candidato. Fechada a sobrecarta, o candidato e um dos membros da Banca lançarão sobre o fecho suas assinaturas ou rubricas.

13.7 Terminadas todas as PROVAS ORAIS, as sobrecartas referentes a cada candidato serão abertas em data previamente anunciada.

13.7.1 Verificada a integridade das sobrecartas, serão abertas todas as referentes ao candidato e delas retirar-se-ão as folhas onde foram lançadas as notas.

13.7.2 A cada candidato corresponderá uma NOTA GLOBAL pelo conjunto de suas PROVAS ORAIS, que será a média aritmética das 12 (doze) notas dadas pelos examinadores.

13.7.3 Será eliminado do concurso o candidato cuja média aritmética da NOTA GLOBAL DAS PROVAS ORAIS for inferior a 50 (cinquenta).

13.7.4 O resultado das PROVAS ORAIS será publicado da seguinte forma: número de inscrição, nome, notas parciais, total e NOTA GLOBAL dos aprovados, e número de inscrição, notas parciais, total, e NOTA GLOBAL dos reprovados.

13.8 Não caberá recurso das notas atribuídas nas PROVAS ORAIS.

13.9 Será publicada no veículo de comunicação dos atos oficiais do Município a relação nominal dos candidatos habilitados nas provas orais, bem como a relação dos inabilitados, por número de inscrição, com a indicação, em ambos os casos, das notas respectivas.

13.10 Os candidatos serão arguidos em ordem alfabética.

13.11 A prova oral versará sobre conhecimento técnico acerca dos temas relacionados aos pontos sorteados, cumprindo à Banca Examinadora avaliar-lhe o domínio do conhecimento jurídico, a adequação da linguagem, a articulação do raciocínio, a capacidade de argumentação e o uso correto do vocabulário.

13.12 A data, o horário e o local da prova oral, assim como demais informações a respeito dessa terceira etapa, constarão no edital de convocação específico.

14. DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

14.1 A Avaliação de Títulos possui caráter apenas classificatório. A convocação para apresentação dos títulos será feita apenas aos candidatos habilitados para a realização da prova oral.

14.2 Os títulos para análise deverão ser enviados (imagem do documento original em frente e verso) em campo específico no link de inscrição <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pgm/niteroi23> em Edital de convocação específico.

14.3 O envio dos títulos, é de responsabilidade exclusiva do candidato. A FGV não

Banca Examinadora da FGV.

17.4.2 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será liminarmente indeferido.

17.4.3 Após a análise dos recursos, a Banca poderá manter ou alterar o gabarito e anular a questão, ou atribuir pontuação, no caso da Prova Escrita Discursiva e da Avaliação de Títulos.

17.4.4 Se, do exame de recurso, resultar a anulação de questão integrante da Prova Escrita Objetiva ou da Prova Escrita Discursiva, a pontuação correspondente a ela será atribuída a todos os candidatos.

17.4.5 Se houver alteração, por força dos recursos, do gabarito oficial preliminar de questão integrante da Prova Escrita Objetiva ou da Prova Escrita Discursiva, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

17.4.6 Todos os recursos serão analisados, e as respostas serão divulgadas no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pgm.niteroi23>.

17.4.7 Não serão aceitos recursos por fax, correio eletrônico ou pelos Correios ou fora do prazo.

17.5 Em nenhuma hipótese será aceito pedido de revisão do recurso ou recurso de gabarito oficial definitivo.

17.6 Será liminarmente indeferido o recurso cujo teor desrespeitar a Banca.

18. DA HOMOLOGAÇÃO, DA CONVOCAÇÃO E DA NOMEAÇÃO

18.1 O resultado final será homologado pela Procuradoria Geral do Município de Niterói, mediante publicação no veículo de comunicação dos atos oficiais do Município, e divulgado na *Internet* no site da FGV <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pgm.niteroi23>.

18.2 Os candidatos aprovados serão convocados obedecendo a ordem classificatória, observado o preenchimento das vagas existentes da Procuradoria Geral do Município de Niterói.

18.3 Os candidatos aprovados terão sua convocação publicada no veículo de comunicação dos atos oficiais do Município de Niterói.

18.4 O candidato, além de atender aos requisitos exigidos no item 5.3 deste Edital, deverá apresentar, necessariamente, até o ato da posse, os seguintes documentos originais e fotocópias simples:

a) Comprovante de inscrição no PIS/PASEP, se já for cadastrado;

b) Cadastro de Pessoa Física – CPF;

c) Cédula de Identidade;

d) Certidão de Casamento. Se viúvo, apresentar a Certidão de Óbito e, se divorciado, apresentar a Averbção ou Escritura Pública de União Estável;

e) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos;

f) Cópia da Declaração de Bens encaminhada à Receita Federal, relativa ao último exercício fiscal;

g) Comprovante de residência (conta de água, luz ou telefone);

h) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral emitida pelo órgão competente;

i) Certificado de Reserva e/ou Carta Patente para candidatos com idade até 45 anos;

j) Diploma, devidamente registrado, de conclusão de bacharel em Direito, fornecido por instituição reconhecida pelo Ministério de Educação, comprovado por meio de apresentação de original e cópia do respectivo documento; e

k) Inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.

18.4.1 Caso haja necessidade, a Procuradoria Geral do Município de Niterói poderá solicitar outros documentos complementares.

18.5 Os candidatos com deficiência submeter-se-ão a perícia médica oficial, a qual será feita pelo Município de Niterói quando da nomeação, que verificará sobre a sua qualificação como pessoas com deficiência ou não, bem como sobre o grau de deficiência (incapacitante ou não para o exercício do cargo), nos termos do art. 5º do Decreto Federal nº 9.508/2018. A convocação para e referência avaliação será feita por nota publicada no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pgm.niteroi23>.

18.5.1 A perícia médica terá decisão definitiva sobre a qualificação e aptidão do candidato, observada a compatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo.

18.6 Os candidatos poderão comparecer à perícia médica munidos de exames complementares, caso necessário, emitidos até 30 (trinta) dias antes da realização da referência perícia.

18.7 A não observância do disposto no subitem 9.6, a reprovação na perícia médica ou o não comparecimento à perícia acarretará a perda do direito aos quantitativos reservados aos candidatos em tais condições.

18.7.1 O candidato que prestar declarações falsas em relação à sua deficiência será excluído do processo, em qualquer fase deste Concurso Público, e responderá, civil e criminalmente, pelas consequências decorrentes do seu ato.

18.8 O candidato convocado para nomeação que não se apresentar no local e nos prazos estabelecidos será considerado desistente, implicando sua eliminação definitiva e convocação do candidato subsequente imediatamente classificado.

18.9 O servidor empossado mediante Concurso Público fará jus aos benefícios estabelecidos na legislação vigente.

18.10 O candidato aprovado, ao ser empossado, ficará sujeito ao Regime Estatutário, conforme o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Niterói e o Regime Jurídico dos Procuradores de Niterói, e às normas internas da Procuradoria Geral do Município de Niterói.

18.11 O candidato empossado, ao entrar em exercício, ficará sujeito ao estágio probatório pelo período de 3 (três) anos, observada a legislação vigente.

18.12 O candidato empossado poderá executar outras tarefas inerentes ao conteúdo ocupacional do cargo ou relativas à formação/experiência específica, conforme normativos internos.

18.13 Não será nomeado o candidato habilitado que fizer, em qualquer documento, declaração falsa, inexistente para fins de posse, e não possuir, na data da posse, os requisitos mínimos exigidos neste Edital.

18.14 O candidato que não atender, no ato da posse, aos requisitos dos subitens 5.3 e 18.4 deste Edital será considerado desistente, excluído automaticamente do Concurso Público, perdendo seu direito à vaga e ensejando a convocação do próximo candidato na lista de classificação.

18.14.1 Da mesma forma, será considerado desistente o candidato que, no ato da posse, recusar a vaga que lhe for disponibilizada para assunção do cargo.

18.15 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar os atos convocatórios publicados após a homologação do Concurso Público.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 A inscrição do candidato implicará a aceitação das normas contidas neste Edital e em outros que vierem a ser publicados.

19.2 As despesas relativas à participação no Concurso Público serão de responsabilidade do candidato.

19.3 O não-comparecimento do candidato em qualquer etapa do concurso, por qualquer que seja o motivo, acarretará sua eliminação do certame.

19.4 Será automaticamente eliminado do Concurso, o candidato que não cumprir as normas estabelecidas ou não preencher todos os requisitos previstos no Edital.

19.5 A qualquer tempo, poderá ser anulada a inscrição do candidato, se for verificada falsidade e/ou irregularidade nas declarações e/ou documentos apresentados.

19.6 A Comissão do Concurso poderá editar instruções e alterar prazos destinados a viabilizar o cumprimento das normas do Concurso, as quais serão divulgadas nos sites eletrônicos da Fundação Getúlio Vargas <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pgm.niteroi23>.

19.7 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados oficiais referentes a este Concurso Público, divulgados integralmente no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pgm.niteroi23>.

19.8 O candidato poderá obter informações referentes ao Concurso Público por meio do telefone 0800-2834628 e do e-mail concursopgm.niteroi23@fgv.br.

19.9 O candidato que desejar informações ou relatar à FGV fatos ocorridos durante a realização do concurso deverá fazê-lo usando os meios dispostos no subitem 19.8.

19.11 Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato se utilizado de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do concurso.

19.12 O descumprimento de quaisquer das instruções supracitadas implicará a eliminação do candidato, podendo constituir tentativa de fraude.

19.13 O prazo de validade do concurso será de dois anos, contado a partir da data de homologação do resultado final, podendo ser prorrogado pelo mesmo período a critério da Administração da Procuradoria Geral do Município de Niterói.

19.14 O candidato deverá manter atualizados o seu endereço, e-mail e contatos telefônicos com a FGV, enquanto estiver participando do Concurso, até a data de divulgação do resultado final, por meio do e-mail concursopgm.niteroi23@fgv.br.

19.14.1 Após a homologação do resultado final, as mudanças de dados e endereço dos candidatos classificados deverão ser comunicadas diretamente a Procuradoria Geral do Município de Niterói. Serão de exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização de seu endereço.

19.15 As despesas decorrentes da participação no Concurso Público, inclusive deslocamento, hospedagem e alimentação, correm por conta dos candidatos.

19.16 Os casos omissos serão resolvidos pela FGV em conjunto com a Procuradoria Geral do Município de Niterói.

19.17 Será aceito pedido de reclassificação (final de lista) na hipótese de o candidato manifestar desinteresse na vaga quando convocado.

19.18 A FGV poderá enviar, quando necessário, comunicação pessoal dirigida ao candidato, por e-mail ou pelos Correios, sendo de exclusiva responsabilidade do candidato a manutenção ou a atualização de seu correio eletrônico e a informação de seu endereço completo e correto na solicitação de inscrição.

19.19 A inscrição e participação no certame implicarão o tratamento de seus dados pessoais de nome, número de inscrição, número e origem do documento de identidade, digital, data de nascimento, número de CPF, local, endereço, data, sala e horário das provas, telefone, e-mail, cargo/vaga a que concorre e/ou outra informação pertinente e necessária (como a indicação de ser destro ou canhoto, a solicitação de atendimento especial para pessoa com deficiência e solicitações e comprovações para preenchimento de vagas reservadas ou, ainda, concessão de benefícios de isenção de inscrição).

19.19.1 A finalidade do tratamento dos dados pessoais listados acima está correlacionada exclusivamente à organização, ao planejamento e à execução deste Concurso Público.

19.19.2 As principais bases legais para o tratamento dos dados pessoais do candidato serão, sem prejuízo de outras que eventualmente se façam necessárias e estejam amparadas na Lei Federal nº 13.709/2018: (a) cumprimento de obrigação legal ou regulatória (em relação ao artigo 37, incisos II e VIII, da Constituição Federal de 1988, os quais preveem que a investidura em cargos públicos, dependem de aprovação em concurso público, (b) execução de contrato entre o Procuradoria Geral do Município de Niterói e a FGV para os fins de condução do certame; e (c) a garantia da lisura e prevenção à fraude nos Concursos Públicos.

19.20 Quaisquer alterações nas regras fixadas neste Edital somente poderão ser feitas por meio de Edital de Retificação.

ANEXO I – REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES DO CARGO

REQUISITOS: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em Direito, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC, e inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

ATRIBUIÇÕES: defender os interesses do Município em juízo e em âmbito administrativo; cobrar a dívida ativa do Município, em juízo ou fora dele; defender ativa ou passivamente os atos e prerrogativas do Prefeito, praticados no exercício da função pública, em juízo e em processos administrativos; prestar consultoria jurídica à Administração Municipal, no plano superior; emitir pareceres, normativos ou não, para fixar a interpretação governamental de leis e atos normativos; assessorar o Prefeito, inclusive na elaboração legislativa; opinar sobre providências de ordem jurídica, em atenção ao interesse público e às leis vigentes; elaborar minutas de informações a serem prestadas ao Poder Judiciário pelo Prefeito e titulares dos órgãos administrativos municipais; sugerir ao Prefeito a proposição de ação direta de inconstitucionalidade, propor ao Prefeito minutas de projetos de leis e a edição de normas legais ou regulamentares; propor ao Prefeito, para os órgãos da Administração Direta e Indireta, e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, medidas de caráter jurídico que visem a proteger-lhes o patrimônio ou ao aperfeiçoamento de suas práticas administrativas; propor ao Prefeito medidas destinadas à uniformização de orientação jurídica no âmbito da Administração Pública; elaborar minutas padronizadas dos termos de editais e contratos a serem firmados pelo Município; opinar, por determinação do Prefeito, sobre consultas que devam ser formuladas, por órgão da Administração Direta e Indireta, ao Tribunal de Contas e aos demais órgãos de controle financeiro e orçamentário; opinar previamente acerca do cumprimento de decisões judiciais e, por determinação do Prefeito, sobre os pedidos de extensão de julgados, relacionados com a Administração Direta; opinar, sempre que solicitada, sobre questões relativas a processos administrativos em que haja questão judicial correlata ou que neles possa influir como condição de seu prosseguimento; supervisionar e uniformizar a orientação jurídica no âmbito da Administração Pública Municipal, incluindo as entidades da Administração Indireta; desempenhar outras atribuições que lhe forem expressamente

cometidas pelo Prefeito.

ANEXO II – REQUERIMENTO DE SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

A Fundação Getúlio Vargas – FGV

Eu, _____, RG nº _____, CPF nº _____, venho requerer a isenção do pagamento do valor da Taxa de Inscrição do Concurso Público da Procuradoria Geral do Município de Niterói, nos termos do item 7.1 do Edital de Abertura nº _____/2022.

Envio, também, os demais documentos indicados no Edital, assumindo, sob as penas da lei, que essa é verdadeira e idônea.

Nestes termos, pede deferimento.

_____ de _____ de 2022.

Assinatura do(a) candidato(a) de próprio punho

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO NÚCLEO FAMILIAR

Eu, _____, RG _____, CPF _____, declaro para os devidos fins que a(s) pessoa(s) abaixo indicada(s) é(ão) componente(s) do núcleo familiar a que integro, de acordo com o grau de parentesco informado, sendo residente(s) no mesmo endereço, o qual é abaixo indicado e possui(em) a(s) respectiva(s) remuneração(ões) mensal(is):

ENDEREÇO DO NÚCLEO FAMILIAR:

CANDIDATO: _____ RENDA: _____

DEMAIS MEMBROS DO NÚCLEO FAMILIAR:

	NOME	CPF (se possuir)	GRAU DE PARENTESCO	IDADE	RENDA*
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					

*Informação dispensável somente para os familiares menores de 18 (dezoito) anos.

As informações prestadas são de minha inteira responsabilidade, podendo responder legalmente no caso de falsidade das informações prestadas, a qualquer momento, o que acarretará a eliminação do Concurso, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

(cidade/UF), _____ (dia) de _____ de 2022.

ASSINATURA DO CANDIDATO

ANEXO IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CARGO: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE NITERÓI

DIREITO CONSTITUCIONAL

PONTO 1

A) Conceito e tipos de Constituição. Teoria da Constituição. Poder Constituinte: modalidades. B) Interpretação e integração da Constituição. Princípios específicos de interpretação constitucional. Tipologia e eficácia das normas constitucionais. C) Reforma da Constituição. Revisão e emenda constitucional. Limites ao poder de reforma: materiais, circunstanciais e temporais.

PONTO 2

A) O Estado Democrático de Direito. Princípios constitucionais fundamentais, gerais e setoriais. Regime representativo. República. Presidencialismo e Parlamentarismo. B) O princípio da supremacia da Constituição. Controle da constitucionalidade das leis e atos normativos. Modalidades: difuso e concentrado. Ação direta de inconstitucionalidade contra atos comissivos e omissivos. Ação declaratória de constitucionalidade. Ação de descumprimento de preceito fundamental. Inconstitucionalidade face à Constituição Estadual. C) Direito Constitucional Intertemporal. Vigência, validade e eficácia das normas constitucionais e infraconstitucionais do regime constitucional anterior. Disposições constitucionais gerais e transitórias.

PONTO 3

A) Teoria dos direitos fundamentais. Natureza, aplicação, conflitos entre direitos fundamentais. Aplicação de tratados internacionais em matéria de direitos humanos. B) Direitos e garantias fundamentais: individuais e coletivos. Liberdade, igualdade, devido processo legal, inviolabilidade do domicílio, sigilo das comunicações, propriedade e sua função social, direitos constitucionais dos presos e outros. C) Ações constitucionais. *Habeas corpus*. Mandados de segurança individual e coletivo. Ação popular. Ação civil pública. Mandado de injunção. *Habeas data*.

PONTO 4

A) Direitos políticos. B) Direitos sociais e difusos. Conflitos envolvendo a judicialização de políticas públicas. C) Ordem social. Princípios. Seguridade social. Educação, cultura e desporto.

PONTO 5

A) Organização político-administrativa do Estado brasileiro. Repartição de competências e seus critérios. Competências político-administrativas e legislativas. Autonomia dos entes federativos. Intervenção federal e estadual. B) Mecanismos federativos de integração e de cooperação: regiões, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões. C) Os Estados-membros da Federação. Competências exclusivas, comuns e concorrentes. Serviços públicos de titularidade estadual. As Constituições Estaduais. Definição e limites do Poder Constituinte dos Estados. D) O Município na Constituição Federal e na Constituição Estadual. Princípios de organização e competências municipais. Lei Orgânica do Município. Lei Orgânica do Município de Niterói.

PONTO 6

A) Separação de Poderes: o sistema de freios e contrapesos. As funções legislativa, administrativa e jurisdicional. Delegações de funções. Invasões de competência. B) Poder Legislativo. Imunidades parlamentares. Controle parlamentar dos atos da administração pública. Comissões parlamentares de inquérito: objeto, poderes e limites. C) Processo legislativo. Iniciativa das leis. Emendas parlamentares. Discussão e votação. Sanção e veto. Promulgação e Publicação. Espécies legislativas: emendas constitucionais, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, decretos legislativos e resoluções. Medidas Provisórias. Processo legislativo.

PONTO 7

A) Poder Executivo. Atribuições do Presidente da República. Responsabilidade do Presidente da República e dos Ministros de Estado. Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional. Governador do Estado. Prefeito Municipal. Mandato. Atribuições. Responsabilidade. Foro competente. Secretários municipais. B) Poder regulamentar: natureza, modalidades e limites ao seu exercício. C) Administração Pública. Princípios constitucionais. Regimes de servidores públicos. Direitos e deveres. Acumulação. Previdência. Licitação. D) Defesa do Estado e das instituições democráticas. Estado de Defesa e Estado de Sítio. Controle parlamentar e jurisdicional. Forças Armadas. Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar. Guarda Municipal.

PONTO 8

A) Competências originárias e recursais do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho Nacional de Justiça. Recursos ordinário, extraordinário e especial. Súmula de jurisprudência. Efeito vinculante. Repercussão geral. B) Órgãos do Poder Judiciário do Estado. Competências do Tribunal de Justiça. Varas de Fazenda Pública. C) Advocacia Pública. Ministério Público. Defensoria Pública. Funções essenciais à Justiça.

PONTO 9

A) Finanças públicas. Orçamento. Princípios constitucionais federais e estaduais. Fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Tribunais de Contas: competências. B) Empréstimos externos contraiados por Estado ou Município. *Royalties* e participações especiais. Transferências voluntárias e retenção de receitas públicas. C) Sistema Tributário Nacional. Competências tributárias da União, dos Estados e dos Municípios. Limitações constitucionais ao poder de tributar: imunidades e privilégios. Princípios constitucionais tributários: capacidade contributiva, legalidade, anterioridade e irretroatividade.

PONTO 10

A) Ordem econômica e financeira. Princípios da ordem econômica. Intervenção do Estado. Prestação de serviços públicos e exploração da atividade econômica. B) Desapropriação. Políticas urbana, agrícola, fundiária e da reforma agrária. C) O meio ambiente na Constituição Federal. Normas constitucionais de direito ambiental. Repartição de competências federativas em matéria ambiental. Espaços territoriais especialmente protegidos.

DIREITO ADMINISTRATIVO, URBANÍSTICO E AMBIENTAL

PONTO 1

A) Estado, Poderes e Funções. Função Administrativa. Federação. Dicotomia Público-Privado. Da Administração Pública: conceito, elementos, princípios expressos e reconhecidos. Perspectiva subjetiva e objetiva. B) Princípios da Administração Pública. C) Atos Administrativos: conceito, elementos, atributos, classificação, vícios e invalidação. Atos Discricionários e Vinculados. Teoria dos Motivos Determinantes. Prescrição.

PONTO 2

A) Administração Pública Direta e Indireta. Entidades paraestatais. Estatuto jurídico da empresa estatal. Poderes e Deveres da Administração e dos Administradores Públicos. Da Reforma Administrativa do Estado brasileiro. Conceito e características dos setores da Administração Pública. Terceiro Setor. Organizações Sociais e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP. Serviços Sociais Autônomos. Parcerias na Administração Pública. Lei nº 9.637/1998. Lei nº 9.790/1999. Lei nº 13.018/2014. Administração Pública e Estado: entidades políticas e administrativas. B) Dos Servidores Públicos no âmbito da Constituição Federal. Agentes Públicos: definição, classificação e regime jurídico-constitucional. Condições de ingresso e sistema remuneratório. Cargo, emprego e função pública. Formas de Provenimento do Cargo. Direitos e Deveres. Responsabilidade do Agente Público. Lei Municipal 531/85 (Estatuto dos Servidores de Niterói) e legislação extravagante – institutos e compatibilização com a Constituição de 1988.

PONTO 3

A) Licitação Pública: conceito, princípios, legislação, finalidade do procedimento licitatório, princípios, modalidades. Dispensa e inexigibilidade de licitação. Lei federal nº 8.666/1993; Decreto federal nº 7.892/2013; Lei federal nº 14.133/2021. Pregão. (Lei nº 10.520/2002). Licitação para contratação de serviços de publicidade (Lei nº 12.332/2010). Regime Diferenciado de Contratações Públicas (Lei nº 12.462/2011). Lei Complementar federal nº 182/2021. B) Contratos Administrativos: definição, características, modalidades, alteração e rescisão. Cláusulas Exorbitantes. Teoria da Improbção e Fato do Princípio. Convênios e Consórcios públicos (Lei nº 11.107/2005). C) Noções gerais de contratos Inteligentes, Blockchain e Algoritmos. Marco Civil da Internet. Tratamento de Dados pelo Poder Público e Sanções administrativas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018).

PONTO 4

A) Serviços Públicos: definição, princípios e classificação. Serviço público em sentido amplo e em sentido estrito. Critérios para definição de serviço público. Delegação de Serviços Públicos. Concessão, Autorização e Permissão (Lei nº 8.987/1995). Parcerias Público-Privadas – PPP. Concessões patrocinadas e administrativas (Lei nº 11.079/2004). Programa de Parcerias de Investimentos – PPI (Lei nº 13.334/2016). Racionalização dos serviços públicos (Lei federal nº 13.726/2018). B) Desapropriação. Noções gerais. Tipos constitucionais. Fundamentos. Objeto. Beneficiários. Desapropriação indireta, parcial e por zona. Direito de extensão. Procedimento administrativo. Efeitos. Indenização e seu pagamento. Retrocessão. Desestatização. Privatização. Delegação. Terciarização. Despoliticização. Participação. Consensualidade. C) Agentes e órgãos reguladores. Características. A atividade de regulação. Regulação normativa, executiva e judicante. Deslegalização. Agências reguladoras. Controle da atividade regulatória.

PONTO 5

A) Bens Públicos: classificação, regime jurídico e alienação. B) Poderes administrativos. Poder Regulamentar, Regulatório e Poder de Polícia. Discricionariedade da Administração Pública. Declaração de Direitos de Liberdade Econômica. Lei federal nº 13.874/2019. Decreto federal nº 10.178/2019. C) Direito urbanístico. Competências constitucionais. Estatuto da Cidade. Plano Diretor. Lei Municipal nº 3.385/2019. Projeto de urbanização. Alinhamento, Recuo, Parcelamento: desmembramento e loteamento. Remembramento. Zoneamento. Regularização fundiária de assentamentos urbanos (Lei nº 11.977/2009 e suas alterações). Direito urbanístico na Lei Orgânica do Município de Niterói. Direito de construir e seu exercício. Lei Municipal nº 2.624/2008 (Código de Posturas de Niterói). Licença para construção. Legalização de obras. Vistoria, embargo, demolição administrativa. Parcelamento e edificação compulsória. Estudo de impacto de vizinhança. Direito de preempção. Concessão especial de uso. Programas habitacionais de inclusão. Direito de moradia e direito de habitação. Imposições e restrições urbanísticas. Dos

instrumentos da Política Urbana. Dos instrumentos em geral. Parcelamento, edificação ou utilização compulsórias; IPTU progressivo no tempo; desapropriação com pagamento em títulos; usucapião especial de imóvel urbano. Do Direito de Superfície. Do Direito de Preempção. Da Outorga onerosa do direito de construir. Das operações urbanas consorciadas. Da transferência do Direito de Construir. Do estudo de impacto de vizinhança. Disposições gerais. Estatuto da Metrópole (Lei nº 13.089/2015 e suas alterações). Da instituição de regiões metropolitanas e de aglomerações urbanas. Dos instrumentos de desenvolvimento urbano integrado. Plano de desenvolvimento urbano integrado. Planos setoriais interfederativos. Fundos públicos. Operações urbanas consorciadas interfederativas. Zonas para aplicação compartilhada concessão de uso especial para fins de moradia.

PONTO 6

A) Polícia administrativa. Noções gerais. Modos de atuação: a ordem de polícia, a licença, a autorização, a fiscalização e a sanção de polícia. Atividades comunicadas. Espécies de poder de polícia. Polícias de costumes e diversões; de comunicações; sanitária; de viação e trânsito; de comércio e indústria; de profissões; ambiental; e de segurança pública. Partilha constitucional da competência de polícia administrativa. Acordos substitutivos. B) Intervenção do Estado na propriedade. Noções gerais. Ocupação temporária. Requisição. Limitação administrativa. Servidão administrativa. Tombamento e sua dimensão como instrumento jurídico de proteção do patrimônio natural e cultural. Intervenção sancionatória: multa, interdição, destruição de coisas e confisco. C) Tutela constitucional do meio ambiente (Constituição Federal e Estadual). Competência constitucional, administrativa, legislativa e jurisdicional em matéria ambiental. Licenciamento e fiscalização ambiental. Resolução CONAMA nº 237/1997. Avaliação Ambiental Integrada. Normas de cooperação para os entes federados em matéria ambiental. Lei Complementar federal nº 140/2011. Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981). Código Ambiental de Niterói (Lei 2602/2008). Sistema Nacional e Estadual de Unidades de Conservação da Natureza (Lei nº 9.985/2000). Urbanismo e Meio Ambiente – Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001). Lei do Parcelamento do Solo Urbano (Lei nº 6.766/1979). Política Nacional do Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007, Lei nº 14.026/2020).

PONTO 7

A) Gestão financeira. Orçamento. Receita e despesa. Execução orçamentária. Responsabilidade fiscal. Endividamento público: limites e competência. Empréstimos externos. Títulos reajustáveis. Fundos. Fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial. B) Controle administrativo e judicial da Administração Pública. Formas e Momentos de Controle. Controle Interno e Externo. Controles administrativos, legislativos e judiciais.

PONTO 8

A) Responsabilidade Civil do Estado: Teoria da Irresponsabilidade. Teorias Civilistas. Teoria da Culpa Administrativa, do Risco Administrativo e do Risco Integral. Responsabilidade Civil das agências reguladoras. Noções gerais. Responsabilidade objetiva. Caso fortuito e força maior. Fato do príncipe. Atos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário. Instituições financeiras públicas e responsabilidade de seus administradores. Responsabilidade do Estado por atos da Administração, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário. Responsabilidade dos agentes políticos. Responsabilidade civil, administrativa e penal dos servidores públicos. B) Responsabilidade por improbidade administrativa. Lei federal nº 8.429/1992. Lei federal nº 14.230/2021. Lei federal nº 12.527/2011. Anticorrupção Empresarial. Lei nº 12.846/2013. Acordos de leniência. LINDB e os seus reflexos no Direito Administrativo (Lei federal nº 13.655/2018).

PONTO 9

A) Processo Administrativo: princípios do Processo Administrativo; recursos administrativos. Lei nº 9.784/1999. Lei nº 3.048/2013. B) Improbidade Administrativa. Ação Popular, Mandado de Segurança, Ação Civil Pública. Prescrição e Decadência. Administração Pública em Juízo. C) A administração em juízo. Representação. Atuação processual. Execução do julgado. Despesas judiciais. Prescrição. Acesso à informação. Súmulas e Jurisprudência com entendimento dominante dos Tribunais Superiores.

PONTO 10

A) Pactos bilaterais e multilaterais de natureza não contratual. Atos complexos ou atos unitários. Elementos característicos. Espécies. Desfazimento e consequência. Consórcios administrativos e Consórcios públicos. Contratos de programa. Contratos de rateio. Contratos de gestão e termos de parcerias. B) Lei nº 13.019, de 31 de julho 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999.

DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL

PONTO 1

A) Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro – LINDB. Aplicação da lei no tempo. Revogação, derrogação, ab-rogação. Repristinação. Vigência e eficácia das normas. Direito adquirido. Ato jurídico perfeito. Princípios gerais de direito. Lacunas. Antinomias. Juízo de equidade. B) Das pessoas. Das pessoas naturais. Da personalidade e da capacidade. Dos direitos da personalidade. Da ausência. Das pessoas jurídicas. Do registro civil das pessoas jurídicas. Das associações e das fundações. Do domicílio. C) Direitos autorais (Lei nº 9.610/1998). Lei de transplantes (Lei nº 9.434/1997). Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018).

PONTO 2

A) Dos bens: imóveis, móveis, fungíveis e consumíveis. Das coisas divisíveis e indivisíveis. Das coisas singulares e coletivas. Dos bens reciprocamente considerados. Dos bens públicos e particulares. Das coisas que estão fora do comércio. B) Dos fatos jurídicos. Negócio jurídico. Disposições gerais. Representação. Condição, termo e encargo. Defeitos do negócio jurídico: erro ou ignorância, dolo, coação, simulação, estado de perigo, lesão, fraude contra credores. Invalidade do negócio jurídico. C) Atos jurídicos ilícitos. Atos ilícitos. Da forma dos atos jurídicos e sua prova. Das nulidades. Prescrição: causas impeditivas ou suspensivas, causas interruptivas. A prescrição e a Fazenda Pública. Decadência.

PONTO 3

A) Direito das obrigações. Modalidades das obrigações. Transmissão das obrigações. Adimplemento e extinção das obrigações. Pagamento. Consignação. Sub-rogação. Imputação. Dação. Novação. Compensação. Confusão. Remissão. B) Inadimplemento das obrigações. Mora. Perdas e danos. Cláusula penal. Arras. “Lei da Usura” (Decreto federal nº 22.626/1933).

PONTO 4

A) Preferências e privilégios creditórios. Concurso de credores. Lei de Falências, Recuperação judicial, recuperação extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. B) Contratos. Princípios fundamentais. Disposições gerais. Extinção do contrato. Resolução por onerosidade excessiva. Subscrição de capital.

PONTO 5

A) Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990). B) Contratos típicos. Compra e venda, permuta e doação. Contrato de sociedade. Sociedade simples. Contrato estimatório. Mandato, depósito, mútuo, comodato, fiança, locação, seguro, comissão, corretagem, transporte e agência e distribuição. Transação. A locação e a Fazenda Pública. Lei do Inquilinato (Lei nº 8.245/1991). Lei de Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019). Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (Lei nº 14.010/2020). C) Contratos Empresariais. Fontes de obrigações. Princípios. Unificação do sistema privado a partir do Código Civil. Classificação. Contratos típicos e atípicos ou inominados. Contratos em espécie. Contratos de Distribuição. Alienação Fiduciária. Arrendamento Mercantil – Leasing. Franquia. Mandato. Comissão. Contratos Bancários. Faturização. Contrato de Transporte. Seguro. Elementos do contrato. Características. Obrigações dos contratantes, efeitos, execução e extinção.

PONTO 6

A) Direito de Empresa. Empresa e Empresário. Definição. Classificação. Elementos de caracterização. Sistema jurídico. Princípios. B) Sociedades empresárias. Definição. Distinção entre sociedade empresária e sociedade simples. Atividade empresarial. Classificação. Sociedades não personificadas. Sociedades personificadas. Forma de constituição das sociedades. Personalidade Jurídica. C) Caracterização do perfil da empresa: estabelecimento empresarial, aviamento, clientela, ponto comercial, propriedade industrial, registro, nome empresarial, livros empresariais. D) Sociedade em comum, sociedade em conta de participação, sociedade simples, sociedade em nome coletivo, sociedade comandita simples, sociedade unipessoal, sociedade limitada, sociedade anônima, sociedade dependente de autorização, sociedade de economia mista, empresa pública. E) Reorganização societária. Transformação, incorporação, fusão e cisão. Grupo econômico. Consórcio de empresas e Grupos de Sociedades. Dissolução e liquidação de sociedades. Direitos e Deveres dos sócios. Órgãos Sociais.

PONTO 7

A) Responsabilidade Civil. Da obrigação de indenizar. Responsabilidade contratual e extrac contratual. Responsabilidade objetiva e subjetiva. Caso fortuito ou de força maior, fato de terceiro, fato do credor e ausência de culpa. Convenções modificativas da responsabilidade da indenização. Juros de mora e correção monetária. B) Responsabilidade da sociedade e dos sócios. Princípios. Teoria ultra vires. Desconsideração da Personalidade Jurídica. Responsabilidade dos sócios pela integralização no capital. Responsabilidade dos sócios pela retirada da sociedade. Responsabilidade na falência. Responsabilidade civil dos administradores de sociedades. Governança Corporativa. C) Das obrigações por ato unilateral de vontade. Títulos de crédito. D) Títulos de crédito. Noções gerais. Classificação. Princípios: cartularidade, literalidade, autonomia e abstração. Classificação. Declarações cambiais. Protesto cambiário. Títulos em espécie. Letra de Câmbio. Nota Promissória. Duplicata. Cheque. Cédulas de Crédito. Títulos de Crédito Representativo (conhecimento de depósito e warrants, conhecimento de transporte). Títulos de crédito virtuais ou eletrônicos. Características. Requisitos essenciais. Circulação. Efeitos. Exceções pessoais. Invalidades. Ações cambiais. E) Limites à intervenção estatal na autonomia privada. Correção judicial dos contratos. Contratos de adesão.

PONTO 8

A) Direito das coisas. Posse: classificação, aquisição e perda. Efeitos e defesa da posse. Composse. Direitos reais. Da propriedade. Direito do promitente comprador. Direito de laje. Registro de imóveis. Usucapião. Usucapião especial. Aforamento de terras públicas e terrenos da Marinha. Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001). B) Parcelamento do Solo Urbano (Lei nº 6.766/1979). Alienação fiduciária de bens imóveis (Lei nº 9.514/1997). Patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário (Lei nº 10.931/2004).

PONTO 9

A) Penhor, hipoteca e anticrese. Superfície. Servidões. Usufruto. Uso. Habitação. Alienação fiduciária de bens móveis (Decreto-Lei nº 911/1969). B) Promessa de compra e venda de imóvel. Direitos reais de garantia. B) Direito Econômico. Defesa da concorrência. Repressão ao abuso do poder econômico. Dirigismo contratual. Propriedade Industrial. Noções Gerais. Regime Jurídico. Invenção. Desenho Industrial. Modelo de Utilidade. Marca. A Relação de Consumo no Direito do Espaço Virtual. Comércio Eletrônico.

PONTO 10

A) Família e sucessões. Casamento. Dissolução da sociedade e do vínculo conjugal. Relações de parentesco. Regime de bens entre os cônjuges. Usufruto e administração dos bens de filhos menores. Alimentos. Bem de família. União estável. Concubinato. Tutela. Curatela. Tomada de decisão apoiada. Sucessão em geral. Sucessão legítima. Sucessão testamentária. Inventário e Partilha. Bem de família legal (Lei nº 8.009/1990). B) Registros Públicos (Lei nº 6.015/1973). Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990). Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003).

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

PONTO 1

A) Das normas processuais civis e sua aplicação: normas fundamentais do processo civil; aplicação das normas processuais. B) Jurisdição e ação. Dos limites da jurisdição nacional e da cooperação internacional: dos limites da jurisdição nacional; cooperação internacional; auxílio direto; carta rogatória; disposições comuns às sessões anteriores. Da competência interna: disposições gerais, da modificação da competência e da incompetência. Da cooperação nacional.

PONTO 2

A) Direito de ação. Natureza jurídica. Conceito e principais correntes doutrinárias. Elementos. Condições. Classificação e critérios identificadores. Concurso e cumulação de ações. Conexão e continência. B) Processo: noções gerais. Relação jurídica processual. Pressupostos processuais. Processo e procedimento. Espécies de processos e de procedimentos. Objeto do processo. Mérito. Questão principal, questões preliminares e prejudiciais. C) Solução adequada de conflitos. Mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública. Lei de arbitragem (Lei nº 9.307/1996). Lei nº 13.140/2015.

PONTO 3

A) Dos sujeitos do processo: capacidade processual; dos deveres das partes e seus procuradores; dos deveres; da responsabilidade das partes por dano processual; das despesas, dos honorários advocatícios e das multas; da gratuidade de justiça; dos procuradores e da sucessão das partes e dos procuradores. B) Do litisconsórcio, da intervenção de terceiros: da assistência; disposições comuns; da assistência simples; da assistência litisconsorcial; da denunciação da lide; do chamamento ao processo; do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica; do amicus curiae. C) Do Juiz, do Ministério Público e dos Auxiliares da Justiça: dos poderes, dos deveres e da responsabilidade do juiz; dos impedimentos e da suspeição; dos auxiliares da justiça; do escrivão, do chefe de secretaria e do oficial de justiça; do penito; do depositário e do administrador; do intérprete e do tradutor; dos conciliadores e mediadores judiciais; do Ministério Público. Da advocacia e da defensoria pública. Das prerrogativas da Fazenda Pública em Juízo.

PONTO 4

A) Dos atos processuais: da forma, do tempo, do lugar, e comunicação dos atos processuais; da forma dos atos processuais, da prática de atos eletrônicos de atos processuais; dos atos das partes; dos pronunciamentos do juiz; dos atos do escrivão ou chefe de secretaria. Do tempo e do lugar dos atos processuais; do tempo; do lugar. Dos prazos: do lugar; dos prazos; da verificação dos prazos e das penalidades. Das nulidades. Formalismo e instrumentalidade das formas. Convalidação do ato processual. Preclusão. Da comunicação dos atos processuais: disposições gerais; da citação; das cartas; das intimações. Do valor da causa. B) Tutela provisória. Disposições gerais. Da formação, da suspensão e da extinção do processo. C) Procedimento comum: disposições gerais; da petição inicial: requisitos, do pedido e do indeferimento da petição inicial. Da improcedência liminar do pedido. Da audiência de conciliação e mediação.

PONTO 5

A) Da contestação, da reconvenção e da revelia. Das providências preliminares e do saneamento: da não incidência dos efeitos da revelia; do fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Das alegações do Réu. B) Do julgamento conforme o estado do processo: da extinção do processo; do julgamento antecipado do mérito; do julgamento antecipado parcial do mérito; do saneamento e da organização do processo. C) Da audiência de instrução e julgamento. Das provas: disposições gerais; produção antecipada da prova; da ata notarial; do depoimento pessoal; da confissão; da exibição de documento ou coisa; da prova documental; da força probante os documentos; da arguição de falsidade; da produção da prova documental; dos documentos eletrônicos; da prova testemunhal; da admissibilidade e do valor da prova testemunhal; da produção da prova testemunhal; da prova pericial; da inspeção judicial.

PONTO 6

A) Da tutela de urgência; disposições gerais; do procedimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente; do procedimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente; e da tutela de evidência. B) Medidas de contracautela. Suspensão de liminar e suspensão de antecipação de tutela. Restrições legais à concessão de liminares e de antecipação de tutela contra o Poder Público. Pedido de suspensão de liminar e de sentença. Lei nº 8.347/1992.

PONTO 7

A) Da sentença e da coisa julgada: disposições gerais; dos elementos e dos efeitos da sentença; da remessa necessária; do julgamento das ações relativas às prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa; da coisa julgada. B) Dos Processos nos Tribunais e dos Meios de Impugnação das Decisões Judiciais. Disposições Gerais. Da ordem dos processos no Tribunal. Do incidente de assunção de competência. Do incidente de arguição de inconstitucionalidade. Do conflito de competência. Da homologação de decisão estrangeira e da concessão do exequatur à carta rogatória. Da ação rescisória. Do incidente de resolução de demandas repetitivas. Da reclamação. Dos Recursos. Teoria Geral do Recursos. Princípios, admissibilidade e efeitos. Disposições Gerais. Da apelação. Do agravo de instrumento. Do agravo interno. Dos embargos de declaração. Dos Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça. Do recurso ordinário. Do recurso extraordinário e do recurso especial. Disposições gerais. Do julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos. Do Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário. Dos Embargos de Divergência. Lei nº 8.038/1990. Lei nº 11.417/2006.

PONTO 8

A) Liquidação de sentença. Do cumprimento da sentença: disposições gerais; do cumprimento provisório da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa; do cumprimento definitivo da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa; do cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos; do cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela fazenda pública; do cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de entrega de coisa incerta. Da execução das obrigações de fazer ou de não fazer. Disposições comuns, da obrigação de fazer, da obrigação de não fazer. Da execução por quantia certa: disposições gerais, da citação do devedor e do arresto, da penhora, do depósito e da avaliação, do objeto da penhora, da documentação da penhora, de seu registro e do depósito, do lugar de realização da penhora, das modificações da penhora, da penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira, da penhora de créditos, da penhora das quotas ou das ações de sociedades personificadas, da penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de semoventes, da penhora de percentual de faturamento de empresa, da penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel, da avaliação, da expropriação de bens, da adjudicação, da alienação, da satisfação do crédito, da execução contra a fazenda pública, da execução de alimentos; disposições gerais, dos embargos à execução. Da suspensão do processo de execução. Da extinção do processo de execução. Embargos de terceiros. Exceção de pré-exclusividade.

PONTO 9

A) Dos Procedimentos Especiais: da ação de consignação em pagamento, da ação de exigir contas, das ações possessórias, disposições gerais, da manutenção e da reintegração de posse, do interdito proibitório, da ação de divisão e da demarcação de terras particulares, disposições gerais, da demarcação, da divisão, da ação de dissolução parcial de sociedade, do inventário e da partilha; da legitimidade para requerer o inventário; do inventariante e das primeiras declarações; das citações e das impugnações; da avaliação e do cálculo do imposto; das colações; do pagamento das dívidas; da partilha; do arrolamento; disposições comuns a todas as seções; dos embargos de terceiro, da oposição, da habilitação, das ações de família; da ação monitoria, da homologação do penhor legal, da regulação de avaria grossa, da restauração de autos. B) Dos procedimentos de jurisdição voluntária: disposições gerais, da notificação e da interposição, da alienação judicial, do divórcio e da separação consensuais, da extinção consensual da união estável e da alteração do regime de bens do matrimônio, dos testamentos e dos codicilos, da herança jacente, dos bens dos ausentes, das coisas vagas, da interdição, disposições comuns à tutela e à curatela; da organização e da fiscalização de fundações; da ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo. Ação civil pública. Lei nº 7.347/1985. Ação popular. Lei nº 4.717/1965. Tutela de interesses difusos e coletivos.

PONTO 10

A) Juizados Especiais Cíveis. Lei nº 9.099/1995. Juizado Especial da Fazenda Pública. Lei nº 12.153/2009. Da locação predial urbana e suas ações. Lei nº 8.245/1991. B) Mandado de segurança. Lei nº 12.016/2009. Mandado de segurança coletivo. C) Ações Constitucionais. Lei nº 13.300/2016. Lei nº 9.507/1997. Lei nº 9.882/1999. Lei nº 9.888/1999. Súmulas e Jurisprudência com entendimento dominante dos Tribunais Superiores.

DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO

PONTO 1

A) Direito Tributário: conceito, natureza, fontes, finalidade. Caracterização e posição do Direito Tributário no quadro do Direito. Relações do Direito Tributário com outros ramos do Direito. Normas gerais de Direito Tributário. B) Sistema Tributário Nacional. Limitações ao poder de tributar. Imunidades: conceito, espécies, aspectos objetivos e subjetivos, alcance, interpretação. Competência tributária. Competência tributária da União, dos Estados e do Distrito Federal, dos Municípios e do Distrito Federal. C) Competência tributária privativa, comum, residual e extraordinária. Conflito de competência. Competência legislativa concorrente. D) Federalismo. Conceito. Características. Constituição Federal de 1988. Cláusula pétrea. Federalismo fiscal e pacto federativo. Repartição de fontes de receita: a discriminação da competência tributária. Repartição do produto da arrecadação: as transferências intergovernamentais. As transferências de recursos e os fundos constitucionais. Fundo de Participação dos Estados – FPE. Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Outros fundos constitucionais. A redução das desigualdades regionais. A autonomia financeira dos entes federados e dos poderes constituídos. Da repartição de receitas tributárias. E) Tributo: conceito, espécies: impostos, taxas, contribuição de melhoria, empréstimo compulsório, contribuições especiais. Classificações. Funções: fiscal, extrafiscal, parafiscal. Classificação dos impostos pelo critério da natureza do fato: sobre o comércio exterior, sobre o patrimônio e a renda, sobre a produção e a circulação, especiais. Outras classificações: diretos e indiretos, fixos e proporcionais, progressivos e regressivos.

PONTO 2

A) Princípios gerais do direito tributário. Normas, princípios e regras. Princípios constitucionais tributários. B) Processo legislativo tributário: Emenda Constitucional, Lei Complementar Tributária, Lei Ordinária e Medida Provisória, Decreto Legislativo, Resoluções do Senado, Tratados e Convenções Internacionais. Controle da constitucionalidade da lei tributária. C) O controle incidental. A Ação Direta de Inconstitucionalidade. A Declaração de Constitucionalidade. Os efeitos da declaração de inconstitucionalidade. D) O princípio da capacidade contributiva: progressividade, proporcionalidade, regressividade, seletividade, universalidade e personalização. Isonomia tributária e proibição de desigualdade. Os princípios aplicáveis às taxas e às contribuições.

PONTO 3

A) Legislação tributária, vigência, aplicação, interpretação e integração. Lei ordinária, decreto e regulamento tributários. Lei complementar. Medida provisória. Normas complementares. B) Interpretação e integração do Direito Tributário. A correção das antinomias.

PONTO 4

A) Obrigação tributária. Conceito, natureza e espécies: principal e acessória. Hipótese de incidência e seus elementos: pessoal, espacial, temporal, material, quantitativo. Fato gerador, alcance, efeitos. B) Direito financeiro. As necessidades públicas e a atividade financeira do Estado. O Conceito constitucional de atividade financeira do Estado. Ciências das Finanças e Direito Financeiro. Sistema de Direito Financeiro. Direito Positivo e Ciência do Direito Financeiro. Origem e evolução da Ciência do Direito Financeiro. Direito Financeiro na Constituição e seus princípios. Definição, autonomia, metodologia e objeto do Direito Financeiro. A constitucionalização do Direito Financeiro – o estado patrimonial ao estado fiscal. Competências e princípios do Direito Financeiro na Constituição. C) Normas gerais de Direito Financeiro: modalidades, funções e limites. A Lei nº 4.320/1964. A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar federal nº 101/2000). Outras fontes. A interpretação e aplicação das normas de Direito Financeiro.

PONTO 5

A) Sujeitos da obrigação tributária. Substituição tributária. Convenções particulares. Solidariedade. Capacidade tributária. Domicílio tributário. Responsabilidade tributária. Responsabilidade dos sucessores, de terceiros, dos sócios. Responsabilidade por infrações. Denúncia espontânea. B) Orçamento. Conceito, natureza jurídica e funções. Origem e evolução. Espécies. Regime jurídico do orçamento público. A Lei nº 4.320/1964 e a LRF. Direito Constitucional orçamentário. Princípios orçamentários. Leis orçamentárias e o planejamento da ação governamental: o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual. Ciclo orçamentário. Fase administrativa: elaboração do orçamento. Orçamento participativo. Fase legislativa: processo legislativo orçamentário – discussão e aprovação. Execução orçamentária. O princípio da flexibilidade orçamentária. O orçamento impositivo.

PONTO 6

A) Crédito tributário. Conceito e natureza. Constituição do crédito tributário. Lançamento: natureza, modalidades: declaração, homologação, ofício. Eficácia, revisão, arbitramento. Suspensão do crédito tributário. Conceito. Moratória, Depósito. Reclamações e recursos. Liminar e tutela antecipada. Parcelamento. B) Extinção do crédito tributário. Modalidades. Pagamento. Compensação. Transação. Remissão. Prescrição e decadência. Lei nº 3.605/2021 (Lei de Transação). Decisão administrativa e decisão judicial. Exclusão do crédito tributário. Isenção e anistia. Isenção e imunidade. Isenção e não-incidência. Isenção e remissão. Isenção e alíquota zero. C) Garantias e privilégios do crédito tributário. Fraude à execução. Preferências.

PONTO 7

A) Administração tributária. Fiscalização. Certidões negativas. Inscrição em Dívida Ativa: Requisitos. Dívida Ativa: Liquidez, certeza, exigibilidade, exequibilidade e legislação correlata. correlata. Lei Municipal 3.368/2018 (Processo Administrativo Tributário). Execução fiscal. Lei nº 6.830/1980 e alterações posteriores. Medida Cautelar Fiscal. Lei nº 8.397/1992 e alterações posteriores. Formas de cobrança administrativa. Protesto. B) Mandado de Segurança, Ação Anulatória, Declaração, Cautelares, Antecipação de Tutela, Embargos e demais ações cabíveis em matéria tributária e legislações correlatas. C) Contencioso administrativo federal e estadual (RJ) em matéria tributária e legislação.

PONTO 8

A) Receita pública. Evolução das receitas públicas. Conceito. Classificações das receitas públicas. Receitas tributárias: impostos, taxas e contribuições. O conceito de sistema tributário. Receitas não tributárias. Receitas patrimoniais e preços públicos. Os Royalties e compensações financeiras. A Lei de Responsabilidade Fiscal e as receitas públicas: previsão, arrecadação e renúncia de receitas. Limites para renúncias de receitas ou gastos fiscais: subsídios, benefícios fiscais, isenções, subvenções e outros. Crédito público. Noções fundamentais. Natureza jurídica. Empréstimos públicos e espécies. Limites do crédito público. B) Despesa Pública. Conceito, características, princípios e classificações. A descentralização administrativa e financeira. Destinação de recursos para o setor privado. Subvenções sociais e econômicas. Fundos Especiais de Despesa. Fundos financeiros. Fundos rotativos. A atuação do terceiro setor. Qualidade do gasto público. Modernização e eficiência da gestão pública. Gasto público e as políticas públicas. Democratização do gasto público. Regime jurídico e a execução da despesa pública. O ordenador de despesas e procedimentos para realização das despesas. As despesas decorrentes de contratos. Os precatórios judiciais. Limitação das despesas com pessoal e a LRF. Responsabilidade fiscal. Lei Complementar federal nº 101/2000 (LRF): objetivos e características da LRF. Disposições Preliminares. Do Planejamento. Execução orçamentária e cumprimento de metas. Da Receita Pública. Renúncia de receitas e os incentivos fiscais. Transferências voluntárias e destinação de recursos para o setor privado. Atividades financeiras vedadas pela LRF. C) Endividamento público. Dívida pública. Operações de crédito. Aspectos jurídicos do endividamento subnacional. Da Transparência, Controle e Fiscalização. Fiscalização financeira. Conceito de fiscalização financeira e orçamentária. Tipos de controle. Controle interno. Controle externo. Controle social do orçamento. Princípios de legalidade, legitimidade, eficiência, economicidade e moralidade no gasto público. O princípio da transparência fiscal. Os Tribunais de Contas.

PONTO 9

A) Impostos da Competência dos Municípios. B) Imposto sobre Serviços (ISS). C) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU). D) Imposto sobre a transmissão de bens imóveis (ITBI). E) Perfil constitucional e legal. F) Conflitos entre ICMS e ISS. Questões materiais e processuais. G) Taxa de coleta domiciliar de lixo. H) Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COSIP). I) Lei nº 2.597/2008 (Código Tributário do Município).

PONTO 10

A) Tributos federais. Tributos estaduais. B) Contribuição de melhoria. Contribuições sociais, econômicas e profissionais. Contribuições sociais dos Estados. Empréstimo compulsório. Contribuições ao Regime Geral de Previdência. C) Taxas. Preços públicos. Taxa judiciária, custas e emolumentos. D) Novo Regime Fiscal (NRF). Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal. Lei Complementar federal nº 159/2017. Lei Complementar federal nº 173/2020. Emenda Constitucional nº 109/2021 e posteriores. Súmulas e Jurisprudência com entendimento dominante dos Tribunais Superiores.

DIREITO DO TRABALHO, PROCESSUAL DO TRABALHO E PREVIDENCIÁRIO

PONTO 1

A) Contrato individual do trabalho. Conceito. Elementos essenciais para sua formação. Relação jurídica dele derivada. B) Obrigações decorrentes do contrato. Rescisão. Nulidade. C) Os sistemas de organização sindical. A organização sindical brasileira. Natureza jurídica do sindicato. Entidades sindicais. D) Competência da Justiça do Trabalho. Jurisdição e competência dos órgãos da Justiça do Trabalho. E) Segurança Social. Origem e evolução legislativa no Brasil. Conceituação. Organização e princípios constitucionais.

PONTO 2

A) As partes do contrato individual de trabalho. Trabalhador autônomo. Trabalhador avulso. Trabalhador eventual. Empregados na administração pública. Empresa e estabelecimento. B) Grupo econômico. Sucessão de empregadores. Poder disciplinar. Trabalhador e prestador de serviço. C) Enquadramento sindical. Sindicabilidade do empregado da administração pública. D) Processo e procedimento nos dissídios individuais e coletivos de trabalho. Prazos. Custas. Exceções. Nulidade. E) Recursos. F) Execução. Prescrição comum. Prescrição intercorrente. Fazenda Pública e processo do Trabalho. Aplicação subsidiária do CPC e da LEP (Lei nº 6.830/1980).

PONTO 3

A) Contrato individual de trabalho por prazo indeterminado e por prazo determinado. Contrato de experiência. Contrato de equipe. Trabalho temporário. Alteração de contrato. Suspensão e interrupção. B) Convenção Coletiva de Trabalho. Conceito. Evolução no direito brasileiro. Conteúdo e efeitos. Vigência de aplicação da norma coletiva. Limite à aplicação das normas convencionais. Mediação e arbitragem. C) Petição inicial: requisitos, emenda, aditamento, desistência e indeferimento. Pedido. Audiência. “Arquivamento” e revelia. Conciliação. Homologação de acordo extrajudicial. Resposta do reclamado. D) Provas: princípios, ônus e espécies. E) Regime Geral de Previdência Social. Princípios e objetivos. O Conselho Nacional de Previdência Social (CNPES).

PONTO 4

A) Modos de extinção do contrato individual de trabalho. Justa causa. Falta grave. B) Estabilidade absoluta e garantia do emprego. Estabilidade temporária. Extinção do estabelecimento: força maior e factum principis. C) Aviso prévio. D) Fundo de garantia por Tempo de Serviço. E) Representação dos empregados nas empresas. F) O Ministério Público do Trabalho. Organização. Competência. Atribuições. Inquérito civil. G) Aposentadoria: modalidades, proventos. Cumulação de proventos. Pensões.

PONTO 5

A) Salário e remuneração. Salário mínimo. Salário contratual. Salário profissional. Salário normativo. B) Comissões. Gratificações. Prêmios. Abonos. Diárias. Ajudas de custo. Gratificação de Natal. Participação nos lucros. Vale-transporte. C) Proteção de salário. Equiparação salarial. D) Liberdade sindical. E) Partes, procuradores, representação, substituição processual, litisconsórcio e intervenção de terceiros. Assistência Judiciária. Justiça Gratuita. Jus Postulandi. Mandato tácito. F) Benefícios previdenciários em espécie.

PONTO 6

A) Duração do trabalho. Jornada normal e trabalho extraordinário. Duração semanal do trabalho. Trabalho noturno. Trabalho por turnos. B) Repouso semanal remunerado. C) Segurança e medicina do trabalho. Adicional de insalubridade. Adicional de periculosidade. D) Classificação dos dissídios coletivos. Natureza jurídica e eficácia da sentença normativa. E) Termos e prazos processuais. Despesas processuais. Custas e emolumentos. Comunicação dos atos processuais. Aplicação do Direito Processual Comum na esfera trabalhista.

PONTO 7

A) Responsabilidade da administração pública solidária e subsidiária. B) Greve. Conceito. Natureza da greve no direito brasileiro. Requisitos para sua deflagração. A greve nos serviços públicos e atividades essenciais. C) Processo e procedimento nos dissídios coletivos. Competência para processá-los e julgá-los. Efeitos da sentença normativa na Administração. D) Seguros obrigatórios. Filiação e inscrição. Conceito, características e abrangência de: empregado, empregado doméstico, empresário, contribuinte individual, equiparado ao contribuinte individual, microempreendedor individual (MEI), trabalhador avulso e segurado especial e Segurado facultativo.

PONTO 8

A) Férias e 13º salário: conceitos, condições e pagamento. B) Condutas antissindicais: espécies e consequências. C) Súmulas e Jurisprudência com entendimento dominante dos Tribunais Superiores. D) Coisa julgada formal e material na sentença trabalhista. Acordos. E) Ação rescisória. Ação anulatória. F) Financiamento da seguridade social. Receitas da União. Receitas das contribuições sociais: dos segurados, das empresas, do empregador doméstico, do produtor rural, do clube de futebol profissional, de concursos de prognósticos e de outras fontes.

PONTO 9

A) Reforma trabalhista. Lei nº 13.467/2017. B) Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos na esfera trabalhista. C) Crimes contra a seguridade social. Infrações à legislação previdenciária. D) Previdência complementar. Contributividade e solidariedade. Emendas Constitucionais nºs 20/1998, 41/2003 e 47/2005 e 103/2019. E) Segurados e dependentes. Períodos de carência, salário de benefício, renda mensal do benefício, reajustamento do valor dos benefícios. Manutenção, perda e restabelecimento da qualidade de segurado.

PONTO 10

A) Mandado de segurança. Medidas cautelares e demais ações cabíveis. B) Lei nº 8.212/1991 (Plano de Custeio da Previdência Social). Lei nº 8.213/1991 (Plano de Benefícios Previdenciários). C) Salário de contribuição. Conceito. Parcelas integrantes e parcelas não integrantes. Limites mínimo e máximo. D) Regimes previdenciários: regime geral de previdência social e regimes próprios dos servidores públicos.

PORTARIA PGM Nº 27, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022 DESIGNA REPRESENTANTES DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO PARA FISCALIZAR A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO. O PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas, RESOLVE:
Art. 1º. Nomear os procuradores Raissa de Almeida Lima Pereira, matrícula 244.552-0 e Felipe Mahfuz de Araújo, matrícula 124.2019-6 como representantes da Procuradoria Geral do Município, para fiscalizar a contratação de empresa para a prestação de serviços especializados de planejamento, organização e realização de Concurso Público de Provas e Títulos da Procuradoria Geral do Município. Processo nº070002284/2022.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

EXTRATO

INSTRUMENTO: Contrato PGM nº 19/2022. **PARTE:** o Município de Niterói, tendo como gestora a Procuradoria Geral do Município, e a empresa FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **OBJETO:** Contrato de prestação de serviços técnicos de planejamento, organização e execução para a realização de Concurso Público para a Procuradoria Geral do Município de Niterói. **PAZO:** 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura. **VALOR ESTIMATIVO:** Será realizado nos moldes do Cronograma de Pagamento configurado na cláusula quarta do contrato. **VERBA:** Código de despesa nº 3339039000000, Programa de Trabalho: 12.10.04.122.0145.2790. Fonte: 203. **FUNDAMENTO:** lei 8.666/83, processo administrativo nº070/002284/2021. **DATA DA ASSINATURA:** 11 de novembro de 2022.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 275/2022

Instrumento: TERMO DE CONTRATO Nº 275/2022. **Partes:** FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NITERÓI e ARDO DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA. **Objeto:** O presente Termo de Contrato tem por objeto aquisição de Armário de Aço, através do Sistema de Registro de Preço, visando a atender as demandas das Unidades da Rede Municipal de Educação de Niterói, conforme as especificações constantes do ANEXO I – Termo Referência, conforme especificações com a solicitação do Ofício ADM/FME 092P/2022. **Processo Administrativo** 210/4728/2022. **Prazo:** O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses conforme disposto nas fls. 61, do Termo de Referência, nos moldes do art. 57, § 1º da Lei 8.666/93, do Processo Administrativo 210/4728/2022. Este Termo de Contrato entrará em vigor na data de sua publicação. O Objeto do presente Contrato deverá ser fornecido de acordo com as necessidades das Unidades, a contar da retirada/execução do serviço da Nota de Empenho, que deverá ocorrer no prazo de no máximo de 02 (dois) dias úteis após a sua emissão, ou a critério do órgão solicitante. O prazo para a retirada da execução do serviço e recebimento do objeto descrito no Anexo I – Termo de Referência será de até 30 (trinta) dias corridos, contados do envio da Autorização de compra. As demais entregas serão solicitadas conforme as quantidades moduladas de acordo com a necessidade estimada pela Contratante. **Valor:** O valor total do presente contrato é de R\$ 233.895,00 (duzentos e trinta e três mil, oitocentas e noventa e cinco reais), sendo empenhado inicialmente o valor de R\$ 149.892,80 (cento e quarenta e nove mil, seiscentos e noventa e dois reais e oitenta centavos) à conta do Programa de Trabalho Nº 20.43.12.368.0135.4070, Código de Despesa n.º 3.4.4.9.0.52.00.00.00, Fonte: 539, Nota de Empenho n.º 001523/2022. **Gestor/Fiscais:** De acordo com a **Portaria FME Nº 1137/2022. Fundamento** Legal em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/1993 c/c n.º10.520/2002, nos decretos Nº 9.814/2005; 9.642/2005 e 12.518/2017 e a Lei Complementar n.º 123/2006. **Processos** Administrativos: 210/4728/2022 e 210/11624/2022. **Data da Assinatura:** 16/11/2022. **PORTARIA FME Nº 1137/2022- Art. 1º.** Designar, em conformidade com o Decreto Nº 11.950/2015, Caberá ao Diretor do Departamento Administrativo Sr. Rui Alves, matrícula 239.628-8, responder administrativamente pela gestão do presente Contrato e acompanhar de forma ampla, irrestrita e permanente a fiscalização, através dos

servidores Luiz Carlos Magdalenio, matrícula 238.014-6, e Wallace King Correia Rodrigues, matrícula 236.390-1, ambos lotados no Departamento Administrativo/FME, o qual tem por objeto aquisição de Armário de Aço, através do Sistema de Registro de Preço, visando a atender as demandas das Unidades da Rede Municipal de Educação de Niterói, celebrado entre a FME e a ARDO DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA. **Processos** Administrativos: 210/4728/2022 e 210/11624/2022. **Art. 2º:** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 315/2022

Instrumento: TERMO DE CONTRATO Nº 315/2022. **Partes:** FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NITERÓI e A MTC COMERCIO DE MOBILIÁRIO CORPORATIVO EIRELI. **Objeto:** O presente Termo de Contrato tem por objeto (2ª RETIRADA) aquisição de Cadeiras fixas e giratórias, para atender as demandas das Unidades da Rede Municipal de Educação de Niterói, Sede e Anexos da Fundação Municipal de Educação de Niterói, conforme as especificações constantes do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA e, de acordo com a solicitação do Ofício ADM/FME 092P/2022. **Processo Administrativo** 210/11495/2022. **Processo Retirada Nº 210/12654/2022 (2ª Retirada).** **PAZO:** O prazo de vigência do presente contrato será de 12(doze) meses conforme disposto nas fls.10, do Edital, nos moldes do art.57, § 1º da Lei 8.666/93, do Processo Retirada Nº 210/12654/2022 (2ª Retirada). Este Termo de Contrato entrará em vigor na data de sua publicação. **PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O Objeto do presente Contrato deverá ser fornecido de acordo com as necessidades das Unidades, a contar da retirada da Nota de Empenho, que deverá ocorrer no prazo de no máximo de 02 (dois) dias úteis após a sua emissão, ou a critério do órgão solicitante. **Valor:** O valor total do presente contrato é de **R\$ 114.330,00 (cento e quatorze mil, trezentos e trinta reais)** à conta do Programa de Trabalho Nº 20.43.12.368.0135.4070. Código de Despesa 3.4.4.9.0.52.00.00.00. Fonte: 139, Nota de Empenho: 001638/2022. **Fundamento Legal:** Lei 10.520/2002, Decreto Federal n.º 10.024/2019, nos decretos Nº 9.614/2005; 9.642/2005; 10.005/2006 e suas alterações no Decreto Nº 1.117/2012 e 12.518/2017 e Lei 8.666/1993. Lei Complementar n.º 123/2006. **Processos:** Processo Administrativo 210/11495/2022, **Processo Retirada Nº 210/12654/2022 (2ª Retirada).** **Data da Assinatura:** 07/12/2022. **PORTARIA FME Nº 1146/2022.**

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de atribuições legais estatutárias, **RESOLVE:** Art. 1º: Designar, em conformidade com o Decreto Nº 11.950/2015, Caberá o Diretor do Departamento Administrativo Sr. Rui Alves, matrícula 239.628-8, responder administrativamente pela gestão do presente Contrato e acompanhar de forma ampla, irrestrita e permanente a fiscalização, através dos servidores Wallace King Correia Rodrigues, matrícula 238.390-1 e Luiz Carlos Magdalenio, matrícula 238.014-6, ambos lotados no Departamento Administrativo, ambos com lotação no Departamento Do Administrativo. Nº 315/2022, a qual tem por objeto (2ª RETIRADA) aquisição de Cadeiras fixas e giratórias, para atender as demandas das Unidades da Rede Municipal de Educação de Niterói, Sede e Anexos da Fundação Municipal de Educação de Niterói, conforme as especificações constantes do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA e, de acordo com a solicitação do Ofício ADM/FME 092P/2022. **Processo Administrativo** 210/11495/2022, **Processo Retirada Nº 210/12654/2022 (2ª Retirada).** **Art. 2º:** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO Nº 200/2519/2022 - HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGO o resultado do procedimento licitatório, na modalidade **Pregão Eletrônico nº 27/2022**, que visa a **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SUPLEMENTOS, FÓRMULAS INFANTES PARA ALERGIA ALIMENTAR E ALIMENTOS PARA FINS ESPECIAIS PARA PACIENTES QUE APRESENTEM DOENÇA DE CROHN, DIABETES, HIPERTENSÃO, DOENÇA RENAL, DOENÇAS QUE NECESSITEM DE SUPORTE NUTRICIONAL POR VIA ENTERAL, ENTRE OUTROS, QUE DEVERÃO ATENDER A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI-RJ**, para a empresa:

- **NUTRIC – NUTRICIONAL COMERCIO LTDA, CNPJ:** 01.925.587/0001-02, com valor total de **R\$ 273.020,00** (duzentos e setenta e três mil e vinte reais);
- **VERTICAL RIO COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA, CNPJ:** 13.122.173/0001-62, com valor de **R\$ 1.238.800,00** (hum milhão duzentos e trinta e oito mil e oitocentos reais);
- **EREMIX INDÚSTRIA DE ALIMENTOS ESPECIAIS LTDA, CNPJ:** 28.325.797/0001-90, com valor de **R\$ 81.600,00** (oitenta e um mil e seiscentos reais);
- **NUTRIR SOLUÇÕES EM SAÚDE EIRELI, CNPJ:** 29.389.245/0001-34, com valor de **R\$ 21.114,00** (vinte e um mil cento e quatorze reais);
- **NUTRIPLAN COMERCIAL LTDA, CNPJ:** 32.694.553/0001-88, com valor de **R\$ 117.332,00** (cento e setenta e um mil trezentos e trinta e dois reais);
- **VERO MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ:** 41.683.262/0001-85, com valor de **R\$ 25.004,40** (vinte e cinco mil quatro reais e quarenta centavos).

Totalizando o valor de **R\$ 1.810.870,40** (hum milhão oitocentos e dez mil oitocentos e setenta reais e quarenta centavos), de acordo com as condições de entrega, validade e pagamento, conforme disposto no edital.

Portaria FMS/FGA nº 831/2022- O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal nº 718/88 e pelo Decreto Municipal nº 6.053/90, considerando o disposto na *Cláusula Décima Primeira*, do **CONVÊNIO nº 12/2020** celebrado entre a Fundação Municipal de Saúde de Niterói – FMS e a Associação Fluminense de Reabilitação – AFR,

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir a COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO – CAF do Convênio nº 12

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS - FUNDAÇÃO ESTATAL DE SAÚDE - FESAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DAS CULTURAS - SMC - CHAMADA PÚBLICA SMS/FMS/FeSaúde/SMC 01/2022 - SAÚDE E CULTURA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DA SELEÇÃO

A Secretaria Municipal de Saúde (SMS), a Fundação Municipal de Saúde (FMS) e a Fundação Estatal de Saúde (FeSaúde) e a Secretaria Municipal das Culturas (SMC) tornam pública a Homologação do Resultado Final da Seleção das propostas inscritas e habilitadas na CHAMADA PÚBLICA SMS/FMS/FeSaúde/SMC 01/2022 - SAÚDE E CULTURA. As condições de avaliação estão descritas nos itens 6 e 8 da chamada. De acordo com o item 8.4, a lista das propostas selecionadas é estabelecida de acordo com a ordem decrescente de pontuação, obedecendo ao quantitativo de propostas contempladas disposto no item 3.2 e respeitando os critérios estabelecidos no item 9.1 e a pontuação adicional estabelecida no item 9.1.2.

As propostas classificadas e não selecionadas irão compor a lista de suplência. Conforme os itens 2.1 e 3.2 da chamada pública, as propostas estão enquadradas nas seguintes categorias:

- a) Produção cênica em áreas públicas
- a) 1) 30 propostas com valor de R\$10.000,00 (valor global R\$300.000,00)
- b) Intervenções urbanas de grafite/arte visuais
- b) 1) 15 propostas com valor unitário de R\$10.000,00 (valor global R\$150.000,00)
- c) Ações de rodas de rima
- c) 1) 10 propostas com valor unitário de R\$10.000,00 (valor global R\$100.000,00)
- d) Projetos de formato livre
- d) 1) 15 propostas com valor unitário de R\$10.000,00 (valor global R\$150.000,00)

Em conformidade com o item 3.4. Os recursos porventura remanescentes de uma categoria poderão ser redistribuídos para as demais, no caso de insuficiência quantitativa de propostas habilitadas ou por entendimento da Comissão de Seleção, com o objetivo de atender às especificidades e demandas apresentadas nesta chamada. Oportunamente a SMS/FMS/FeSaúde/SMC entrarão em contato com os proponentes selecionados para informar as condições de entrega de documentação para a contratação.

Em caso de dúvidas, entrar em contato através do e-mail saudecultura.niteroi@gmail.com

Protocolo Interno	PROponente (Razão Social)	Título do Projeto	CATEGORIA	TOTAL DOS CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO ADICIONAL	PONTUAÇÃO FINAL	STATUS
21112022.21235600059	SOLANGE SOARES SANTOS DE PAULA 7953303549	OFICINA LITERÁRIA VOZES DO SILENCIO	Projetos de Formato Livre	90	6	96	SELECIONADA
25112022.19445900029	Alber Barreto Campos 17043600723	Travestenci	Intervenções Urbanas de Grafite	99,5	6	95,5	SELECIONADA
25112022.142634000123	CLARA CASAL DE REY 46442307923	CINEMA NO BISPO	Projetos de Formato Livre	90	4	94	SELECIONADA
24112022.214623000106	Antônio Teófilo e Ca Eneil ME	Negligem e Perfeito (ou Todo mundo é)	Produção Cênica em Áreas Públicas	90	4	94	SELECIONADA
14112022.12284700033	Daniella D Andreia Costa	VIA, PALAVRA, HISTÓRIAS PRESERVADAS SAUDE	Produção Cênica em Áreas Públicas	90	4	94	SELECIONADA
11112022.10242000015	MAURICIO DE SOUZA FERREIRA 14153741746	BALANGANDÁ	Produção Cênica em Áreas Públicas	90	4	94	SELECIONADA
10112022.15254900014	Alina Passera	Rota Cultural do Engenho do Meio - 10 anos de vida!	Ações de Rodas de Rima	90	4	94	SELECIONADA
06112022.30032600020	T. Pacheco Pereira Produção Musical e Semina LTDA	Golfe São do Trão das Minas	Intervenções Urbanas de Grafite	90	4	94	SELECIONADA
25112022.104731000117	FABIO ROCHA MARIN 96895561120	Marcha em Rê Alcoólico e Violência no Trânsito	Produção Cênica em Áreas Públicas	87,5	6	93,5	SELECIONADA
24112022.21049600073	ANA LUIZA PAVIA DE FRANÇA 11480247445	Quem disse Saúde?	Produção Cênica em Áreas Públicas	90	2	92	SELECIONADA
25112022.10242000015	Clarissa Quintana Nogueira Simões 12487983730	Constituição Sistêmica e Mística	Projetos de Formato Livre	90	4	93	SELECIONADA
25112022.17411400015	Natani Soares Coutinho 12362329738	Delimitando Prata	Projetos de Formato Livre	98	4	92,5	SELECIONADA
25112022.174795000136	RONALDO DE S. HONORATO NITXO GESTAO CONSULTORIA LTDA	Fotografia para melhor cidade	Projetos de Formato Livre	88,5	4	92,5	SELECIONADA
25112022.15534000012	Pio Sitar Eventos Ltda	Viva a Rua	Projetos de Formato Livre	88,5	4	92,5	SELECIONADA
24112022.223749000112	Giselle Oliveira Muniz 98435085712	Artes para Gestar e Nascer	Projetos de Formato Livre	88,5	4	92,5	SELECIONADA
24112022.175219000100	Alina Pereira Vialle da Paz 121.974.877-47	8 passos pelo fim da epidemia	Projetos de Formato Livre	88,5	4	92,5	SELECIONADA
25112022.193280000125	BEATRIZ COSTA GALVARDIO 11995348793	Movimento at	Projetos de Formato Livre	90	2	92	SELECIONADA
24112022.191056000590	ALESSANDRO DA SILVA CONCEICAO 39496407057	Grupo de Teatro do Opimio Pira na Cima	Produção Cênica em Áreas Públicas	96	0	92	SELECIONADA
24112022.325656000074	Marina de Rocha Mendes 15572444721	Saúde é um direito	Projetos de Formato Livre	90	2	92	SELECIONADA
14112022.310247000027	MARIANA FERRAZ ABBADIE 02591054805	Anterplay na Escola	Projetos de Formato Livre	87,5	4	91,5	SELECIONADA
11112022.13123500016	MARCELO ALVIM MACEDO 13675657752	"Eu não me calo"	Produção Cênica em Áreas Públicas	87,5	4	91,5	SELECIONADA
14112022.14360300007	Roberta Daniele Torres Bonifacio	SAUDE E PRINCÍPIOS	Ações de Rodas de Rima	87,5	4	91,5	SELECIONADA
25112022.021496000114	Roseli Clara Conceição dos Santos 05595637511	Na Flor da Idade - Saúde Social na Tercera Idade	Produção Cênica em Áreas Públicas	86	0	91	SELECIONADA
24112022.16021900007	Maria Eliza da Silva Pimentel	CRIVANDO AFETOS	Produção Cênica em Áreas Públicas	87	4	91	SELECIONADA
25112022.170750000131	CENTRO DE ESTUDOS E APERFEÇOAMENTO PROFISSIONAL DO HOSPITAL	AS ARTES E SEUS DESTINOS	Projetos de Formato Livre	86,5	2	90,5	SELECIONADA
25112022.175329000137	FREDERICO MOREIRA MACHADO TEJERA BORJA 09334047446	ROBERTA	Projetos de Formato Livre	90	0	90	SELECIONADA
14112022.105946000030	Sociedade Fluminense de Fotografia	Projeto Construção de Memórias	Projetos de Formato Livre	90	0	90	SELECIONADA
25112022.422945000118	JOSE VITOR LEAL BRAGA 1652779777	Roda de Rima das Rodadas confinemente transformação	Ações de Rodas de Rima	86,5	0	86,5	SELECIONADA
25112022.230326000067	Elaine Lughetti de Souza 96968726747	Mulheres de Pelé	Produção Cênica em Áreas Públicas	87,5	2	89,5	SELECIONADA
14112022.120001000031	Marlene Pego Costa	Ateli Possibilidades	Projetos de Formato Livre	87,5	2	89,5	SELECIONADA
24112022.161920000103	RODRIGO RIOS LIMA 95799486704	Jogo Folha de Americana no Jôro da Cocada	Produção Cênica em Áreas Públicas	85	4	89	SELECIONADA
24112022.060550000076	Elaine Pereira Mascarenhas	Novos Olhares	Produção Cênica em Áreas Públicas	85	4	89	SELECIONADA
28102022.111120000055	MELISSA DE CASTRO	TODAS AS MARIAS	Produção Cênica em Áreas Públicas	85	4	89	SELECIONADA

23112022.145737000095	KAREN CRISTIANE FERREIRA DOS REIS	CURANDERIAS EXPRESSÕES DO FEMININO NA SAÚDE MENTAL	Projetos de Formato Livre	85	4	89	SELECIONADA
11112022.140524000017	OFICINA SOCIAL PRODUCOES ARTISTICAS LTDA	Hiper Tênis, um conceito em explosão!	Produção Cênica em Áreas Públicas	85	4	89	SELECIONADA
25112022.143649000124	Roberty Avila Flores 02861302055	Acredito sobre na Praça	Projetos de Formato Livre	86,5	2	88,5	SELECIONADA
24112022.125910000085	YANNA LUCIA MORAES DE ARAUJO 15910830721	Uniluto	Projetos de Formato Livre	84,5	4	88,5	SELECIONADA
14112022.162229000038	WELLINGTON ARAUJO DA SILVA	DE Dengona, o Mesquino Temoio	Produção Cênica em Áreas Públicas	82,5	0	88,5	SELECIONADA
24112022.193148000084	CAMILA MEYER DE SOUZA	PALACIO DAS ARTES CONVIDA TERESAZ	Intervenções Urbanas de Grafite	82	6	88	SELECIONADA
24112022.170620000096	SELIZMAR BRAGA DA SILVA 07252156797	SAÚDE É VIDA	Intervenções Urbanas de Grafite	83,5	4	87,5	SELECIONADA
14112022.144823000037	DANIEL WILGES QUINHO 08803291708	RODA DE RAGGA	Ações de Rodas de Rima	87,5	0	87,5	SELECIONADA
25112022.174110000134	SCHORI LTDA	Seroti - Encontros e Experiências Musicais para o Bem viver	Projetos de Formato Livre	83	4	87	SELECIONADA
11112022.145110000103	AMANDA DO NASCIMENTO DOS SANTOS ALMEIDA	O Alentejo, uma instalação performática	Produção Cênica em Áreas Públicas	85	2	87	SELECIONADA
22112022.112514000081	Renato Gonçalves Dutra 10515286746	Escaneando	Produção Cênica em Áreas Públicas	84,5	2	86,5	SELECIONADA
15112022.035591000045	Luz Olavo de Almeida Corde	Musica a salvação do caos	Produção Cênica em Áreas Públicas	84,5	2	86,5	SELECIONADA
24112022.120101000083	Associação Experimental de Mídia Comunitária	Oficina de Fotografia Jovem Comunicadores	Projetos de Formato Livre	80	6	86	SELECIONADA
19112022.180015000053	Robson Rodrigues dos Santos	OUÇA BEM	Projetos de Formato Livre	82,5	2	84,5	SELECIONADA
24112022.175229000101	CAROLINA ALBERTO ARAUJO SILVA	PROJETO ANASTÁCHIA SER MORDÇA	Projetos de Formato Livre	80,5	4	84,5	SELECIONADA
13112022.230229000026	Marcel Silva Ferreira Leitão e Maria Barbosa 5935713739	Carnaval ou Uma Farsa de Amor	Produção Cênica em Áreas Públicas	82,5	2	84,5	SELECIONADA
24112022.089522000070	Julio Augusto Pereira Moraes 05479031010	Cadaver de Amarelo! Saúde em situação da na	Produção Cênica em Áreas Públicas	80	4	84	SELECIONADA
09112022.233759000013	Helena Teixeira Marques 103071915723	Cartoria	Projetos de Formato Livre	80	4	84	SELECIONADA
25112022.172402000132	CHARIAZZO PRODUCOES E EVENTOS MUSICAIS LDA	E Quem Canta Seus Males Espanta	Projetos de Formato Livre	81	2	83	SELECIONADA
21112022.224337000059	RAPHAEL RODRIGUES POMPEU 145291778	Hospitalidade	Projetos de Formato Livre	82,5	0	82,5	SELECIONADA
14112022.152724000038	Guilherme do Sousa Barreto 1107391720	Art Cômico, A Saúde Mental na Cultura Nord	Projetos de Formato Livre	82,5	0	82,5	SELECIONADA
25112022.180011000130	MICHELE DA SILVA CUNHA 8075302276	Vai lá vai se voltar	Projetos de Formato Livre	80,5	2	82,5	SELECIONADA
21112022.110729000057	Opera Prima Teatral Promoção de Eventos Elvise	AUTORETRATO	Produção Cênica em Áreas Públicas	82	0	82	SELECIONADA

14112022.142257000036	Sara Margarete Pereira da Silva Oliveira Esgueto	EXO Artes Visuais e Saúde Mental	Projetos de Formato Livre	80	2	82	Suplente
07112022.182722000009	ANGELMO FERNANDES DE ALMEIDA	Viver com a diferença em Áreas Públicas	Produção Cênica em Áreas Públicas	90	2	92	SELECIONADA
14112022.034029000029	SILVIA DE CARVALHO CRUZ 63368285734	SOB O CUMPRIMENTO DA DIVERSIDADE LIAÇÃO DE SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	Produção Cênica em Áreas Públicas	77,5	4	81,5	SELECIONADA
25112022.140603000122	CARINE PEREIRA BRAGA 14764748713	O Super Sistema	Produção Cênica em Áreas Públicas	77	4	81	SELECIONADA
25112022.003032000113	A P De Souza Campos Baltei	DANCIDSAI	Projetos de Formato Livre	78,5	2	80,5	Suplente
24112022.182910000094	LUIZ ANTONIO DOS ANJOS OLIVEIRA JUNIOR 1256455784	Roda Cultural Conecta Favela e Arte	Ações de Rodas de Rima	76,5	4	80,5	SELECIONADA
25112022.124530000119	JEAN MAURO LOPES DA SILVA	DANCE FOR LIFE DANÇA PARA A VIDA	Projetos de Formato Livre	78	2	80	Suplente
24112022.230258000110	Cariltha de Almeida Santos 10379679760	Ações de Combate à Violência Contra a Mulher: Hip Hop contra o machismo	Ações de Rodas de Rima	74	6	80	SELECIONADA
22112022.103416000065	RODRIGO PRIES AMERICO DOS SANTOS	RECENTE	Projetos de Formato Livre	80	0	80	Suplente
23112022.146521000064	THAGO SOARES TORTORA 10543522709	Paz e Bem-Estar ao Ar Livre	Projetos de Formato Livre	77,5	2	79,5	Suplente
14112022.171822000043	Hiriz Mathias Silva de Araújo 12529587783	E-mail para o BlueCity	Projetos de Formato Livre	77,5	2	79,5	Suplente
14112022.120618000032	Animarte Estúdio LTDA	Fim de Semana Sem Papaca	Projetos de Formato Livre	77,5	2	79,5	Suplente
15112022.185253000030	Patricia Gomes de Andrade Brandão 15457486760	Peça La Loba	Produção Cênica em Áreas Públicas	77	2	79	SELECIONADA
13112022.211937000004	Diego Marques dos Santos-Ramos	Do Supernacional	Produção Cênica em Áreas Públicas	75	4	79	SELECIONADA
07112022.173521000008	UBIRAN ROSA-CAMPOS	RESPEITO CURTA-METRAGEM DOCUMENTARIAL	Projetos de Formato Livre	75	4	79	Suplente
18112022.191255000016	Fernanda Gonçalves Buarque Azeiteiro	Outubro Rosa - Uma ação internacional (over Rio de Janeiro)	Projetos de Formato Livre	75	2	77	Suplente
24112022.103233000030	GABRIEL ALBERTO DE OLIVEIRA E SILVA 10264737728	Anores Representatividade do amor homossexual através da música	Projetos de Formato Livre	75	2	77	Suplente
14112022.170659000042	José Arthur Loureiro Soares 14000320778	Dois Sinos que andam na mesma calçada	Projetos de Formato Livre	75	2	77	Suplente
12112022.181016000019	ANA CRISTINA LOBANCIO DIAS	Mulheres e suas Encontros	Produção Cênica em Áreas Públicas	75	2	77	SELECIONADA
24112022.181912000102	JOÃO LUIZ DUBOCK PINAULO NETO	MUSICAS QUE CURAM	Projetos de Formato Livre	75,5	0	75,5	Suplente
24112022.152541000083	IMCUTX EVENTOS LTDA	Rio Dado	Produção Cênica em Áreas Públicas	74,5	2	76,5	SELECIONADA
24112022.140521000087	Campus Avançado	BARRIGA JOVEM	Projetos de Formato Livre	72,5	4	76,5	Suplente
24112022.140323000035	Associação para o desenvolvimento sustentável do Presente	Galera Viva	Intervenções Urbanas de Grafite	72,5	4	76,5	SELECIONADA
24112022.230322000006	JONATHAN RAMOS RODRIGUES	As aventuras do Porco Porcane	Produção Cênica em Áreas Públicas	72,5	4	76,5	SELECIONADA
14112022.170801000004	Monica da Silva Macedo 12409117771	A minha história e arte (in questionário)	Projetos de Formato Livre	72	4	76	Suplente
24112022.222857000109	VANESSA DOS SANTOS VIEIRA 05593617110	Turbante	Projetos de Formato Livre	71	4	75	Suplente
25112022.125604000129	ROBERT ESTEVES FREITAS DE MEDEIROS	Saúde para viver	Projetos de Formato Livre	69	6	75	Suplente
25112022.151127000126	DEBORA DE OLIVEIRA REINA 02854383733	REGGAE POWER DA SAÚDE	Projetos de Formato Livre	67	2	74	Suplente
13112022.225502000025	SOFIA SELLES	Nave Di Pandora	Projetos de Formato Livre	70	4	74	Suplente
13102022.123836000002	FILIPPE RODRIGUES DE MOURA 1727193705	Roda Cultural Projeto Gera "Fazenda e mais"	Ações de Rodas de Rima	70	4	74	SELECIONADA
24112022.081323100116	Sergio Alves Souza de Paula 08434367472	No Teatrito Somos todos Potências	Produção Cênica em Áreas Públicas	71,5	3	73,5	SELECIONADA
24112022.120627000082	DIOGENES MAGNO BARBOSA DOS SANTOS 14678995785	Gira Circuito itinerante de Performances	Produção Cênica em Áreas Públicas	67,5	6	73,5	Suplente
24112022.171049000067	Grécio Recreativo e Cultural Gera de Ouro	A SAÚDE EM BENEFÍCIO DA MULHER: MEGRA PERSPECTIVA	Projetos de Formato Livre	65	4	73	Suplente
14112022.155601000040	MIRIAM TOLEDO MORAES	SAÚDE, POESIA AROMATIZADA	Projetos de Formato Livre	72,5	0	72,5	Suplente
24112022.172229000099	NINA ALEXANDRINSKY 05501256795	CERAMICA TERAPIA	Projetos de Formato Livre	65,5	2	71,5	Suplente
12112022.200301000021	Maria Cristina de Campos Matias 980.319.737-72	OFICINA DE BONECAS RETALHADAS	Projetos de Formato Livre	67,5	4	71,5	Suplente
24112022.153837000089	JOSEBERT ASSUMACAO VIEIRA 11881417797	Forças e Formas Teatro coreográfico de Imagens na Saúde Mental	Produção Cênica em Áreas Públicas	65	6	71	Suplente
24112022.091125100007	LAURA LEAL CARIELLO	Experiência Futurista	Produção Cênica em Áreas Públicas	66,5	4	70,5	Suplente
24112022.153496000095	ANGELO CESAR DA SILVA TORRES	ARTISTE REMATIZANDO PREVENÇÃO	Projetos de Formato Livre	68	2	70	Suplente
23112022.210306000069	DEBORA CARVALHO DOS S-SILVA EVENTOS	Roda Rima na Rua	Ações de Rodas de Rima	70	0	70	SELECIONADA
08112022.180115000011	Gabriel Schmidt Grecco 29459444576	Notificações urbanas	Projetos de Formato Livre	70	0	70	Suplente
25112022.154603000058	Leonardo de Souza Melo	Um Experimento: Brabo no Parnaso	Projetos de Formato Livre	67,5	2	69,5	Suplente
24112022.181237000091	HANNAH MARCHON DESIGNER	Códex Criativo Menor - Roda de conversa e artes	Projetos de Formato Livre	65	4	69	Suplente
25112022.140030000121	Conecta Entretenimento LTDA	VIBRE SAUDE MULHER	Projetos de Formato Livre	65,5	2	68,5	Suplente
25112022.172636000133	THAGO SILVA NASCIMENTO SANTOS	RUTEROL DA PAZ 2023	Projetos de Formato Livre	64,5	4	68,5	Suplente
24112022.172016000036	MARCUS MARCELO PORTO LEOPOLDINO 05503276727	Mapamento: Um Acompanhamento Terapêutico	Projetos de Formato Livre	61	0	66	Suplente
12112022.232507000022	GUSTAVO LONDO	MENTE SA CORPO	Produção Cênica em Áreas Públicas	67,5	0	67,5	Suplente

	CENTRO DE DANÇAS E COMÉRCIO LTDA	NO SAÍO	em Áreas Públicas				
23112022.184125000096	GABRIEL CALFA SANT'ANNA 14035687780	Cartilha sobre Diabetes	Projetos Formato Livre	65	2	67	Suplente
23112022.103957000063	Lucia Marques Dias	FEIRA DE TAPAJU SAUDE NA PRAÇA	Projetos Formato Livre	65	2	67	Suplente
23112022.204945000088	Luiza de Barros Silva	Quem Dança seus Males Espanta	Projetos Formato Livre	64,5	2	66,5	Suplente
23112022.230208000071	Selma Maria Soares de Medeiros 6373545753	Molais Pousal	Produção Cênica em Áreas Públicas	62,5	2	64,5	Suplente
24112022.202103001010	INSTITUTO MESTRISMO CAPOEIRA LIVRE 252510000000	CAPOEIRA LIVRE ESTILO DADE	Projetos Formato Livre	62	2	64	Suplente
13112022.203698000032	THATIANE RAZZA DE MELO 13970327282	Passato a Presente: Prevenção e Promoção de Saúde em Menas	Projetos Formato Livre	60	4	64	Suplente
24112022.102732000078	Isolaine Azeites Mira 05701048798	Escolas, Saúde e Cultura	Projetos Formato Livre	62	2	64	Suplente
23112022.140620000092	Gandra Trindade Mascarenhas	Mundo Reveladas	Racism Produção Cênica em Áreas Públicas	60	4	64	Suplente
25112022.170637001013	AMIEZ ARRES MELO PORTO 10227999290	SOU CORDAO, SOU FELIZ	Projetos Formato Livre	60,5	2	62,5	Suplente
25112022.180680001028	THAIS RIBEIRO PEREIRA 15408177736	AMATEURISMO POCO	Projetos Formato Livre	60,5	2	62,5	Suplente
24112022.222852000018	Guilherme Mario Lopes Gomes da Silva Ribeiro 120898005780	Milha sem fronteira	Projetos Formato Livre	58	6	62	Suplente
14112022.175005000046	Marcos de Oliveira Palotino 906320917004	Exponção Históricas: Temáticas dos Museus de História de Pápor	Projetos Formato Livre	60	0	60	Suplente
18112022.130010000054	ESPIRITUALIDADE E PRODUÇÕES CULTURAIS ARTÍSTICAS LTDA	Cenários	Projetos Formato Livre	60	2	60,5	Desclassificada
24112022.182458000092	Associação Ponte Org	Cadê a verdade que estava aqui?	Projetos Formato Livre	57,5	2	58,5	Desclassificada
14112022.192625000046	LILIAN PRATES DIAS 04307417776	CONA DE MINA	Projetos Formato Livre	52	6	58	Desclassificada
23112022.230893000072	Wagner Williams Gonçalves Bizzo da Costa 07108059703	A História do Lobo	Produção Cênica em Áreas Públicas	55	2	57	Desclassificada
24112022.182593000095	Ana Carolina dos Santos Ramos	Parito, logo existo retrato de um encontro	Projetos Formato Livre	52,5	4	58,5	Desclassificada
09112022.131064000012	Instituto de Estudos Políticos e Sociais para Melhorar da Qualidade de Vida	ENCONTRO DE MANANIDADES	Projetos Formato Livre	52,5	4	58,5	Desclassificada
14112022.021440000024	DENISE PEIXOTO VILLE DE PAZ 01516652730	A ÉPOE TEMPO	Produção Cênica em Áreas Públicas	50	4	54	Desclassificada
14112022.124520000034	Mathewas Martins Alvares	Cometividade	Projetos Formato Livre	47,5	0	47,5	Desclassificada
12112022.190838000029	PALOMA NASCIMENTO 15989794755	VISCOUNTI GRUPO TERAPEUTICO OFICINAS CRIATIVAS	Projetos Formato Livre	40	2	42	Desclassificada



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Rio Bonito
IPREVIRB – Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Rio Bonito

PORTARIA - ADM Nº 019/2022

Considerando o Decreto Municipal nº 265/2022 de 14 de dezembro de 2022, que DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Rio Bonito, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica declarado Ponto Facultativo na repartição do IPREVIRB, nos dias 23 (vinte e três) e 30 (trinta) de dezembro de 2022.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Afixe-se, registre-se e publique-se.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Rio Bonito,
Rio Bonito, 22 de dezembro de 2022.
DENISE DA CONCEIÇÃO VITORINO
PRESIDENTE



ASSOCIAÇÃO FLUMINENSE DE ENGENHEIROS E ARQUITETOS
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os associados efetivos, beneméritos e remidos, no gozo dos direitos previstos no artigo 15 dos Estatutos da AFEA, convocados para a A.G.O. a se realizar no dia 28 de dezembro de 2022, em 1ª convocação às 19h e em 2ª convocação às 19:30h, na sede administrativa da AFEA, sito à Av. Roberto Silveira, 245 – Icaral – Niterói – RJ, conforme aprovado na A.G.E. de 21 de dezembro de 2022, para eleição de Representantes (Conselheiros Regionais) Efetivo e Suplente para o CREA-RJ. Nesta Assembléia, serão apresentadas e eleita, por maioria simples, a chapa de Representantes da AFEA no CREA RJ.

Niterói, 23 de dezembro de 2022.
Paulo Roberto Vilela Dias
Presidente



Publicações Obrigatórias

Atenção!

A negativa de publicidade dos atos oficiais constitui ato de IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, nos termos da novíssima Lei n. 14.230/2021:

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas:

IV - negar publicidade aos atos oficiais, exceto em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado ou de outras hipóteses instituídas em lei;

(Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

É obrigação da Administração Pública publicar as matérias legais e atos oficiais que envolvem os processos licitatórios em Diários Oficiais e, também, em jornais diários de Grande CIRCULAÇÃO.

Contatos: Whatsapp 11 97184-1731 • PABX 11 5461-1321
Av. Paulista, 37 - 4º andar - sala 436 - Casa das Rosas - Bela Vista - São Paulo - SP

VÍTOR D'AVILA

A Polícia Civil está procurando imagens de câmeras de segurança que possam ajudar a identificar os acusados de arrombar quiosques, na madrugada da última quarta-feira (21), na Praia de Charitas, Zona Sul de Niterói. O inquérito está em andamento na 79ª DP (Jurujuba).

Os comerciantes registraram boletim de ocorrência na distrital. Ontem, o delegado Roberto Nunes comentou sobre a série de arrombamentos. Ele afirmou que a prioridade, no momento, é identificar os autores para efetuar a prisão.

“A gente colocou o procedimento em andamento para conseguir encontrar alguma imagem que possa identificar os autores”, disse o delegado.

Além da investigação da Polícia Civil, a Polícia Militar intensificou o patrulhamento na região, durante as madrugadas. Hoje (23), deverá acontecer uma reunião entre os quiosqueiros e



policiais do 12º BPM (Niterói) a fim de debater a segurança da localidade.

ARROMBAMENTOS E FURTOS

Pelo menos cinco quiosques foram arrombados, e alguns deles furtados, na madrugada de quarta-feira, na orla de Charitas. A prática é recorrente e já foi relatada anteriormente pela reportagem de A TRIBUNA nos meses de março e abril deste ano.

Os quiosques da região são organizados em números. Segundo os comerciantes, foram atacados pelos ladrões os quiosques 4, 13, 15, 19 e 20. De acordo com Maria de Fátima, que trabalha no quiosque 19, nem mesmo a “caixinha de Natal” dos funcionários se livrou.

“Eles levaram a caixinha de Natal dos funcionários, caixa de isqueiros e cerveja. A gente acredita que foi uns R\$ 500 de prejuízo. É algo recorrente. Isso era que ter uma maior atenção das autoridades. Tomar uma providência, porque não é a primeira vez”, lamentou.

ATENÇÃO GESTOR

LEI Nº 14.230/2021

PUBLICAÇÕES OBRIGATÓRIAS

A negativa de publicidade dos atos oficiais constitui ato de **IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**

É obrigatório a publicação das matérias legais e atos oficiais que envolvem processos licitatórios em Diários Oficiais e em **JORNAIS DIÁRIOS DE GRANDE CIRCULAÇÃO**

ATRIBUNA

abra legal ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS AGÊNCIAS E VEÍCULOS ESPECIALIZADOS EM PUBLICIDADE LEGAL

